



UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ – UNIVÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

ÉRIKA LOUREIRO BORBA

**O CONSENSO E O DISSENSO NA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DOS
DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL A PARTIR DA
REDEMOCRATIZAÇÃO**

POUSO ALEGRE – MG

2019

ÉRIKA LOUREIRO BORBA

**O CONSENSO E O DISSENSO NA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DOS
DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL A PARTIR DA
REDEMOCRATIZAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Vale do Sapucaí para obtenção do título de Doutora em Ciências da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem e Sociedade

Linha de Pesquisa: Análise de Discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana de Castro Santana.

POUSO ALEGRE – MG

2019

BORBA, Érika Loureiro.

O consenso e o dissenso na democracia: uma análise dos discursos de posse presidencial a partir da redemocratização. / Érika Loureiro Borba. – Pouso Alegre: UNIVÁS, 2019. 153 p.: il

Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS – Pouso Alegre, MG.

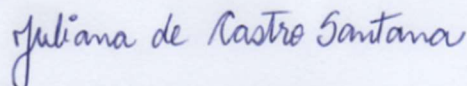
Orientadora: Dr.^a Juliana de Castro Santana

1. Língua Política; 2. Esfera Pública; 3. Consenso; 4. Poder; 5. Gestão Pública.

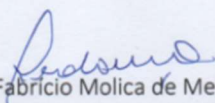
CDD: 410.1

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a tese intitulada "O CONSENSO E O DISSENSO NA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO" foi defendida, em 5 de setembro de 2019, por ERIKA LOUREIRO BORBA, aluna regularmente matriculada no Doutorado em Ciências da Linguagem, sob o Registro Acadêmico nº98010308, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Profa. Dra. Juliana de Castro Santana
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



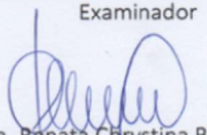
Prof. Dr. Fabricio Molica de Mendonça
Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ
Examinador



Profa. Dra. Luciana Aparecida Gonçalves Oliveira
Centro Universitário de Lavras – UNILAVRAS
Examinadora



Prof. Dr. Atílio Catosso Salles
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS
Examinador



Profa. Dra. Renata Chrystina Bianchi de Barros
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPPES

A meus avós, Iêda e Heli,
por me ensinarem o valor da resiliência e o gosto pela leitura.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial à minha companheira Kelly, por estar sempre ao meu lado, torcendo, incentivando e caminhando comigo em todos os momentos. Aos meus sobrinhos Saulo, André e Artur, por sempre me lembrarem o quão doce é a vida.

Aos meus amigos, pela torcida e incentivo, especialmente ao Pablo Luiz Martins, por tornar nossas idas e vindas muito mais agradáveis e divertidas.

À minha orientadora Profa. Dra. Juliana de Castro Santana, pelas valiosas considerações e orientações neste trabalho.

À toda equipe de professores e técnicos do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade de Vale do Sapucaí, em especial, à Profa. Renata Barros pela amizade e ensinamentos.

O que há são versões...

Eni Orlandi (2012)

RESUMO

BORBA, Érika Loureiro. **O consenso e o dissenso na democracia: uma análise dos discursos de posse presidencial a partir da redemocratização.** 2019. 150 fs. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre.

O presente estudo teve por objetivo analisar, no âmbito das ciências da linguagem, os discursos de posse presidencial, direcionado a toda nação, a partir da redemocratização do país em 1988, buscando-se a compreensão das práticas discursivas que derivam da relação entre a política, o político e a sociedade, produzidos a partir do lugar social de Presidente da República. Foram analisados os discursos de posse proferidos a partir do período de redemocratização do Estado brasileiro, na década de 80, pelos presidentes: José Sarney; Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff. Este estudo teve a Análise de Discurso como arcabouço teórico-metodológico cujas análises contemplam as relações entre consenso e dissenso, entre conflito e apagamento, entre a produção do efeito de democracia e de redemocratização e seus impactos nas formas de circulação do poder na/pela administração pública. Foram mobilizados os conceitos de memória discursiva, de historicidade, de condições de produção e o funcionamento da política e do político no discurso. Não se trata de um estudo com foco partidário e os recortes no corpus de análise foram feitos de modo a pôr em evidência o funcionamento da língua política, que está sujeita a equívoco, e sua relação com a produção do consenso e do dissenso na esfera pública. Como conclusão, o que se observou foi que o Estado tende a buscar, por meio dos discursos e documentos oficiais como leis e decretos, o efeito do consenso, para possibilitar a circulação do poder, facilitar sua gestão e a própria administração da sociedade, pelo apagamento dos conflitos e disputas.

Palavras-chave: língua política, consenso, esfera pública

ABSTRACT

BORBA, Érika Loureiro. **Consensus and dissense in democracy: an analysis of presidential possibility speeches from redemocratization.** 2019. 150 fs. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre.

The aim of the present study was to analyze, within the language sciences, the presidential inauguration speeches, directed to the whole nation, from the redemocratization of the country in 1988, seeking to understand the discursive practices that derive from the relationship between politics, the politician and society, produced from the social position of President of the Republic. The inaugural speeches given from the period of redemocratization of the Brazilian State, in the 80's, were analyzed by the presidents: José Sarney; Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Vana Rousseff. This study had the Discourse Analysis as the theoretical-methodological framework whose analyzes include the relations between consensus and dissent, between conflict and erasure, between the production of the effect of democracy and redemocratization and its impacts on the forms of power circulation in / by the administration. public The concepts of discursive memory, historicity, conditions of production and the functioning of politics and politics in the discourse were mobilized. This is not a partisan study and the cuts in the corpus of analysis were made in order to highlight the functioning of the political language, which is subject to misunderstanding, and its relation to the production of consensus and dissent in the public sphere. . In conclusion, what was observed was that the State tends to seek, through official speeches and documents such as laws and decrees, the effect of consensus, to enable the circulation of power, facilitate its management and the very administration of society, by erasure of conflicts and disputes

Keywords: political language, consensus, public sphere

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1- A POLÍTICA, O POLÍTICO E A LÍNGUA POLÍTICA: NOTAS INICIAIS.....	16
2- O ESTADO, O JURÍDICO E SUAS REPRESENTAÇÕES.....	28
2.1- O Estado brasileiro e o período da redemocratização.....	37
3- DEMOCRACIA: CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO NO ESTADO BRASILEIRO.....	56
4- COMO SE CONSTITUI A POSIÇÃO-SUJEITO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E A POSIÇÃO-SUJEITO CIDADÃO NOS DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL.....	71
CONCLUSÃO.....	87
REFERÊNCIAS.....	91
ANEXOS.....	99
Discurso de posse de José Sarney.....	99
Discurso de posse de Fernando Collor de Melo.....	100
Discurso de posse de Itamar Franco.....	110
Discurso de posse de Fernando H. Cardoso (1º mandato).....	115
Discurso de posse de Fernando H. Cardoso (2º mandato).....	121
Discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva (1º mandato).....	126
Discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva (2º mandato).....	132
Discurso de posse de Dilma Vana Rousseff (1º mandato).....	139
Discurso de posse de Dilma Vana Rousseff (2º mandato).....	146

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi motivada, inicialmente, por inquietações diante de estudos anteriores e vivências no âmbito da administração pública, especialmente no que diz respeito ao que seja de interesse público e seus desdobramentos na sociedade.

Ao pensarmos a relação entre o Estado e o sujeito compreendemos que ela é constitutiva de ambos. O Estado, enquanto produtor e executor das leis e controlador das instituições, está presente em todos os campos da vida dos sujeitos que estão circunscritos a ele, exercendo seu poder na regulação da vida social, representando uma “forma genérica de dominação política” (COLOMBO, 2001, p. 11).

As comunicações ou declarações oficiais feitas pelos representantes do Estado fazem parte do que chamamos, pela perspectiva discursiva, de língua política, ou seja, uma língua própria para tratar dos assuntos da administração pública.

O presente estudo teve por objetivo analisar, no âmbito das ciências da linguagem, os discursos de posse presidencial, direcionado a toda nação, a partir da redemocratização do país em 1988, buscando-se a compreensão das práticas discursivas que derivam da relação entre a política, o político e a sociedade, produzidos a partir do lugar social de Presidente da República. Foram analisados os discursos de posse proferidos a partir do período de redemocratização do Estado brasileiro, na década de 80, pelos presidentes: José Sarney (1985-1990); Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016).

Este estudo teve a Análise de Discurso (AD) como arcabouço teórico-metodológico que, segundo Orlandi (2015), busca compreender o discurso como a palavra em movimento, tendo a linguagem como mediadora entre o homem e sua realidade social e natural. Foram mobilizados os conceitos de memória discursiva, de historicidade, de condições de produção e o funcionamento da política e do político no discurso.

Não se trata de um estudo com foco partidário e os recortes no corpus de análise foram feitos de modo a pôr em evidência o funcionamento da língua

política, que está sujeita a equívoco, e sua relação com a produção do consenso e do dissenso na esfera pública.

Autores como Corten (1999) buscam diferenciar a política do político, onde a primeira é considerada como a área funcional de realização das atividades políticas pelas instituições. O político é construído pelo discurso através da interlocução entre as forças políticas e, por isso, é justamente o que interessa para o analista de discurso. E Orlandi e Rodríguez-Alcalá (2004) complementam que o político é envolvido pelo funcionamento das relações humanas, marcadas por relações de poder, sendo estruturante de todas as instâncias da vida social como, por exemplo as instâncias jurídico-administrativa, cultural, etc.

Já Oliveira (2014) destaca outra característica de conflito no político ao dizer que nele se produz estabilidade, exclusão, como também inclusão e produção de condições de igualdade, a partir do jogo de forças ali presente.

Este jogo de forças se materializa através da língua política que se apresenta como um elemento de mediação entre o Estado e o cidadão, sendo que o Estado possui controle sobre ela, fixando seu uso e sentidos, de forma que eles funcionem como se fossem um reflexo da realidade. É um dizer produzido no exercício do poder, diretamente ligado às suas condições de produção (ZOPPI-FONTANA, 2011).

Por isso, outro elemento fundamental deste trabalho, que constitui seu primeiro objetivo específico, diz respeito à compreender o funcionamento da política e do político e seus reflexos nas falas proferidas pelos representantes do Estado.

Quando pensamos em redemocratização ou em democracia, são mobilizados e evocados sentidos como, por exemplo: cidadania, igualdade, tolerância política, liberdade econômica, direitos humanos e estado de direito, graças ao funcionamento da memória discursiva ou de um discurso que já se fez memória sobre os sentidos legitimados de democracia. É o que Pêcheux (2011) chama de efeito de sustentação, ou seja, diz respeito ao conjunto de palavras que sustenta o imaginário social de/sobre a democracia e o Estado Democrático de Direito. Por isso, o presente estudo tem como segundo objetivo específico analisar como são produzidos, discursivamente, os efeitos de sentido que constituem o imaginário de Estado e de democracia nos discursos de posse

presidencial e sua relação com o arcabouço jurídico, que embasa as ações estatais.

A individuação do sujeito pelo Estado se dá pelas instituições e discursos que “resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade, com direitos e deveres, e direito de ir e vir” (ORLANDI, 2014, p. 155). Sendo o discurso efeito de sentidos entre locutores que ocupam um lugar na esfera social (PÊCHEUX, 2010), o terceiro objetivo específico desta pesquisa é verificar como são produzidas as imagens de si e do outro que atuam na produção da identidade nos discursos de/sobre Presidente da República e cidadão. Segundo Mariani (1998), os discursos sobre atuam na produção da institucionalização de sentidos cujos efeitos são linearidade, homogeneidade da memória que se dá a partir do esquecimento.

E o quarto objetivo específico é investigar sobre como se dá a interface entre a produção do consenso e do dissenso nos discursos e seus reflexos na construção do imaginário constitutivo do Estado e da democracia.

Ressaltamos que o dissenso e o desentendimento, na perspectiva da AD, são sempre possíveis, levando-se em consideração que um enunciado pode produzir sentidos diversos, de acordo com a formação discursiva em que estão inscritos o sujeito enunciator e o sujeito leitor, tendo em vista que o gesto de interpretação é marcado pela historicidade constitutiva do dizer (CAZARIN, 2011).

Porém, nos sistemas democráticos, a tônica está na evidência e produção do consenso como forma de resolução de conflitos sociais por meio da instituição de um efeito de “nós coletivo” (ORLANDI; RODRIGUÉZ-ALCALÁ, 2004, p. 11), o que afeta diretamente os efeitos produzidos pelo político. Como exemplo, destacam-se os programas governamentais cujos títulos são “Todos pela Educação”, “Todos contra a Dengue”, nos quais este “nós coletivo” é posto em evidência para produzir a imagem de que o Estado e os cidadãos estejam alinhados em um mesmo sentido, portanto, não há necessidade de lutas e manifestações, porque todos já estão unidos para a resolução do problema. Porém, na maioria das vezes, trata-se de um discurso protocolar, mas que produz consenso como efeito.

A utilização do termo democracia consensual se mostra contraditória já que produz um efeito de apagamento do povo que, por sua vez, é elemento

fundamental da democracia (RANCIÈRE, 1996). O funcionamento de uma memória que pressupõe que a democracia seja consensual soa como pleonasma. Além disso, apaga-se a heterogeneidade constitutiva do sujeito e da linguagem. Assim também ressalta Orlandi (2010), ao evidenciar que a ideia de produção de um consenso se sustenta por seu vínculo social que produz a segregação em um processo complexo que mostra e/ou silencia as noções de cidadão, cidadania, indivíduo e sociedade em suas ressignificações. E ainda que “a lógica consensual estabelece, nesse sentido, formas diferentes de reconhecimento da alteridade, que segregam a desigualdade social e apagam o político, isto é, apagam a contradição inerente ao sujeito e ao sentido, impedindo que ele seja elaborado” (ORLANDI; RODRIGUÉZ-ALCALÁ, 2004, p. 18). Essas formas de apagamento e silenciamento da contradição, da alteridade e do equívoco também serão destacadas em nossas análises na tentativa de percebermos que o consenso é sempre um efeito que mobiliza determinados processos discursivos que estão ligados ao poder do Estado perante o cidadão.

Segundo Rancière (1996, p. 117), este pensamento consensual resulta na “invisibilidade da própria divisão, o apagamento das marcas que permitem argumentar num dispositivo político de subjetivação a relação da comunidade e da não-comunidade”. E, como consequência, o sujeito “é pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera. Estaciona. Só repete” (ORLANDI, 2015, p.52). Justamente por isso que a incompreensão e não a saturação do sentido tido como evidente é importante para produzir mudanças e deslocamentos. Geralmente, se acha o oposto: é o consenso que deveria ser perseguido e alcançado para que a democracia fosse exercida.

Desta forma, levantamos como hipótese o fato de que a esfera pública, mesmo sendo um espaço de funcionamento do político por excelência, vem sofrendo um apagamento de sua característica, que é ser um espaço de dissenso e, conseqüentemente, de embate de forças e grupos políticos e sociais em nome de produções de consenso justificadas pela ideia de democracia.

Para orientar a escolha e recorte do corpus de pesquisa, propomos as seguintes perguntas de pesquisa que nortearão nossas análises:

- Como os sentidos de democracia e Estado são mobilizados nos discursos de posse?

- Como a língua política, a partir das condições de produção, funciona neste embate entre o dissenso e consenso, produzindo sentidos para a construção de um “nós coletivo” e o silenciamento do contraditório na esfera pública?

- Quais imagens de cidadão e político (presidente) são produzidas pelos discursos de posse presidencial?

- Quais sentidos são produzidos nos/pelos discursos de posse presidencial, que reverberam na produção do que seja Estado?

Parece-nos que a produção de uma imagem de um sistema democrático consensual contribui para este apagamento na medida em que produz efeitos de que este seja um instrumento capaz de refletir a realidade da maneira perfeita, capaz de abarcar todos os indivíduos. Porém, sempre haverá movimento dos sentidos, deslocamento e ruptura dos processos de significação a partir deste cenário, não por voluntarismo, já que o sujeito enunciador não é origem dos sentidos que seu dizer produz, mas pelo funcionamento da língua, da ordem própria da Língua, da História, do sentido.

O presente estudo está subdividido em quatro capítulos. No primeiro apresenta-se conceitos iniciais sobre a política, o político e a língua política. O segundo traz a discussão sobre a formação do Estado e sua atuação como produtor e reproduzidor dos sentidos de poder e o funcionamento do jurídico na construção das relações entre o Estado e os sujeitos, com ênfase no Estado brasileiro. O terceiro tem como foco a produção do efeito de democracia e de redemocratização e seus impactos nas formas de circulação do poder na/pela administração pública. E o quarto capítulo traz as análises que dizem respeito às formas de constituição e funcionamento da posição-sujeito Presidente da República e da posição-sujeito cidadão a partir dos discursos de posse presidencial.

1- A POLÍTICA, O POLÍTICO E A LÍNGUA POLÍTICA: NOTAS INICIAIS

A esfera pública é constituída pelo binômio ação e discurso, na qual a manifestação dos homens movimenta o plano da atividade política. É a partir do discurso que os políticos buscam a resolução de problemas que são comuns a todos os homens, e que as ações ganham conotação política. A esfera pública é importante porque preserva a possibilidade de dissenso e também permite a manifestação do poder, em seu caráter potencial, nos momentos em que os homens se associam para deliberação conjunta, sendo o poder resultado dessa interação que também produz disputa (ARENDT, 2003).

Porém, esta mesma interação, quando pensada pelo viés democrático, tende a promover a produção de consensos que passam a circular dentro e fora da esfera pública, tentando abafar os conflitos já que estes podem impactar no próprio exercício do poder e suas configurações.

A política faz parte da esfera pública e representa a ciência da felicidade humana, que se subdivide no estudo da ética, pela reflexão do que é felicidade e na busca por formas de se obtê-la (ARISTÓTELES, 2017). Nesse prisma, o governo e as instituições sociais devem encontrar formas de garanti-la.

Na perspectiva de Rancière (1996), a política se assemelha às lutas de classes, sendo compreendida como uma atividade que abre a possibilidade de emergir uma outra configuração na qual se define a parcela dos sem parcela. É constituída por uma racionalidade de desentendimento que, pelo jogo do poder e da influência, pode fazer com que determinados grupos ganhem maior ou menor relevância no cenário político.

Um exemplo disso é a alternância de partidos cujos representantes chegaram à presidência da República, tendo em vista as particularidades de cada um e a capacidade de aglutinar eleitores. De acordo com essas filiações partidárias tem-se: Sarney: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Collor: Partido da Reconstrução Nacional (PRN); Itamar Franco: (PMDB); Fernando Henrique Cardoso: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Lula e Dilma Rousseff: Partido dos Trabalhadores (PT).

A política também é compreendida como uma atividade partidária que permite que a Administração Pública desenvolva suas atividades (CAZARIN, 2011; CORTEN, 1999). Esta função de atividade partidária é percebida nas

formulações a seguir, que trazem o que os presidentes pretendem fazer no exercício de seus mandatos, ancorados em suas ideologias partidárias e de acordo com seu plano de governo, que é uma peça de planejamento das ações do grupo que está no comando do país e representa uma fala administrativa geral que, posteriormente, irá se desdobrar em ações e políticas específicas.

(Collor) “Procurarei cingir-me a tópicos essenciais, para que tenham diante de si, com nitidez, os grandes temas de meu programa, consagrados pelos votos majoritários de novembro e dezembro de 1989. São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo”.

(Itamar) “Entre as providências de ajuste, inclui-se rigorosa seleção dos gastos públicos. O Governo investirá obedecendo a critérios sociais e na infraestrutura”.

Essas falas dos presidentes destacam que tipo de país se planejava construir, influenciados pelo momento sócio histórico vivido. Nos governos de Collor e Itamar, havia duas situações de maior importância: a reafirmação da democracia e o realinhamento do Estado e das contas públicas. Esses últimos tomaram importância devido ao forte apelo dos órgãos internacionais como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional – FMI, que exigiu a realização de uma reforma no aparelho estatal e corte dos gastos públicos, para que os acordos de ajuda monetária fossem cumpridos. O que se percebe nessas formulações é que, enquanto atividade partidária, a política não parece estar próxima do cidadão. Parece ser de responsabilidade de grupos específicos, como os partidos políticos, que se consideram mais aptos para dizer das questões do Estado, inclusive propondo ações que podem ou não coincidir com a vontade popular.

A política implica na existência de uma cena comum em conflito na qual a razão do mais forte se sustenta (INDURSKY, 2013). No caso desse estudo, a razão que é fortalecida é aquela proferida pelos presidentes, cujas formas partem de um lugar discursivo autorizado, que funciona como porta-voz do Estado.

O político marca o confronto com o simbólico, que existe em todo dizer. Isso acontece porque cada dizer possui uma direção já determinada, que aponta para sua significação, a partir da articulação material dos signos com as relações

de poder ali presentes que, por sua vez, são definidas pelas diferentes inscrições em formações discursivas (ORLANDI, 2012).

O político representa o conflito a partir de posições sujeito que são assumidas, por isso, quando se diz sobre o deslocamento do lugar do político também se está apontando para um efeito ideológico, para um apagamento do que é constitutivo das relações sociais (NOGUEIRA; DIAS, 2018).

Já Oliveira (2014) destaca outra característica de conflito no político ao dizer que nele se produz estabilidade, exclusão, como também inclusão e produção de condições de igualdade, a partir do jogo de forças ali presente.

Assim, a AD busca perceber a textualização do político por meio de gestos de interpretação inscritos na materialidade do texto que se ampara no entendimento de que o sujeito é uma posição de significação imaginária que reflete diversas condições de produção, e que a língua é uma ordem significativa capaz de equívocos, falhas (ORLANDI, 1998). Desta forma,

o político compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem essa direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história (ORLANDI, 1998, p. 74).

Esta concepção de que o sentido é sempre dividido fica marcada discursivamente, quando se considera, os discursos de Lula e Dilma, pois, trata-se de um grupo que representa o Partido dos Trabalhadores, criado na década de 80 por militantes de esquerda, cujo foco maior de luta era pela melhoria das condições dos trabalhadores brasileiros.

Verifica-se as seguintes formulações:

(Lula 2) “É preciso continuar expandindo o consumo de bens essenciais da população de baixa renda; fomentar o empreendedorismo das classes médias; dar continuidade à recuperação do salário mínimo; ampliar o crescimento de empregos formais e da massa salarial; e aprofundar a política nacional para micro, pequena e média empresas, nos moldes da Lei Geral aprovada por este Congresso”.

(Dilma, 1) “Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade de preços e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo de nossa economia, facilitando a produção e estimulando a capacidade empreendedora do nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar”.

Nota-se que mesmo a partir desses paradigmas de luta e resistência, os discursos apontam, também, para a filiação de sentidos outros, vinculados ao capitalismo e ao modelo de administração pública gerencial, cujas premissas estão ancoradas com maior força na promoção do desenvolvimento econômico, o que é visto nos discursos, ressaltando a ampliação do consumo, o empreendedorismo e a expansão das políticas para micro e pequenas empresas, como forma de sustentação do mercado.

Mesmo que essas formulações tenham partido de pessoas que se consideram a resistência perante o exercício do Estado na função de articulador financeiro como sendo sua função principal, tem-se justamente o destaque para esse tipo de atividade, produzindo a ideia de que este seria o único caminho a ser seguido pela administração pública.

A AD desenvolve dispositivos para analisar e interpretar as imbricações entre a língua e a sociedade cuja relação se dá pelo político, que tem como característica descortinar o exercício das relações de força em suas mais diversas formas (CAZARIN, 2011). E o funcionamento do político põe em evidência a tensão que existe na cena discursiva, que se mostra como um espaço de diferenças e confrontos (CAZARIN, 2011) no qual tem-se a luta pela abertura de um outro espaço discursivo de significação (INDURSKY, 2013).

Ressalta-se que a representação do político não corresponde ao discurso político em si e não se limita a seu campo, como também não está presente em todas as cenas discursivas que dizem respeito às relações de poder. Mesmo que o político seja um modo em que as forças políticas se destacam em um discurso específico, ele não coincide com o poder por ser um grupo de narrações que produz “o efeito de relato tornando aceitáveis certas fórmulas, certas distinções” (CORTEN, 1999, p. 48).

As comunicações ou declarações oficiais feitas pelos representantes do Estado fazem parte do que chamamos, pela perspectiva discursiva, de língua política, ou seja, uma língua própria para tratar dos assuntos da administração pública. A língua política constitui-se por um dizer sobre as práticas políticas, que é produzido no exercício do poder e diretamente ligada a suas condições históricas de produção (ZOPPI- FONTANA, 2011).

Com relação à língua/fala política, esta tem espaços específicos de circulação como, por exemplo, no âmbito do parlamento. Entende-se que o uso

dos dois termos é pertinente para designá-la. Assim, este estudo empregará os dois termos, dependendo das especificidades das análises apresentadas.

Mesmo sendo relacionada comumente com os políticos e seus discursos, não há legitimidade específica para a enunciação da fala política, podendo ser proferida pelos políticos, cidadãos, mídia (PINTO, 2005). Porém, nos interessa analisar as falas enunciadas pelos políticos que foram empossados no cargo de Presidente da República.

A língua política, segundo Guilhaumou (2009), representa um elemento de mediação entre o Estado e o cidadão, sendo um processo de criação e circulação de sentidos. Nesse caso, o Estado visa exercer o controle sobre a língua, fixando seu uso e sentidos. Tem-se uma língua administrativa que funciona como se fosse um reflexo da realidade (ZOPPI-FONTANA, 2011).

De acordo com Lagazzi (1988), o exercício do poder busca abafar as possibilidades que a linguagem oferece de irromper com o controle que ele deseja que seja absoluto. Por isso, há uma busca por uma língua cada vez mais transparente, na qual o sujeito perde espaço para se colocar, para resistir.

Destaca-se a seguinte formulação:

(Dilma 1) “Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras”.

Nela, percebe-se a tentativa do governo de fixar sentidos de união, trabalho conjunto, salientando que os deveres para com o desenvolvimento do país devem ser divididos entre o Estado e o povo. De acordo com Pêcheux (1990, p. 10), é posta em funcionamento uma mudança estrutural na forma das lutas ideológicas, na qual não se busca mais o choque entre os mundos, mas um confronto cuja base é única, a República, “no terreno de uma só língua tendencialmente una e indivisível”, de forma que a comunicação se apresente como transparente, não sujeita a equívocos.

A língua política é praticada ao longo do exercício do poder político, que nasce a partir de diversas situações que envolvem a administração pública, em nosso caso, pela eleição de um novo Presidente da República, e que circula dentro e fora da administração pública. Ela está ligada a um contexto sócio histórico específico que, ao mesmo tempo, produz dizeres sobre as práticas políticas no/pelo exercício do poder (ZANCARINI, 2008), que produz efeitos

diversos de acordo com a forma que circula. Por exemplo, a fala do presidente, quando dita em um discurso de posse, se mostra autoritária, impositiva, mas quando circula na mídia, essas características são minoradas, abrindo-se espaço para críticas, inclusive.

Quando a fala política é proferida de um lugar reconhecido como sendo seu, a enunciação ganha mais legitimidade: são os chamados espaços tradicionais, como no caso dos discursos analisados. Sua característica principal é a imposição de uma verdade a várias pessoas, porém, esta verdade está constantemente ameaçada pelo jogo de significação (PINTO, 2005). É uma fala frágil que só se constrói por meio da desconstrução do outro, ou seja, pela desconstrução de seus oponentes. Há uma disputa, mesmo que aparente, pelo mesmo espaço, conforme se percebe pela leitura dos trechos:

(Sarney) “[...] eu e os Senhores, como escravos da Constituição, das Leis, do Povo e dos compromissos da Aliança Democrática”.

(Collor) “A transição democrática brasileira, que culminou nas eleições presidenciais do fim do ano passado, teria sido inconcebível sem a vitalidade do Congresso, logo convertido em Assembleia Constituinte, por todos conduzida com vigor cívico, e que, graças ao trabalho diligente do relator, trouxe-nos texto fecundo e inspirador”.

(Itamar) “Sábio é o povo que, na conquista e preservação de sua própria liberdade, expressa veemência no clamor das ruas e na serenidade de seus atos”.

Nas formulações de Sarney, Collor e Itamar tem-se a forte tentativa de desconstrução do regime ditatorial mesmo que muitos atores destes governos tenham atuado de forma direta e proeminente nos governos militares, como é o caso de José Sarney. Essa desconstrução se dá através da exaltação da democracia como um valor essencial para a construção do Estado brasileiro, apontando características como: promoção da cidadania, defesa da liberdade, exaltação da divisão dos Poderes da República, para que nenhum se sobreponha ao outro. Também clamam pelo povo e pelo dever cívico, que deveria ser de todos, sob a batuta do governo e do Estado. Os sentidos de democracia são produzidos numa rede que a coloca em oposição à ditadura, significando um sistema no qual se pode dizer, expressar, colocar-se como contrassenso, dissenso.

No caso do discurso de Itamar Franco, há ainda uma outra tentativa de desconstrução que é a do governo corrupto, já que o afastamento de Collor se deu nesse cenário, sob forte clamor popular. Por isso, sua fala é no sentido de exaltar que a liberdade alcançada com a democracia permitiu que o povo se manifestasse contra o governo, exigindo, inclusive, a saída do presidente, fato antes impossível de acontecer no âmbito do regime ditatorial. Funcionando também aqui a ideia de que o povo tem o comando das ações estatais devido à implementação da democracia.

Destaca-se ainda:

(FHC 1) “Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade”.

“Pacificamente, com tranquilidade, e apesar das mágoas e das cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo, que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação”.

As falas de Fernando Henrique Cardoso evocam a memória da ditadura para legitimar ainda mais seu governo e a necessidade de implementação da democracia, ressaltando os problemas advindos dos regimes autoritários. Percebe-se uma tentativa de anulação do conflito quando o ex-presidente se utiliza de termos como “pacificamente”, “tranquilidade”, para marcar que não há mais necessidade de reações fortes diante do novo governo que se apresenta.

Movimento interessante ocorre nas formulações de Lula e Dilma. O primeiro atua no sentido de desconstruir o governo anterior, de Fernando Henrique, apresentando problemas advindos da prática de uma gestão neoliberal, marcada pela pouca intervenção do Estado no campo social.

Tem-se:

(Lula 1) “Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária”.

Porém, ao mesmo tempo, continua norteando as ações governamentais com base no modelo econômico neoliberal utilizado por Fernando Henrique, que busca a internacionalização do mercado brasileiro, como se vê em:

(LULA 1) “Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea”.

O que se percebe é que a língua política também é transpassada pelo equívoco que, na perspectiva discursiva, permite desnudar a verdade do sujeito enunciador pela produção de uma falha material que está além de seu controle. Esta falha não pode ser recoberta e resulta na possibilidade de produção de sentidos outros, que denunciam a posição que o sujeito ocupa e as formações discursivas em que seu dizer está inscrito para produzir determinados sentidos (CAVALLARI, 2010). No caso das formulações de Lula tem-se uma tentativa de afastamento do discurso de Fernando Henrique Cardoso, mas ao mesmo tempo uma continuidade da operacionalização do modelo neoliberal de forma que, no campo econômico, as finanças continuam a ser conduzidas da mesma maneira.

Já no discurso de Dilma não há críticas à gestão anterior, mas a reafirmação veemente de existência de um forte alinhamento com a gestão de Lula, reforçando que a continuidade de um mesmo partido no poder é capaz de trazer resultados positivos para o povo.

(Dilma 1) “Venho para consolidar a obra transformadora do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos”.

(Dilma 2) “A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome”.

De acordo com Zoppi-Fontana (2011), a língua política pode ser representada pelas línguas de madeira, produzindo a ideia de coincidência com o visível, e também pelas línguas de vento e de espuma cujo objetivo é persuadir os ouvintes a acreditarem naquilo que é dito. Na perspectiva da AD, uma língua de madeira é opaca, hermética e se utiliza da dupla linguagem. E uma língua de vento é aquela que permite que o poder seja exercido de forma sutil, através de ações publicitárias e comerciais (GADET; PÊCHEUX, 2004) como, por exemplo,

nos casos em que o governo se utiliza de propagandas em rádio e televisão para dizer que determinada medida a ser tomada é a mais acertada para a promoção do bem comum.

Já Nogueira e Dias (2018), destacam ainda, com base nos estudos de Lecerle e de Huyghe, a existência da língua de algodão, própria do neoliberalismo que, assim como a língua de madeira, é estereotipada e repetitiva, sendo uma língua que nada enuncia, mas que ao mesmo tempo tem resposta para tudo. Trata-se de uma língua de poder, consensual por natureza, ou seja, é uma língua que tende a apagar de maneira deliberada os problemas econômicos, políticos e sociais, mas ao mesmo tempo promete resolvê-los.

A língua de algodão tem como característica o seu funcionamento paradoxal no qual se tem, ao mesmo tempo, um esvaziamento e uma saturação de sentidos (NOGUEIRA, 2017). É o que ocorre, por exemplo, na formulação de Lula:

(LULA 1) “O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade; provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome”.

Há uma tentativa de anestesiá-lo e suavizar o problema da fome no país, como se já existisse um consenso formado a respeito das formas de solucionar o problema, de maneira a ignorar demais fatores determinantes como as questões econômicas, políticas e sociais. E a mobilização social parece ser de fácil articulação e sem conflitos.

A fala política funciona para marcar o sujeito em uma posição que, posteriormente, lhe dará condições de se conectar com parcelas específicas da população que irão lhe apoiar ou não como, por exemplo, um líder sindical, uma feminista, um militante que combate a discriminação, um liberal, um conservador. E, ao mesmo tempo, é direcionada para determinadas posições de sujeitos (professor, trabalhador, mulher) porque facilita que questões controversas sejam ditas, já que tais sujeitos estão no imaginário do povo brasileiro.

Assim, é possível dizer que o assujeitamento é essencial para a construção da fala política para que os candidatos sejam eleitos e que,

posteriormente, tenham condição de governar com o apoio dos setores que se identificam com suas propostas (PINTO, 2005). A partir daí o discurso pode romper com esse imaginário já instituído e naturalizado, fortalece-lo ainda mais ou produzir deslocamentos que irão facilitar ou não o controle/direcionamento do Estado nas questões sociais e privadas.

Nas falas de Itamar, os grupos que ele tenta atingir de maneira direta com seu discurso são os idosos, as mulheres e os professores, conforme se vê a seguir.

(Itamar) “Sentimos, de forma particular, a situação dos idosos, que depois de decênios de árduo trabalho não encontram na longevidade sua recompensa, mas quase uma punição”.

“Dirijo-me, com particular atenção, às mulheres. Vejo, com orgulho, a sua crescente participação na vida brasileira”.

“Os professores devem receber o nosso respeito”.

Já Fernando Henrique tenta incluir os socialmente excluídos na sua fala; porém, este termo pode produzir diferentes sentidos ao evocar formações imaginárias distintas. Pode se tratar de pessoas que se encontram em situação de miséria, de grupos que são marginalizados por algum tipo de preconceito, etc. Sua fala tenta dialogar, também, com os trabalhadores da cidade e do campo, com o grupo de pessoas que têm dificuldades de acesso à saúde e que recebem baixas aposentadorias.

Uma tentativa de atingir outras camadas sociais que historicamente não se viam representadas pelo partido de Fernando Henrique, o PSDB, por considerarem um partido das elites.

(FHC 1) “[...]eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social. Veio também, e em grande número, dos excluídos; dos brasileiros mais humildes, que pagavam a conta da inflação sem terem como se defender; dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da Previdência; dos que ganham pouco pelo muito que dão ao País nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra; dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos - a eles eu devo em grande parte minha eleição”.

A formulação de Lula é direcionada às minorias, representadas no trecho pelos indígenas e negros, ressaltando suas características de resistência às discriminações e demais dificuldades, de forma a aparelhar tais características

também com o funcionamento de seu governo numa tentativa de dizer que governo e povo se representam mutuamente.

(Lula 1) “Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável”.

E o discurso de Dilma exalta, num primeiro momento, as mulheres e, depois, busca dialogar com todos os seguimentos da sociedade. Esse ato contribui para a produção de uma imagem de legitimação do governo através da inclusão dos mais variados grupos na cena política.

(Dilma 1) “Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que --no dia de hoje-- todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher”.

“O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizemos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um: dos movimentos sociais, dos que labutam no campo, dos profissionais liberais, dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores, dos intelectuais, dos servidores públicos, dos empresários, das mulheres, dos negros, dos índios e dos jovens, de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação”.

A língua política tende para a construção da hegemonia, buscando apagar as diferenças entre os eleitores e grupos que são contrários àquele presidente e suas ideias para governar o país, conforme se observa nas formulações a seguir:

(Collor) “Minha eleição retrata e confirma as liberdades cívicas. Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público”.

(Itamar) “Senhoras e Senhores, Moços e Moças, não resolveremos a questão social no Brasil enquanto não formos capazes, todos nós, de olhar nos olhos de todos os brasileiros, crianças e velhos, das cidades e dos campos, e vê-los como vemos os nossos próprios filhos, os nossos próprios pais, os nossos próprios irmãos”.

(Lula 1) “Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais

velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça”.

Este efeito de unificação favorece a produção de uma falsa imagem de existência de consenso, especialmente quando se considera o momento em que estas falas são proferidas. Trata-se da primeira comunicação oficial do novo Presidente da República a toda nação e mundo, cujo cenário anterior era de disputa em razão do processo eleitoral. Nesse contexto, a promoção da unificação do Estado tem por objetivo facilitar o exercício do poder e da gestão administrativa, por meio da diminuição dos conflitos entre o novo governo e os grupos contrários e por parte da população que não se sente representada.

Do contrário, tem-se que aconteceu no governo Dilma, onde a disputa abriu espaço para o conflito pelo poder, fragilizando o seu governo.

Diante do que foi apresentado, tem-se que a língua política evoca os sentidos da política e do político não só em sua atividade de mediação entre o Estado e os cidadãos, mas também quando direciona a produção de sentidos e imagens acerca do governo em sua relação com a sociedade. A língua política também é utilizada para marcar e estabilizar sentidos que contribuem para formar conjuntos de elementos que passam a compor a imagem do Estado.

2- O ESTADO, O JURÍDICO E SUAS REPRESENTAÇÕES

O poder é inerente a sociedade de forma que é possível dizer que não existe sociedade sem poder. Dentre suas formas, destaca-se o poder político, que em nossa sociedade é concebido em termos de relações hierarquizadas e autoritárias. O poder político se fundamenta em relações de comando e obediência e tem na formação do Estado uma de suas expressões, uma forma de realização concreta do poder que não é natural, é histórica, e que está presente em algumas culturas como, por exemplo, a ocidental (LAGAZZI, 1988).

Existem vários estudos e teorias que buscam compreender o surgimento e as características do Estado e todas elas acabam por trazer mais elementos que passam a fazer parte do grupo de sentidos que lhe dão corpo. Trata-se de dizer do trabalho da memória ou interdiscurso, que é aquilo que é dito sobre um determinado assunto, que se une a um já-dito sobre o qual os sentidos são construídos (ORLANDI, 2012).

Em se tratando da produção de sentidos que se referem à figura do Estado, o papel da memória é o de produzir estabilização, injunções que fazem com que o sujeito seja pego por tais dizeres, produzindo um imaginário sobre o Estado que se repete. Por isso a necessidade de se apresentar algumas teorias que nos auxiliam na compreensão dos sentidos que orbitam em torno dos dizeres sobre a esfera estatal.

Com relação ao surgimento do Estado, as teorias mais antigas dizem que seu desenvolvimento se deu a partir da ampliação do seio familiar. As teorias clássicas vinculam seu surgimento à violência e força dos mais fortes sob os mais fracos, ou à criação de uma convenção entre os membros da sociedade (AZAMBUJA, 2001).

Já o Estado moderno surgiu a partir do declínio do sistema feudal e sua formação vem sendo modificada desde então. A partir da existência de conflitos, alterações da estrutura social e da ampliação do rol de direitos inerentes aos cidadãos, sofreu desdobramentos de Estado moderno para Estado liberal e, posteriormente, para Estado democrático liberal, Estado social e Estado democrático de direito. Essas nomeações não seguem, necessariamente, uma ordem cronológica e parecem coexistir.

A transformação do Estado moderno para Estado liberal não ocorreu de forma natural, mas foi resultado de um processo que se deu pelas forças da sociedade, liderada pela classe produtora, que queria menor intervenção e controle do Estado especialmente no campo econômico.

Foi o desenvolvimento comercial ocorrido a partir do século XV que fez com que o mercado se tornasse um setor proeminente, que passou a questionar a intervenção estatal na economia. Assim, tem-se que o paradigma do Estado liberal se fundamenta na liberdade econômica, que também influenciou a estrutura social da época em favor da defesa das liberdades individuais, de forma que sociedade e Estado fossem vistos como universos separados (COELHO, 2006).

Uma característica importante do liberalismo é o reconhecimento de que cada pessoa tem direitos naturais e inalienáveis, enquanto o Estado passou a ter funções específicas como, por exemplo, a defesa do território e também uma conduta negativa perante os administrados no sentido de não invadir a esfera individual.

Já a nova configuração do Estado como social se constituiu como forma de produzir uma ruptura com o modelo liberal, que não considerava a possibilidade de ampliação da proteção social como uma demanda primordial para a atividade estatal.

Assim, o Estado social procurou estabelecer políticas sociais mais robustas, principalmente a partir do pós-Segunda Guerra tendo em vista que a população europeia se encontrava em situação miserável, fazendo com que o Estado assumisse para si o dever de prestar serviços sociais básicos como assistência médica, moradia, educação, etc. (ESPING-ANDERSEN, 1990). Representou uma evolução política cujas bases passaram pelo reconhecimento dos direitos dos cidadãos e não apenas da classe trabalhadora, porém, nas décadas de 60 e 70 enfrentou uma forte crise de governabilidade devido ao extenso e oneroso rol de demandas que o Estado não conseguia mais implementar, o que culminou em uma severa crise econômica (FIORI, 1997).

O Estado democrático de direito surge como uma alternativa à crise enfrentada pelo Estado social. De acordo com Silva (2005), sua principal característica é a distribuição institucional do poder político, de forma que ele esteja submetido ao povo. As premissas defendidas aqui são a liberdade e a

igualdade política. O princípio da soberania popular se tornou base para a implementação da democracia que, por sua vez, encontra-se legitimada nas leis.

De acordo com Zancarini et al (2008), o termo *Stato* põe em evidência duas acepções: a de que representaria tanto o poderio coletivo de um povo quanto o poder e dominação. O Estado precisa se mostrar forte e autoritário. É o Estado centralizador que ao mesmo tempo em que se autodetermina como centro de poder que emana do povo, mantém uma relação coercitiva com seus cidadãos, enquanto aparelho repressivo cobrando de cada indivíduo a responsabilização por seus atos (LAGAZZI, 1988).

Segundo Hobbes ([1651], 2009), o Estado está dissociado da sociedade e é necessário para se evitar o caos, que para ele seria o estado de natureza. É preciso esclarecer que Hobbes reconhece que o estado de natureza não diz respeito a uma época específica, mas corresponde a uma condição de vida pré-jurídica, um estado de exceção que se refere à vida do sujeito enquanto homem, diferentemente da vida do sujeito em grupo, na cidade por exemplo, que faz emergir uma outra figura, o cidadão (AGAMBEN, 2002).

Ressalta-se também, segundo Lagazzi (1988), que nas sociedades primitivas cada grupo realizava a gestão da vida social, preservando a ordem primitiva em detrimento de um poder político centralizado. Lutavam contra a criação do Estado como forma de defender a não coerção.

Para Hobbes ([1651], 2009), o Estado representava um pacto entre os homens de forma a lhe conceder o poder de utilizar a força e demais métodos que fossem necessários para assegurar a paz e a defesa comum. Seu poder era soberano e cada um deveria se reconhecer em seus atos. O poder era representado pela figura do soberano, que possuía total autonomia para a produção das leis e decisão do que deveria ser considerado como interesse comum.

Já Locke ([1690], 2010) justificou a necessidade do surgimento do Estado ao dizer que a ausência de leis causava insegurança, por isso, a importância da ação estatal para garantir a proteção da propriedade que, para o autor, representava vida, liberdade e posses. O autor também ressalta que o governo justo é o governo civil, porque as leis elaboradas pelo Estado seriam capazes de refletir os anseios da comunidade. E o governo deveria se formar pela associação dos indivíduos em que cada um reconheceria sua autoridade e

seguiria as regras estabelecidas pela maioria. Todavia, Lagazzi (1988) pondera que o acordo para entrar na sociedade civil não criou novos direitos, mas apenas a cessão de alguns poderes dos homens, advindos do estado de natureza, para a autoridade civil que, a partir daí, deveria proteger esses direitos naturais.

E Rousseau ([1762], 2011) também considerava a soberania das leis como elemento fundamental para a constituição do Estado, que seria o regulador das relações sociais e garantidor da igualdade, liberdade e propriedade, sendo estas as bases do contrato social. Trata-se aqui justamente, segundo a AD, da individuação do sujeito pelo Estado e suas instituições, que vai produzir o sujeito de direito e deveres, o cidadão.

Já Montesquieu ([1748], 2010) defendia que o poder é uma virtude que precisa de limites; por isso, desenvolveu o modelo da tripartição dos poderes estatais entre legislativo, executivo e judiciário como forma de permitir que um poder limite o poder do outro e não haja nenhum tipo de sobreposição que atrapalhe sua coexistência harmônica. No caso brasileiro, o limite de atuação de cada poder está delimitado na Constituição Federal de 1988.

Em uma outra perspectiva, segundo Agamben (2002), tem-se que a relação entre o Estado e o sujeito na modernidade se deu pelo aparelhamento da vida natural como parte fundante do Estado e, conseqüentemente, como subsídio para constituição do poder soberano. Este poder soberano teria o condão de promover o bem comum a partir da execução de atos e ações que se encontram embasados no arcabouço jurídico, que justifica a existência do próprio Estado e parametriza a ordem como forma de garantir o monopólio das decisões.

A ideologia jurídica instala uma ambiguidade ao sujeito. De um lado tem-se que ele é senhor e responsável de si mesmo, e do outro ele se mostra intercambiável perante o Estado que, ao tentar abafar as diferenças individuais, busca criar uma uniformidade de sujeitos assujeitados, os cidadãos comuns, o que permite a manutenção da hierarquia do poder pela ilusão da unicidade (LAGAZZI, 1988).

Neste sentido, Pêcheux (1990, p.11) diz que “a dominação da ideologia jurídica introduz, assim, por meio do seu universalismo, uma barreira política invisível, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista”.

O soberano está ao mesmo tempo dentro e fora do ordenamento jurídico. É o elemento político que fomenta a criação das leis e que implica o sujeito na esfera do direito. A soberania se apresenta aqui como uma forma de decisão sobre a exceção em que o soberano cria a necessidade de existência do direito, definindo o espaço próprio no qual o ordenamento jurídico passa a ter valor. Esta exceção na verdade simboliza uma forma de exclusão, um caso especial que é excluído da norma geral (AGAMBEN, 2002).

Um exemplo dessa exclusão é perceptível quando se analisa a regra constitucional que diz ser um fundamento do Estado brasileiro a promoção do bem de todos “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, §3º, IV). Tem-se, aqui, uma norma geral que já ampara, por exemplo, a ação estatal no sentido de promover o bem-estar da população idosa, porém, o Estado entendeu ser esta uma situação especial que merece uma proteção ainda mais específica e, por isso, deve ter uma regulamentação própria como, por exemplo, a Lei 10741/03, conhecida como o Estatuto do Idoso, cuja função é regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos (BRASIL, 2003).

A política burguesa desenvolveu sua própria ordem cujo efeito foi a produção de uma nova divisão da sociedade fundamentada em uma unidade formal que se ampara no Direito. Na democracia burguesa o proletariado tem contato com o irrealizado do movimento popular e percebe que a burguesia precisa que este movimento permaneça (PÊCHEUX, 1990).

Dessa forma, o cidadão brasileiro tem seus direitos previstos no arcabouço jurídico nacional como algo já dado pelo Estado e, por isso, parece não requerer nenhum tipo de mobilização civil para sua consecução.

Os direitos são atribuídos ao sujeito somente quando este passa a ser considerado um referente do cidadão. A cidadania representa apenas mais um argumento que auxilia na administração do sujeito social e não uma qualidade histórica (ORLANDI, 2012). Ela não funciona apenas como uma forma de identificação do sujeito a uma autoridade específica por meio de critérios de solo e sangue, representa também um estatuto de vida que busca igualar a todos, ou seja, uma convenção (AGAMBEN, 2002). E esta igualdade se faz necessária para que o Estado controle tanto a vida privada quando a vida pública do sujeito,

pela inclusão da vida nua/natural no funcionamento dos mecanismos do poder. Assim, mata-se o corpo natural para dar vida ao corpo político, criando-se um grupo homogêneo amparado pelas mesmas regras jurídicas estabelecidas pelo poder estatal.

O aumento da importância da vida biológica cujos problemas passam a ser tutelados pelo poder soberano, segundo Agamben (2002), marcam a passagem do “Estado territorial” para o “Estado de população”, revelando sua principal característica que é a operacionalização do biopoder, termo cunhado por Foucault, no qual, de acordo com Santana (2018), o Estado passa a ter como principal função a gestão dos corpos através de suas normativas.

O que se pode dizer é que a concepção moderna de Estado, fundamentada na legitimidade jurídica e autonomia frente aos governados, não deve suprimir o reconhecimento do caráter violento desta instância do poder político (ZANCARINI et al, 2008). Um exemplo deste movimento é o que se chama de Razão do Estado, que é a noção de defesa irrestrita dos interesses estatais, em caso de conflito com qualquer outro interesse ou princípio legal/moral, mesmo que se tenha que romper com tais preceitos.

Na perspectiva de Colombo (2001), o Estado representa uma forma genérica de dominação política que flui através de instituições específicas como, por exemplo, o Governo, o Exército, a Polícia e a Administração. Segundo o autor, o Estado age diretamente na produção e reprodução do imaginário social que, desta forma, acaba por referendar a sua própria existência.

A legitimidade do Estado por meio do aparato jurídico também valida suas ações que buscam igualar todas as relações sociais pelo processo de institucionalização sob o amparo da Lei (COLOMBO, 2001).

Um dos sentidos que esta relação produz é de que o Estado, quando coberto pelo manto das leis, pode realizar tudo, inclusive escolher quais injustiças vai punir, podendo usar de toda força necessária para que as leis sejam cumpridas. O jurídico produz a imagem de submissão legislativa do sujeito e do próprio Estado a um poder especializado que passa a ter autonomia para dizer quais atos estão ou não de acordo com as normas constitucionais (RANCIÈRE, 2014).

Outro fato importante é que este vínculo jurídico se baseia na noção de contrato, ou seja, uma equivalência que produz efeito de acordo, de consenso

(LAGAZZI, 2010). Funciona como uma forma de gestão dos conflitos da sociedade que busca a anulação dos contraditórios pela ideologia jurídica, produzindo um efeito de justiça e imparcialidade.

E, em se tratando dos Estados modernos, os principais conflitos a serem tratados são aqueles que se referem à vida biológica, que passa a ser o centro das atividades relativas à manutenção do poder (AGAMBEN, 2002). Isto se dá porque, ao fazer este movimento de politização da vida, o Estado põe em funcionamento a ideia de que é só a partir dele, principalmente por meio de seu aparato jurídico, que o homem poderá alcançar sua plenitude. A junção do privado com o público interessa ao Estado, para que o mesmo tenha condições de unificar as demandas, que agora deixam de ser individuais para serem coletivas, o que facilita a gestão e controle dos cidadãos e permite que sua estrutura se perpetue. Esta busca pela unificação das demandas não anula o funcionamento do político, enquanto contradição e divisão que sempre irrompe, pois, essa unificação está sempre sujeita a falhas, questionamentos e resistência.

Um dos exemplos deste movimento está justamente na inclusão dos direitos individuais nas constituições que, no caso brasileiro, encontram-se expressos no art. 5º da Constituição de 1988. São exemplos destes direitos individuais: direito à vida, liberdade, liberdade de expressão, propriedade, participação política e religiosa, liberdade de reunião e inviolabilidade de domicílio. Esses direitos estão presentes nos discursos, que reiteram o rol de liberdades concedidas ao sujeito pelo Estado, mobilizando sentidos para ressaltar que os sujeitos dependem do Estado, inclusive para a gerência de suas liberdades.

(Collor) [...] “o pleito que restituiu ao povo brasileiro o direito de escolher seu governante”.

[...] “respeito pelos direitos humanos e cultura da liberdade, que são hoje tendências universais.

(FHC 1) “Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade”.

(FHC 2) “O país desfruta de plena liberdade de opinião e de imprensa, de que muito nos orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para a vitalidade democrática”.

(Lula 1) “Transformaremos o fim da fome em uma grande causa nacional [...]”.

(Dilma 1) “Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade”.

As esferas do Estado passaram a ser consideradas lugares mais adequados para a determinação do bem comum, cujas decisões são tomadas com base nas leis. O problema é que estes lugares propagam a ideia de que não há muito para se deliberar, que as decisões se impõem por si mesmas como sendo uma mera adequação às exigências do mercado. Este formalismo jurídico do Estado vai circular também na sociedade, passando a fazer parte da identidade da comunidade, como parte de sua essência, tendo o Estado como o ente que precede e legitima todos os atos (RANCIÈRE, 1996). De acordo com Foucault (2013), alguns lugares como a esfera estatal e a esfera jurídica, por exemplo, são espaços em que verdades e regras se formam e que passam a circular formando domínios do saber. Para o autor, as práticas judiciais são produtoras de modelos de verdade que são impostos e passam a valer na esfera política, na esfera social e na ordem da ciência, produzindo efeito de um discurso unificado.

Este movimento de unificação funciona como uma forma de assujeitamento, porque o discurso passa a produzir o efeito de que é um instrumento claro, direto, que reflete a realidade tal como ela se apresenta (ORLANDI, 2015), estabilizando sentidos que acabam por reforçar a relação de comando e obediência entre Estado e sociedade, validado pelo discurso jurídico, marcando, ainda mais, a hierarquização do poder que, segundo Colombo (2001), faz com que o Estado seja considerado como um paradigma essencial para a administração de sociedades complexas.

Essa ideia de que o Estado seja essencial para a promoção do bem-estar social pode ser notado nos seguintes enunciados:

(Collor) “Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto, a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais”.

(Itamar) “Eles (os Parlamentos) nasceram para dar às sociedades as leis e as normas, reunir as experiências ao calor da inteligência e da razão, a fim de garantir a continuidade da vida nacional, na paz e na justiça”.

(Lula 1) “Estamos em um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça”.

Ainda segundo Colombo (2001), o Estado moderno passa a existir efetivamente quando não tem que recorrer à força, em ato ou ameaça, para ser reconhecido. E uma vez que esta legitimação ocorre, a noção de Estado torna-se um imperativo no qual toda sociedade se submete a este poder político.

Por isso a importância deste alinhamento entre o Estado e o jurídico, porque o segundo funciona como um substituto da força ao legitimar o poder do primeiro através das leis. Segundo Pêcheux (2011), a dominação da ideologia jurídica tem como reflexo o assujeitamento político e ideológico dos sujeitos, tendo como consequência a ligação entre o aparelho político e as várias esferas sociais como, por exemplo, as escolas, as indústrias. Hoje em dia, a judicialização das relações que se dão na esfera social está ainda mais forte. Tudo pode virar processo, tudo se torna passível de vigilância e punição.

No caso do Estado brasileiro, os discursos de posse mostram sentidos outros que ao mesmo tempo resgatam esta memória que acompanha o funcionamento e a própria constituição do termo Estado. Esses sentidos “são administrados pelas relações de poder, por determinações históricas, por injunções institucionais” (ORLANDI, 2012, p. 141). Neste estudo, a relação de poder que se coloca em evidência é a do Estado frente a seus governados e sua legitimação pelo uso da força, do aparato jurídico e o controle do poder político, por exemplo. Já as determinações históricas funcionam, assim como as injunções institucionais, como dizeres que estabilizam esta relação de dominação do Estado frente ao sujeito, tornando evidente a hierarquia entre eles. O efeito de democratização é produzido pelos discursos quando as falas reforçam a imagem de que os desejos do povo e do Estado são os mesmos ou que o Estado representa o povo e faz valer seus desejos, que as leis contemplam todos de forma igual e que, por isso, não há razão para conflitos.

2.1- O Estado brasileiro e o período da redemocratização

É comum se falar que o Estado brasileiro está em crise e que suas raízes ascendem até o início da história do país. Um dos traços que se manteve por um longo período foi o autoritarismo, que se originou no regime patrimonialista português e se manteve mesmo após a independência (COUTINHO, 2006).

Um exemplo deste movimento de conflito entre ampliação e cerceamento de direitos pelo Estado pode ser visto no Brasil, quando se pensa sobre a história das constituições que, ao longo do tempo, se revezaram em outorgadas, aquelas que foram impostas ao povo, e promulgadas, aquelas que foram elaboradas pelos representantes do povo. A história brasileira possui Cartas Constitucionais ora com tendências autoritárias, ora com tendências democráticas. Assim, tem-se:

- Constituição de 1824: Constituição Imperial
- Constituição de 1891: Constituição Formalmente Democrática
- Constituição de 1934: Promulgada
- Constituição de 1937: Outorgada
- Constituição de 1946: Promulgada
- Constituição de 1967: Outorgada
- Constituição de 1988: Promulgada

Até a década de 1930, o país se mostrava como um Estado centralizado com uma sociedade punitiva. É preciso ressaltar que a passagem do país para a modernidade tem como adjetivo o conservadorismo, ou seja, a mudança manteve várias características como, por exemplo, o poder dos latifundiários e da propriedade fundiária, o que explica o fato da burguesia moderna preferir conciliar-se com o atraso, para manter esse poderio, do que aliar-se às classes populares (COUTINHO, 2006).

Este conservadorismo se reflete na tentativa de manutenção do poder do governo nas mãos das elites, que antes eram agrárias e agora são industriais, ao mesmo tempo em que circulava a ideia de que era função exclusiva do Estado a construção da nação brasileira.

Desde a proclamação da República o Brasil é considerado como um Estado burguês, porém, a consolidação das relações capitalistas só acontece a

partir de 1930, pela expansão da indústria, no entanto, o marco fundamental deste período, que ainda reverbera fortemente na estrutura do Estado brasileiro do século XXI, é a implantação do corporativismo de Estado, que se constitui a partir da ideia de que a modernização social traria à luz interesses diversos e conflitantes e que, por isso, haveria a necessidade de criação de mecanismos que possibilitassem a representação desses interesses, pela formação de grupos unidos por objetivos comuns, nos espaços da gestão pública para a construção dessas representações (COUTINHO, 2006).

A adoção do corporativismo de Estado se mostra como uma forma de defesa e controle pelas classes dominantes do cenário político, de forma que a sociedade civil não construísse esse tipo de representação, sem fomentar a construção de uma consciência política dessa classe.

Essa forma de exercício do poder político no Brasil, autoritário e centralizador, mostra que o Estado, a partir de 1930, passou a servir de forma mais direta aos interesses privados de grupos específicos da sociedade. Criou-se um Estado de Bem-Estar no âmbito jurídico que não foi implementado na prática, não porque o país não possuísse recursos, mas porque a vontade política dos governantes estava na manutenção do status econômico, privilegiando grupos específicos (COUTINHO, 2006).

Avançando um pouco mais na história do Estado brasileiro, destaca-se o período do regime militar, instaurado no país em 1964, como resultado da concentração e personificação do poder que se vislumbrou nos países da América-Latina, a partir da polarização do mundo pós-Guerra Fria. No início, as ditaduras apontavam que o compromisso era resgatar o processo democrático, porém, se mostrou como um período que cerceou fortemente direitos e liberdades civis (SILVA ET AL, 2017).

No caso brasileiro, o golpe de 1964 interrompeu o regime democrático por um período de 20 anos. Foi um período marcado por fases de oscilação da coesão da direita no qual as forças armadas assumiram o governo sob o argumento de combater a corrupção e ao comunismo (MOTA, 2015).

Era para ser um governo transitório, mas que se manteve por muito tempo e o poder era exercido pela promulgação de Atos Institucionais (AIs), que concediam maior poder ao Executivo. Desta feita, o Parlamento foi fechado e ocorreu a institucionalização da repressão por meio do AI5, implementado no

Governo de Costa e Silva, tornando ainda mais latente o autoritarismo do regime militar (FICO, 2004).

De acordo com Chauí e Nogueira (2007), na época do governo militar era comum se fazer a distinção entre sistema e regime. O primeiro diz respeito ao governo e o segundo corresponderia à estrutura do poder desenvolvida pela ditadura, que se fundamentou na ideologia da segurança nacional. Desta forma, foi a crise de legitimidade do sistema que permitiu o movimento de abertura democrática, que ocorreu de forma lenta e segura para que os militares e o próprio capital não saíssem do contexto principal da gestão poder estatal.

Já Coutinho (2006) observa que uma das contradições produzidas pela ditadura foi o fato de que, ao tentar reprimir a sociedade civil por diferentes formas, o regime conseguiu que ela se fortalecesse ainda mais. Como exemplo tem-se o projeto de abertura política proposto pelo governo Geisel que, num primeiro momento, buscou atrair a oposição na tentativa de se evitar o declínio do regime, e que também queria que os processos de anistia fossem revistos caso a caso, porém, a sociedade civil conseguiu que o processo fosse bem mais amplo.

O governo Geisel ainda tomou várias medidas para salvaguardar a perpetuação das ideias de 1964 como, por exemplo, a manutenção da ordem contra a luta de classes e a esquerda; a promoção do desenvolvimento a partir dos interesses do capital; o progresso e implementação da democracia representativa. Para tentar manter o poderio do partido do governo, o Arena, elevou-se os, até então, territórios de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Tocantins à categoria de estados, com o objetivo de promover a ampliação das bases do partido. Foram escolhidos senadores com mandato vitalício, promoveu-se a reformulação ideológica da segurança nacional e, principalmente, o controle sobre as formas de oposição, no campo institucional pelo MDB e no campo social pela CNBB, OAB, DCE's e sindicatos (CHAUÍ; NOGUEIRA, 2007). Foi uma transição fortemente gerenciada.

Como já dito, a classe industrial começou a ganhar força na década de 1930, e no período da ditadura as multinacionais e grupos empresários, formados por construtoras e empreiteiras como a Odebrecht, Camargo Correa, Lopes, etc., passaram a possuir o domínio sobre a economia, além de financiar as operações consideradas como de segurança nacional, especialmente pós-

promulgação do AI5. Em troca por sustentarem todo o aparato da repressão, tais empresas obtiveram riqueza a partir da construção de estradas, hidrelétricas, aeroportos, etc. (COUTINHO, 2006).

O declínio do regime militar gerou expectativas com relação ao processo de democratização, especialmente com relação ao retorno de um governo civil. O processo de transição teve início com a flexibilização das restrições impostas pelo governo militar para o exercício dos direitos civis e durou até a posse de um governo civil e proposição de uma nova Constituição. A fase de transição do governo enfrentou problemas como o pagamento da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o desequilíbrio entre a alta inflação e o baixo crescimento econômico (KECK, 2010).

A ditadura se mostrou como uma arena acirrada de disputa pelo poder político. Foram anos de instabilidade política, criado pelas disputas entre os oficiais moderados e os radicais, o que impactou na coesão interna e na dinâmica política da organização. Durante o regime, tanto o Judiciário quanto o Congresso sofreram limitações severas com relação ao exercício de suas atribuições, e pouco se inovou na área econômica na qual o principal objetivo foi o combate à inflação, porém, sem muito sucesso (KINZO, 2001).

A abertura política ocorreu durante o Governo Figueiredo (1979-1985). Houve grande apelo da sociedade em favor da realização de eleições diretas, cujo movimento ficou conhecido como “Diretas Já”, que contou com o apoio de partidos de oposição, sindicatos e artistas. Porém, o Parlamento rejeitou a utilização de eleições diretas e formou-se um Colégio Eleitoral para conduzir o processo (SILVA ET AL, 2017).

O processo de redemocratização ocorreu de forma muito lenta e a restituição das liberdades sociais e políticas ocorreu de forma gradual. De acordo com Kinzo (2001), a transição se deu da seguinte forma: (1976-1982): período de transição sob o controle total do governo militar, que mais parecia um modelo de reforma do regime do que efetivamente uma etapa de transição democrática; (1982-1985): mudança no processo político com a inclusão de atores civis, mas ainda sob o domínio militar; (1985-1988): período de transição em que os militares deixam de ter papel principal no governo.

Na perspectiva de Seino (et al, 2013), a transição democrática promoveu uma modernização do Estado sem rupturas, propondo a continuidade com o

passado. A transição representou uma forma de revolução passiva, ou seja, um processo de revolução sem revolução “(...) em que as elites políticas das classes dominantes se apropriaram total ou parcialmente da agenda dos setores subalternos, cooptando suas lideranças, afastando outras, em uma estratégia de conservar mudando (...)” (VIANNA, 2011, p.172). Segundo o autor, a tônica da época era mudar para que tudo se mantivesse como estava anteriormente.

A tensão entre sociedade civil e Estado está justamente nesse fato, já que nas décadas de 1970 e 1980 a sociedade civil se mostrou como um ator relevante para o processo de redemocratização, cuja conquista maior foi a possibilidade do exercício livre e pleno da democracia. Porém, ao mesmo tempo, o maior interesse da classe dominante era manter o status quo ou, quando muito, alterar o mínimo possível para que o poder fosse conservado, mas agora com uma roupagem moderna (SEINO ET AL, 2013).

O fim da ditadura a rigor só se efetiva com a implantação de um regime com fincas na democracia, legitimado e sustentado socialmente por uma nova cultura pública. No caso brasileiro, o processo político teve força para transpor o regime ditatorial, mas não teve força para democratizar o país (SILVA ET AL, 2017).

A tensão entre Estado e sociedade permanece ao mesmo tempo em que os governos buscam a manutenção do poder e o controle da sociedade civil que, por sua vez, busca irromper e criar espaços para participar da gestão pública. O objetivo dos governos tem sido a produção de elementos de senso comum, com a ideia de que a sociedade não tem a devida competência para participar das decisões estatais, que servem para a manutenção do poder e da hegemonia das classes governantes (COUTINHO, 2006).

O primeiro governo civil pós-regime militar foi eleito de forma indireta. José Sarney, até então ocupando o cargo de vice-presidente, assumiu a presidência com a morte de Tancredo Neves e governou de 21/04/85 a 15/03/90. Os eleitos se diziam representantes da “Nova República” e destacavam, em seu discurso, a necessidade de organização institucional do Estado e a conciliação entre as lideranças para o fortalecimento da soberania e da democracia (VIEIRA, 2015).

Na época, a imagem de Tancredo era a de que ele seria o novo “pai dos pobres”. Seu plano de governo foi idealizado por Ulysses Guimarães

(RODRIGUES, 1999). De acordo com Kinzo (2001), a morte de Tancredo Neves representou um problema para o avanço do processo de democratização, que já possuía bases frágeis.

A este fato soma-se os problemas econômicos, como a recessão, as greves promovidas por vários setores e o déficit de legitimidade com relação a Sarney que, além de não contar com nenhum respaldo advindo de uma vitória em eleições diretas, era uma figura diretamente ligadas aos militares (KINZO, 2001).

Fato é que o início da transição democrática trouxe consigo práticas antigas como o clientelismo, populismo e a tutela militar na gestão estatal (COUTINHO, 2006).

A aceitação do governo Sarney, tanto quanto sua popularidade, ficou condicionada aos bons resultados no combate a inflação, o que não ocorreu (BALIEIRO JÚNIOR, 2013). A partir de 1987, o governo se viu atrelado a representantes do capital mercantil, formado por empresários e políticos que dependiam de favores do Estado. A incompatibilidade entre o governo e as forças econômicas reforçou ainda mais a crise de legitimidade, expondo a vulnerabilidade da democracia nesse período (BRESSER-PEREIRA, 1989).

O ponto positivo do governo foi o crescimento do viés democrático, principalmente com a elaboração da Constituição de 1988, que proporcionou o embate entre vários grupos que pleiteavam aumentar ou restringir limites que impactavam nos campos social, econômico e político. Havia uma tensão entre as forças políticas que eram originárias do antigo regime e que lutavam para manter sua posição no cenário político, e setores vinculado a esquerda ganhavam mais espaço devido à ampliação da defesa dos direitos sociais (KINZO, 2001).

A elaboração da Constituição de 1988 possibilitou a participação de grupos organizados da sociedade. Seu texto trouxe mecanismos que referendavam a democracia, defendendo a existência de plebiscito e do voto, a possibilidade de a sociedade propor leis, assim como a desconcentração do poder e igualdade entre Legislativo, Executivo e Judiciário, além da previsão do rol de direitos individuais e coletivos.

Já o governo Collor tinha uma proposta neoliberal pela qual a vida econômica se impõe no cenário político. São características do neoliberalismo:

o Estado mínimo; pouca participação estatal nas políticas sociais, que se tornaram residuais e compensatórias, inclusive com a reversão de políticas sociais já aprovadas na Constituinte (PAIM, 2008).

Fernando Collor de Melo foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto, após o período da ditadura. Tomou posse em 15/03/90 e governou até 29/12/92, quando renunciou ao cargo, a fim de evitar o processo de impeachment por denúncias de corrupção em seu governo. Suas pautas principais foram: o combate da inflação; a moralização política; abertura de mercado e execução do programa de desestatização (VIEIRA, 2015).

Neste cenário, os grupos com recursos e influência eram os que obtinham melhores resultados frente aos demais. Essa lógica perdura pelos governos seguintes, se mantendo a defesa de interesses econômico-corporativos em detrimento de interesses mais amplos, que aprofundariam as relações democráticas (COUTINHO, 2006).

A democracia foi testada por diversas vezes devido a questões que atingiram diretamente o governo como: a implementação de medidas econômicas drásticas e ineficazes; o processo de impeachment em 1992 com a suspeita de corrupção praticada pelo Presidente; a ascensão de Itamar, em 1993, que exercia uma liderança vacilante; o plebiscito para escolha entre o parlamentarismo e o presidencialismo, em 1994; a revisão da Constituição de 1988, que trouxe poucas mudanças; a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do orçamento, que apontou para a existência de corrupção por parte de alguns membros da Comissão do Orçamento do Congresso (KINZO, 2001).

Após a renúncia de Collor, seu vice-presidente, Itamar Franco assume a presidência do Brasil pelo período de 29/12/92 a 01/01/95, tendo como maior destaque de seu governo a introdução do Plano Real, que alcançou seu objetivo de controlar a inflação e promover a estabilidade econômica do país (VIEIRA, 2015). Assim como Sarney, Itamar Franco enfrentou problemas de legitimidade.

Durante todo o tempo o governo enfrentou problemas advindos da década de 1980, quando se rompeu o padrão de Estado desenvolvimentista e vislumbra-se o aumento da dívida externa (IANONI, 2009). Houve a internacionalização do mercado de títulos públicos como forma de assegurar o pagamento da dívida externa (PAULANI, 2006).

Os três primeiros governos da era da redemocratização no país mostram a relação entre o Estado e as leis em diferentes condições sócio históricas. É preciso dizer que tal relação não é imutável, mas é produzida na relação com a ideologia, a historicidade e as condições de produção do discurso.

Apresentam-se as seguintes formulações presentes nos discursos de posse de Sarney, Collor e Itamar Franco, a fim de observar como o Estado busca amparar sua legitimidade pelo arcabouço jurídico:

(Sarney) “Na forma da Constituição Federal assumi a Presidência da República, na impossibilidade de fazê-lo o Senhor Presidente Tancredo de Almeida Neves, a quem, tenho absoluta certeza, dentro de poucos dias entregarei o Governo na forma da Constituição e das Leis, no desejo e vontade do povo brasileiro”

“Exerceremos os nossos deveres, eu e os Senhores, como escravos da Constituição, das Leis, do Povo e dos compromissos da Aliança Democrática [...]”.

(Collor) “Venho trazer ao Poder Legislativo, ante o qual, seguindo o preceito da Constituição, acabo de assumir a Presidência da República, meu apreço e minha homenagem. Creio firmemente, Senhores Senadores, Senhores Deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República, o Legislativo e o Judiciário, tradicionais, autônomos e indispensáveis para a harmonia da política e o bem da Nação brasileira.

“Permanece válido, ainda hoje, o adágio medieval: o Estado é uma entidade que pune todas as injustiças, exceto as que ele mesmo comete”.

(Itamar) “Pode orgulhar-se a Nação capaz de dominar as suas mais graves crises políticas na ordem da Lei.

“Soubemos caminhar estes meses difíceis, sem arranhar as nossas leis e sem violar aqueles princípios permanentes do Direito que, embora não escritos, constituem o fundamento das sociedades políticas”.

“A Constituição da República, nos artigos que proclamam os nossos objetivos e os nossos princípios, encerra e resume a razão de ser do Estado Nacional”.

O jurídico funciona ao mesmo tempo como um elemento de legitimação do Estado e como um meio de coerção dos sujeitos que, na condição de cidadãos, devem se submeter às leis. É uma forma de demonstrar a autoridade estatal perante o povo, mantendo-se o controle do poder e da ordem de forma a cristalizar a ideia de que esta é a melhor estrutura para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e segura, produzindo a ideia de ser desnecessário qualquer tipo de participação social. Tem-se um equívoco, uma falha nessas

formulações que produzem o sentido possível de que a razão de ser do Estado é a defesa e gestão das leis e não o povo.

Destaca-se o discurso de Itamar Franco: *“É dever do Estado agir com todo o rigor para manter o monopólio da força, assegurar o cumprimento da Lei e eliminar esses focos de banditismo”*. Nota-se que, quando esta última fala foi proferida, parecia ser evidente o que era esse banditismo, porém, se fosse proferido hoje, os focos de banditismo seriam outros bem diferentes como, por exemplo, as milícias e até os agentes corruptos que atuam na esfera estatal. Desta forma, esta fala nos remete à relação entre estrutura e acontecimento, entre o mesmo e o diferente, que permeiam a cena discursiva. Segundo Pêcheux (2006) essa relação se torna relevante tendo em vista que um mesmo acontecimento histórico pode dar origem a diferentes enunciados, construindo acontecimentos discursivos distintos. Por isso, é que se torna a mesma fala possa produzir sentidos diversos, como no caso do termo banditismo usado por Itamar Franco em seu discurso.

É possível observar também que esses discursos mantêm relação com o regime ditatorial que os antecedeu. Mesmo sendo um período pós-ditadura no qual o povo clamava por maior liberdade e por uma atuação menos dura do Estado, os discursos reforçam a ideia da importância do mesmo e de seu aparato para controlar e punir o povo, ressaltando o fato de que o Estado está acima de tudo, inclusive da própria lei, porque pode punir todas as ações que considerar injustas, mas as suas ações não são punidas por se tratar de um poder maior.

De acordo com Dahl (2001, p. 53) “(...) o estado é um tipo muito especial de associação que se distingue pelo tanto que pode garantir a obediência às regras sobre as quais reivindica jurisdição, por seus meios superiores de coerção”. E Santos (1995) vê a administração da justiça como uma instância política e os tribunais são compreendidos como um subsistema político.

A diferença está no abrandamento da forma como o poder é evidenciado. Anteriormente, era por meio de discursos ameaçadores e desfiles com tanques de guerra; agora, o poder é justificado pelo ato de seguir as leis e os princípios democráticos que concedem ao Estado a liberdade de utilizar a força e o poder

de punição em defesa, a qualquer custo, do bem-estar, da segurança e da própria democracia.

Nos discursos de posse tem-se o funcionamento da ideologia que, de acordo com Mariani (1998), se traduz como um mecanismo imaginário que é posto para o sujeito, de acordo com as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe pareça natural. E, para Orlandi (2015, p.44), o trabalho da ideologia é “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”.

No que diz respeito ao funcionamento da ideologia, estes discursos estão inscritos no campo do Estado Democrático de Direito e, por isso, os sentidos estão às voltas de temas como proteção e efetivação de direitos individuais e sociais, a proteção jurídica garantida pelo Estado e a vinculação de toda esfera estatal aos ditames da legislação vigente.

Há de se observar também que a prática social pelo exercício da cidadania é confiada ao Estado, assim, de acordo com Santos (1995), as dimensões da prática social vão sendo despolitizadas e se tornam imunes ao exercício da cidadania.

Apresentam-se as seguintes falas, a fim de observarmos o funcionamento da ideologia nos discursos de posse:

(Sarney): “[...] a quem, tenho absoluta certeza, dentro de poucos dias entregarei o Governo na forma da Constituição e das Leis, no desejo e vontade do povo brasileiro.

(Collor): “[...] um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República, o Legislativo e o Judiciário, tradicionais, autônomos e indispensáveis para a harmonia da política e o bem da Nação brasileira”.

“A finalidade maior de meu Governo é libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça”.

“Levarei em conta que vivemos um momento raro na história da humanidade, em que se prenuncia a efetiva construção da paz e da segurança”.

(Itamar): “Pretendo dizer à Nação que se encerrou, e esperamos, para sempre, a época de Chefes de Estado com poderes quase imperiais, para começar a era da responsabilidade dividida de fato, e não somente de direito, entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, na administração do País e no cumprimento de seu destino”.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) exerceu o cargo de 01/01/95 a 01/01/03 e suas principais ações foram: ampliação das vendas das empresas estatais, manutenção da estabilidade econômica, reforma do Estado a partir da implementação da Administração Pública Gerencial, concessão de ferrovias e rodovias, terceirização dos serviços não essenciais, reforma da previdência, promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, estímulo ao investimento privado no setor educacional (VIEIRA, 2015).

Pela perspectiva econômica, o governo representou uma continuação do anterior cujos ajustes e a própria reforma do Estado não permitiram a concretização de algumas questões já previstas na Constituição de 1988, principalmente com relação aos investimentos na implementação dos direitos sociais (PAIM, 2008). Assim, no âmbito da política social o posicionamento do Estado era de assumir uma função complementar ao setor privado (DRAIBE, 2003).

No primeiro mandato Fernando Henrique buscou a modernização do país e de suas instituições (PAULANI, 2006). Para tanto, as principais agendas foram: busca pela estabilização da moeda; implementação de formas constitucionais; mudanças específicas no Executivo como, por exemplo, reforma do sistema financeiro, privatizações, negociação das dívidas dos estados para com a União. Houve uma reconfiguração da relação entre o Estado e o mercado (COUTO; ABRÚCIO, 2003).

A reeleição foi possível devido ao sucesso que o governo obteve no controle da inflação, que representou a reorganização e afirmação do poder político do Estado perante à sociedade. E, a partir daí, as ações e políticas propostas continuaram a seguir a lógica do neoliberalismo e da globalização pelo esvaziamento das funções econômicas estatais e a internacionalização produtiva (BALIEIRO JÚNIOR, 2013).

Em seu segundo mandato, Fernando Henrique enfrentou problemas decorrentes da crise energética e acusações de corrupção por suspeitas de beneficiamento de grupos nos processos de privatização das empresas estatais (VIEIRA, 2015).

O ponto central era a preservação do Plano Real e a defesa da credibilidade, sendo estas as principais justificativas para a continuação da política de abertura econômica e privatizações. Destaca-se que foi no segundo

mandato que ocorreu a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, resultado de negociações entre o então Presidente e o Fundo Monetário Internacional (PAULANI, 2006), como uma das condições para a continuação da concessão de empréstimos desse Fundo ao país.

De acordo com Couto e Abrúcio (2003), a existência de conflitos políticos fizeram com que FHC perdesse o poder, quando comparado ao primeiro mandato. E um dos fatores foi a restrição dos poderes do Executivo para editar e reeditar Medidas Provisórias. O governo também enfrentou problemas com relação ao baixo crescimento e falta de emprego, com a operacionalização das agências reguladoras e as privatizações, o que levou ao enfraquecimento das bases de apoio ao governo no Congresso.

Já Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) também foi eleito por dois mandatos consecutivos, assumindo a presidência de 01/01/03 a 01/01/11. Implementou em seu governo a reforma da previdência, buscou a melhoria da estabilidade econômica, fomentou a surgimento de vagas de emprego, instituiu os programas Fome Zero e Bolsa Família, o Plano de Desenvolvimento da Educação, o Programa de Aceleração do Crescimento. Também enfrentou acusações de corrupção cujo escândalo ficou conhecido como Mensalão, que averiguava a ocorrência de compra de votos de parlamentares para aprovação de medidas no Congresso Nacional (VIEIRA, 2015).

O governo de Lula gerou grandes expectativas de forma que, ainda na campanha eleitoral, o Partido dos Trabalhadores publicou um documento chamado “Carta ao Povo Brasileiro” no que se afirmou que os contratos e fundamentos econômicos do governo FHC seriam seguidos (BALIEIRO JÚNIOR, 2013). Por isso, na perspectiva de Coutinho (2006), o governo em nada contribuiu para romper com a hegemonia do neoliberalismo, pelo contrário, reforçou-a por meio de sua política macroeconômica.

Uma forma de manutenção do status quo do poder, ou seja, o governo só seria tolerado se mantivesse algumas bases já estruturadas, principalmente a base econômica.

Para Machado (2009), esse documento representou uma mudança de perspectiva na política petista, rompendo-se com sua identidade partidária, cuja direção seria a de pedir auditoria da dívida pública e promover a reforma agrária,

mas preferiu alinhar-se com os banqueiros nacionais e internacionais e com a burguesia industrial.

O primeiro mandato foi uma continuação do legado econômico de Fernando Henrique e enfrentou questões como a duplicação da dívida pública e o fato da moeda ter perdido metade do seu valor. Foram utilizados métodos econômicos ortodoxos, como a elevação das taxas de juros e cortes de investimentos públicos, cujo objetivo era manter o superávit primário, que é o resultado de todas as receitas e despesas do governo, positivo. Os reflexos dessas medidas para a população envolveram o aumento dos preços de forma geral e também do desemprego (ANDERSON, 2011).

E segundo, Giambiagi (2005, p.197), “é comum em partidos de esquerda que, tendo a perspectiva do poder, se aproximam do centro político, o PT foi abandonando algumas bandeiras que empunhou historicamente, como, por exemplo, a defesa da moratória da dívida externa”.

Ao implementar uma política de exportação mais agressiva, o governo beneficiou as classes industrial e agropecuária, em atendimento ao capital financeirizado, que busca fortemente o aumento do superávit primário no qual o resultado positivo das contas públicas é destinado ao pagamento de juros da dívida pública (MACHADO, 2009).

No escândalo de “Mensalão”, no qual o governo petista foi acusado de pagar sete mil dólares por mês pelo voto dos deputados com dinheiro advindo de fundos ilegais contratos pelo PT, mostrou uma ampla rede de corrupção por trás da conquista do poder por Lula (ANDERSON, 2011). E também expôs que esta prática de financiamento ilegal de campanhas utilizando-se de doadores secretos, cuja contrapartida era a troca de favores, era uma prática generalizada na política brasileira que já havia afetado Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, quando era presidente do PSDB e teve que renunciar a este posto sob essa mesma acusação. *“A compra de votos no Congresso não era novidade. Era sabido que Cardoso tinha molhado a mão de deputados do Amazonas para garantir a mudança constitucional que lhe permitiu concorrer ao segundo mandato”* (ANDERSON, 2011, p. 25).

Ressalta-se também que o governo Lula, ao criar o programa Bolsa Família, aumentou recursos e unificou programas que já existiam de maneira

isolada desde o governo Sarney como os programas bolsa escola, auxílio leite, auxílio gás, etc.

Para Singer (2012), o maior destaque dos governos Lula, que refletiu positivamente nos campos social, econômico e político, foi o fomento ao desenvolvimento do mercado interno, inspirado no modelo do capitalismo inclusivo, que busca criar benefícios de longo prazo que atinjam não só acionistas, empresários e governo, mas também sociedade.

Essa estratégia de crescimento do consumo das massas significou o alinhamento dos eixos econômico e social do governo. Outro fator que merece destaque é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que objetivou impulsionar os investimentos públicos e privados na melhora da infraestrutura do país, oportunizando também a geração de empregos (OLIVEIRA, 2015).

E Dilma Vana Rousseff governou o país de 01/01/11 a 31/08/16, quando foi afastada da presidência após sofrer processo de impeachment. Esta foi a primeira vez que uma mulher assumiu este cargo e suas principais plataformas de campanha foram: redução do desmatamento, a implementação da reforma tributária, redução da dívida pública, ampliação do acesso à educação e redução da pobreza extrema.

Seu afastamento prematuro do cargo ocorreu porque a Câmara dos Deputados acolheu um dos sete pedidos de impeachment contra a presidente e determinou, pela votação da maioria, pela instauração do processo no Senado Federal, sob a acusação de improbidade administrativa. Posteriormente, após avaliação, o Senado Federal determinou, pelo voto da maioria, a cassação do mandato da presidente. De acordo com Bastos (2017), a forte crise enfrentada pelo governo na época se deu porque o mesmo perdeu a governabilidade e, por isso, não conseguiu controlar os conflitos e nem conciliar os interesses entre as classes, sofrendo fortes pressões para seu término.

Quando se analisa os outros discursos, de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, outros sentidos, além desta relação do Estado com a lei e a filiação ao Estado Democrático de Direito, são postos em movimento e indicam uma outra filiação à qual o aparato estatal está ligado, que é a ideologia capitalista.

Estas falas estão vinculadas aos sentidos que formam a imagem do Estado capitalista como aquele que é o principal mediador da economia, cuja

prioridade é garantir e assegurar o desenvolvimento econômico. Como aquele propulsor dos negócios e da inovação, produtor do discurso da realização do indivíduo enquanto sujeito, a partir do consumo e do lucro, incentivador do empreendedorismo e do trabalho enquanto objetivo de vida principal dos sujeitos e reproduzidor da divisão de classes. A partir deste cenário destacam-se os seguintes trechos dos discursos.

(FHC 1) “Mais importante: hoje nós sabemos o que o Governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia. E vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo”.

(FHC 2) “Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite, que sempre pôde tudo”.

Há nas formulações acima uma tentativa de ressignificação do que seja direito do cidadão, que passa pelo empoderamento para exercer a atividade de consumo.

E ainda se destaca as formulações:

(Lula 1) “Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade [...]”.

(Lula 2) “Vamos realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infraestrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar a execução”.

(Dilma 1) “É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro”.

(Dilma 2) “Por isso, no novo mandato vamos criar, por meio de ação firme e sóbria, na economia, um ambiente ainda mais favorável aos negócios, à atividade produtiva, ao investimento, à inovação, à competitividade e ao crescimento sustentável. Combateremos sem trégua a burocracia. Tudo isso voltado para o que é mais importante e mais prioritário: a manutenção do emprego e a valorização, muito especialmente a valorização do salário mínimo que continuaremos assegurando”.

A noção de direitos e deveres do cidadão fica mais apagada nos trechos acima, dando lugar à noção de que o cidadão representa mais uma força a contribuir para o desenvolvimento econômico do Estado.

Neste contexto, segundo Orlandi (2011), a tarefa do Estado passa a ser a de um mediador e esta categoria lhe concede a função de fixar sentidos, organizar as relações e gerenciar os conflitos, que são fundamentais para a constituição das relações de poder.

Ressalta-se, dos trechos já destacados acima, os processos discursivos que produzem este efeito de apagamento do conflito, que é típico do funcionamento do político: a ideia de que o Estado tem o controle pleno das necessidades do povo e o momento adequado para a efetivação das mesmas; que tem plenas condições para fomentar mais recursos e melhor aplica-los; que existe um planejamento de ações para favorecer os negócios e o setor produtivo que irá impactar positivamente na geração de emprego e renda. E, por isso, estas questões não devem se transformar em uma preocupação para o cidadão.

E neste outro trecho: (FHC 2) *“No Brasil, por muito tempo, o Estado como organização esteve à frente da sociedade. Hoje, ao contrário, é a sociedade que, via de regra, caminha à frente do Estado”*, observa-se que, aqui, o Estado aparece como algo que pode atrapalhar ou ir de encontro ao desenvolvimento da sociedade. Esse seria o principal ideal de uma sociedade dita liberal: diminuir o poder do Estado e aumentar o poder e a independência do Mercado, da Economia.

Nesta relação entre Estado capitalista e sujeito é preciso considerar o funcionamento da ideologia que, pela perspectiva discursiva, não se refere ao conteúdo oculto, mas diz respeito ao mecanismo que produz sentidos sócio historicamente aceitos e já naturalizados (ORLANDI, 2012). Desta forma, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia cujo resultado é uma forma sujeito-histórica (ORLANDI, 2001). Assim, quando se considera que a relação entre sujeito e Estado são constitutivos de ambos, o funcionamento da ideologia irá resultar na forma sujeito-capitalista. Mas, primeiramente, é preciso pensar no Estado funcionando como uma categoria que contribui para a reprodução do discurso e práticas essencialmente capitalistas que, no caso brasileiro, envolve também o domínio da gestão estatal por grupos de produtores, seja da agricultura ou da indústria.

Um dos objetivos dos discursos de posse presidencial é justamente fazer uma “propaganda” do governo, mostrando basicamente o que se fez, o que irá ser feito, o que irá ser mudado pelo início de um novo mandato presidencial. E

considerando os movimentos parafrásticos que, segundo Orlandi (2015, p.34) representam “o retorno aos mesmos espaços do dizer”, o Estado capitalista, nestes discursos, sofreu uma atualização em sua forma, hoje conhecida como Estado gerencial.

Faz-se necessário esclarecer sobre os modelos de gestão que foram implementados no Estado brasileiro. O primeiro deles foi o modelo patrimonialista em que as tomadas de decisão feitas pelo gestor vão de acordo às suas intenções pessoais em uma clara junção entre a esfera pública e a esfera privada, as ações propostas eram de cunho clientelista (FAORO, 2008).

A administração pública sofreu significativa transformação com a implementação do modelo burocrático que ocorreu no governo de Getúlio Vargas. As principais características da gestão burocrática são: primazia das normas, especialização técnica, hierarquia de comando, impessoalidade na ocupação dos cargos públicos (FERREIRA, 2011).

Foi o descontentamento com os serviços prestados pelo Estado que ensejou o desenvolvimento da administração pública gerencial, no início da década de 80, mas que ganhou maior fôlego e a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. Este modelo buscou o que se considerava como as melhores práticas do mercado utilizadas pelas empresas privadas e sua transposição para a esfera pública. Desta forma, as características deste modelo são: aplicação dos conceitos de eficiência e eficácia, produtividade e racionalidade em suas atividades (FADUL; SILVA, 2008); execução de estratégias que garantam o bom funcionamento do mercado, fomentar a autonomia e a capacitação gerencial dos gestores, buscar a melhoria dos serviços prestados a partir da perspectiva de que o cidadão é um cliente/consumidor dos serviços prestados pelo Estado, descentralização das atividades estatais, incentivo à participação popular na esfera estatal, mas o processo decisório é centralizado (BRESSER-PEREIRA, 1998; PAES DE PAULA, 2005). Interessante observar que essas características de mercado acabam por constituir e atravessar toda e qualquer prática social e relações e não só as de mercado. Isso traz um grande impacto social, inclusive na constituição da subjetividade contemporânea.

Percebe-se a implicação desses princípios também na vida privada, que é a todo momento bombardeada por falas que envolvem temas como

empreendedorismo, produtividade, mesmos princípios que norteiam o desenvolvimento estatal.

Ressalta-se que, mesmo com a predominância do paradigma do modelo gerencial, a administração pública brasileira ainda convive com a coexistência dos três modelos. Um exemplo ainda comum na gestão pública é a nomeação de parentes para ocupação de cargos públicos, sendo esta uma representação da gestão patrimonialista.

Desta forma, quando se retoma a noção de ideologia enquanto produtora do apagamento dos sentidos para que um único sentido se torne evidente (ORLANDI, 2012), causando a impressão, segundo Pêcheux (1997), de que o sentido é único e que o sujeito é a origem de todos os sentidos que produz, percebe-se o funcionamento dos movimentos parafrásticos enquanto estabilizadores deste sentido.

Aqui, torna-se perceptível que os discursos proferidos, tendo como paradigma o modelo do Estado gerencial funcionam como paráfrases que reiteram as características e funcionamentos do Estado capitalista que, por sua vez, fazem parte da construção imagética do Estado brasileiro.

Quando se apresentam as falas:

(DILMA 2) *“...sustentar o crescimento da economia”. “...vamos criar, por meio de ação firme e sóbria na economia, um ambiente ainda mais favorável aos negócios, à atividade produtiva, ao investimento, à inovação, à competitividade e ao crescimento sustentável”.*

(LULA 2) *“Vamos realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infraestrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar a execução”* (LULA 2). Os sentidos aqui se movimentam para sustentar o discurso do gerencialismo de eficiência e eficácia das ações estatais que privilegiem a economia e, conseqüentemente, o discurso capitalista de que o Estado deve ser o mediador da economia.

O funcionamento da noção do Estado como responsável pelo incentivo aos negócios, à inovação e ao empreendedorismo aparecem em: *“Nossos filhos terão mais e melhores oportunidades na vida”. “Quatro anos depois, o Brasil é igual em energia produtiva e criadora”. “É preciso (...) fomentar o*

empreendedorismo das classes médias...” (LULA 2) “Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo – um país de classe média sólida e empreendedora”. “É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro” (DILMA 1).

Ressalta-se que estes discursos buscam implementar uma nova relação entre o Estado e o sujeito, uma relação de parceria, uma relação negocial.

E pelas seguintes falas: “...ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores”; “Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros” (LULA 1); percebe-se a repetição/sustentação do discurso de que o trabalho deve ser o fim maior preterido pelos sujeitos, presente no discurso do Estado capitalista, e que a produtividade deve ser o objetivo maior a ser alcançado no discurso do Estado gerencial.

O que será verificado no próximo capítulo é a relação entre Estado e democracia e como estes sentidos são mobilizados nos discursos de posse.

3- DEMOCRACIA: CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO NO ESTADO BRASILEIRO

Outra relação que aparece nos discursos de posse é a relação entre Estado e a democracia. Bôas Filho (2013) analisa a historicidade do conceito de democracia e destaca a existência de significados contraditórios, a partir de múltiplas experiências históricas que sedimentam esse conceito. Neste sentido, Sartori (1994) diz que a era em que vivemos é a da democracia confusa, porque existe uma grande indeterminação acerca desse conceito devido ao fato de existir múltiplas fontes que fundamentam a democracia moderna. Percebe-se que a tentativa de se produzir um consenso em relação ao termo democracia, estabelecendo um sentido único e pleno é ilusório.

É preciso ressaltar que, até o século XX, a maior parte do mundo exaltava a superioridade dos sistemas não democráticos, cujos governos justificavam este domínio alegando que o povo não teria competência para participar de assuntos do Estado. E como apenas essa justificativa não era suficiente, recorria-se também à coerção (DAHL, 2001).

De acordo com Dahl (2001) ao longo dos tempos vão surgindo condições para a existência da democracia como, por exemplo, na Grécia há 500 A.C. Foram os gregos que cunharam o termo *demokratia* para representar o governo do povo, da gente comum. Para Agamben (1995), conceitos como soberania, povo e democracia funcionam em outra realidade diferente daquela que tais conceitos designavam quando de sua criação, dado a preponderância do governo e da economia sobre o que se conhece como soberania popular.

A democracia grega considerada uma forma de democracia participativa, na qual os cidadãos tinham legitimidade para participar, por meio de assembleias. Porém, é preciso esclarecer que, no âmbito da democracia grega, havia restrição com relação aos grupos que eram considerados cidadãos. Esta nomeação era dada quase que exclusivamente aos proprietários de terra, excluindo-se as mulheres, estrangeiros, crianças, escravos, comerciantes, etc.

Outro exemplo ocorreu na Itália, em 1100 D.C., época em que várias cidades do norte implementaram governos populares, abrindo-se para a participação das classes populares e não apenas aos representantes das famílias de classe superior.

Visando auxiliar na melhor compreensão das teorias democráticas, Cunningham (2009), apresenta quatro teses: i) a democracia é um escopo ilimitado, que pode ser aplicado em todas as formas de associação humana como escolas, indústria e família; ii) a democracia é sensível ao contexto, que impacta tanto para impulsionar seu progresso quanto para inibir, ficando vinculada às circunstâncias sociais, culturais e econômicas. Tem-se aqui o exemplo brasileiro com relação ao período do governo militar, que inibiu e negligenciou a democracia e sua recomposição a partir da redemocratização do país. iii) a democracia envolve uma questão de grau, ou seja, pode ser valorada; iv) a democracia é problemática, porque apresenta dificuldades em relação à honestidade dos líderes e sua discricionariedade para governar sem ferir o engajamento e a iniciativa dos cidadãos; pela intensificação do capitalismo agressivo desde o pós-Segunda Guerra que tende a atrofiar a democracia em sua defesa; e dificuldades de se construir métodos que cheguem a resultados quando o consenso e a negociação não são possíveis, mas que ao mesmo tempo não impeçam negociações futuras. No Brasil, a democracia sofreu fortes ataques principalmente pelo comportamento dos agentes públicos e seu envolvimento com ações de corrupção em todas as esferas governamentais.

Schumpeter (1984) apresentou uma visão sobre a democracia como sendo um acordo institucional que favorece que decisões políticas sejam tomadas por indivíduos que alcancem o poder de decisão pelo voto do povo, que só participaria do processo nessa etapa (MACHADO, 2016). Vai contra a teoria clássica cuja análise estava em como a democracia deveria ser e não em como ela realmente é. Para o autor, trata-se de um método para formar governos que não deveria envolver valores, mas mecanismos e processos que deveriam servir de base para a prática política (OLIVEIRA, 2017).

Autores como Pateman (1992) e Young (1996) são críticos dessa abordagem por considerarem que a análise sobre a democracia deve envolver tanto as formas procedimentais quanto o caráter valorativo devido à sua complexidade, que vai além dos processos políticos e que, por isso, deve abarcar ideais e bases normativas por serem a essência da prática política.

Já Bobbio (1990) analisou as imbricações entre democracia e liberalismo, ressaltando que a democracia liberal trabalha para fazer parecer que esses termos são interdependentes. Para o autor, o liberalismo é uma concepção de

Estado que defende a necessidade de limitação de suas funções e a democracia representa uma das várias formas de organização do exercício do poder político.

A compreensão da democracia precisa envolver valores como: possibilidade de escolha dos mandatários e participação política; liberdade de organização e expressão; voto e igualdade política; fontes de informação independentes do governo; autonomia de associação e cidadania inclusiva. (DAHL, 2012).

Para Dahl (2012), não existem democracias, mas poliarquias. O autor buscou desenvolver o conceito de poliarquia como uma maneira de criticar a não implementação de democracias plenas pelos Estados. Trata-se de um regime que possui um conjunto de instituições políticas que são necessárias para a formação de um governo democrático e que apresentam níveis diferenciados de democratização.

O autor propôs a possibilidade de avaliação dos Estados segundo quatro níveis de democratização. O primeiro são as hegemonias fechadas, que englobam os casos em que há baixa participação social nas eleições e poucos candidatos em disputa. As hegemonias inclusivas, quando há grande participação social nas eleições e poucos candidatos em disputa. Já as oligarquias competitivas são aquelas com baixa participação social nas eleições e grande variedade de candidatos em disputa. E as sociedades poliarquicas são aquelas com ampla participação social nas eleições e com grande variedade de candidatos (DAHL, 2012), como é o caso brasileiro.

A democracia é um modelo de organização política que tem como ponto basilar as decisões coletivas que devem sustentar as decisões estatais. Age no cerceamento da liberdade individual em detrimento da proteção do interesse público do bem comum (TONET, 2011). Onisto e Bazzanella (2018) citam o pensamento do filósofo esloveno Žižek para apontarem que as estruturas políticas atuais de representação se encontram entrelaçadas aos mecanismos institucionais, que já estão alinhados com a cosmovisão da economia financeirizada, o que limita a capacidade de ação política dessas estruturas ir além desse paradigma.

As democracias ocidentais lidam com problemas avindos do não aprimoramento de seu pensamento político, que ainda se fundamenta em abstrações como o direito, a soberania popular e a vontade geral, deixando de

analisara questão central do governo e sua articulação com a soberania (AGAMBEN, 2014). O que entende como democracia é apenas a representação da vontade soberana transvestida de compromisso social. Uma técnica de governo que busca manter controle do povo em função do capital financeirizado (AGAMBEN, 2014).

Mesmo que a democracia seja considerada um conjunto de regras que viabilizem decisões coletivas, algumas condições são requeridas para a sua estabilidade, e a justiça é uma delas (CASTRO, 2010). Mas, ao mesmo tempo, essa parece ser uma condição sempre prometida e para sempre adiada, dada a impossibilidade de fazer justiça a todos.

Pelo entendimento de Lênin, a democracia como quaisquer outros tipos de Estado-burguês traz consigo a aplicação organizada e sistemática da coerção sobre os homens (GRUPPI, 1989). Daí ser possível pensar que a aplicação das leis seja elementar para sustentar os regimes democráticos, porque é a partir da estrutura jurídica que o Estado poder exercer a coerção sobre os cidadãos.

Para Agamben (2014) democracia significa tanto uma forma de estruturação de um campo político quanto uma prática administrativa de governo. Envolve a forma como um governo é legitimado pelo arcabouço jurídico-político e também a forma como o governo é exercido, analisando-se os vieses econômico e gerencial.

Os procedimentos democráticos também são utilizados nos momentos de criação e alteração das normas. Daí a democracia moderna se fundamentar nas leis de cada Estado e, no caso brasileiro, estar presente já no artigo 1º da Constituição Federal de 1988, atrelada aos princípios da igualdade, estado de direito, participação popular, eleições livres, liberdade econômica (BRASIL, 1988). Cabe ressaltar que esses termos, mesmo estando presentes na Constituição de 1988, não são e nem serão transparentes. Tanto é que muitas ações antidemocráticas como, por exemplo, a proibição de manifestações organizadas pela sociedade, são justificadas com o argumento de o Brasil ser um Estado democrático de direito.

O próprio desenvolvimento da democracia na América Latina ocorreu em meio a forte desigualdade social, o que não contribui para o fomento da participação ativa dos cidadãos e é passível de equívocos cuja falha permite

que paradoxos sejam identificados como, por exemplo, a existência de regiões que se dizem governos democráticos e o executam por décadas, mas a sociedade continua com altos índices de pobreza e desigualdade e baixo crescimento econômico (CASTRO, 2010).

O termo democracia pode ser considerado como um dos mais contraditórios do nosso regime político, sendo empregado, inclusive, para sustentar e legitimar medidas ditatoriais. Segundo Orlandi (2011), o autoritarismo pode ser produzido tanto num regime totalitário quanto num regime democrático. Este movimento no sentido de democracia pode ser visto no trecho: (Lula 2) *“Em momentos muito difíceis, quando alguns imaginavam que o jogo tinha acabado, o povo entrava em campo e dizia claramente: nós construímos a democracia deste País e nós vamos sustentar a democracia deste País, custe o que custar, doa a quem doer”*. Nele, o que é posto em destaque é o fato de que o Estado poderá utilizar de todos os meios para a manutenção da democracia.

A democracia que resultou do período de transição não conseguiu resolver os problemas econômicos e sociais do país. “O regime político no Brasil é democrático, mas a democracia está muito longe de se consolidar” (BRESSER-PEREIRA, 1989, p. 46).

Para Cabral Neto (1997), o processo de democratização no Brasil apresenta em sua história contradições que dificultam a ‘ampliação’ da democracia como, por exemplo, a expressão do autoritarismo mesmos nos momentos em que a democracia representava o horizonte político para o país. Já como avanços tem-se o aumento da organização da sociedade civil.

Segundo Reano (2016) a transição democrática tinha como dificuldade a instabilidade das instituições políticas e a desarticulação entre sociedade e cultura política.

De acordo com Rancière (2014), as leis têm a função de administrar os fatos democráticos, para legitimar o governo dos melhores, como também promover a defesa da ordem proprietária. Portanto, leis e democracia são instrumentos que o Estado utiliza para exercer o poder, e estão bem marcadas nos trechos a seguir:

(Sarney) “Exerceremos os nossos deveres, eu e os Senhores, como escravos da Constituição, das Leis, do povo e dos compromissos da Aliança Democrática”.

(Collor) “Não saberia governar sem a colaboração permanente do Congresso, berço da lei e espelho da opinião, cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia”.

Estas falas também funcionam para atrelar os discursos e as questões tidas como públicas ao saber especializado, técnico, de forma que os sujeitos não precisam se preocupar com tais questões, o que enfraquece a participação popular nas decisões do Estado.

A vida democrática é apolítica e vinculada ao consumo, fazendo coro às características do Estado neoliberal, especialmente com relação à função do Estado, não como um forte regulador da economia, mas como agente ativo que negocia com os demais e que chega a se submeter aos índices econômicos. De acordo com Agamben (2016), ao exercer o poder soberano, o governo passa a administrar a vida apenas pelas dimensões consumidora e produtiva. Por isso, a democracia se tornou uma técnica que legitima o controle social pela reprodução dos fundamentos do capital. Daí surge em outro elemento que faz parte da dinâmica do capital, a segurança, que representa a vigilância, ampliação do estatuto jurídico, violência de Estado. É a figura do Estado de controle.

Para Machado et al (2018), a relação entre o Estado e o capitalismo contemporâneo é paradoxal porque tanto o aparato estatal quanto sua atividade própria têm funcionado de forma a seguir a dinâmica capitalista em sua versão financeirizada, ou seja, aquela cuja característica principal é a subordinação estatal aos meios de produção para a acumulação de dinheiro e obtenção de lucros através do mercado financeiro.

Assim, destacam-se as seguintes falas:

(FHC 1) “Pertença a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo”.

“A um só tempo, restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia”.

(FHC 2) “O objetivo central do governo que ora se inicia será o de radicalizar a democracia, democratizar o mercado, aumentado a competição [...]”.

Estas falas reforçam este discurso do Estado neoliberal que, diferentemente do liberalismo, fomenta a ideia de livre mercado e livre concorrência e a abertura do país ou mercado global, incentivando a entrada de empresas e investimentos estrangeiros. Os trechos ligam o sucesso ou não do exercício da democracia ao desenvolvimento econômico, ou seja, a democracia está subjugada ao capital, que é o objetivo final das ações estatais, colocando em evidência que o que governa a sociedade e está sempre em primazia é a economia e o desenvolvimento econômico.

Em contrapartida, tem-se que a democracia representa um conjunto de dispositivos institucionais de soberania popular, aliado ao Estado de direito, cujas aquisições são de caráter formal, e ao liberalismo (RANCIÈRE, 1996). O discurso oficial da democracia contempla sua concepção formal e remete ao platonismo (LACLAU, 2016). A ideia da democracia parece ser uma ilusão já que não há “consistência” entre discurso e prática. O próprio sistema se mostra antidemocrático porque assegura a voz popular, mas exclui-se a sua possibilidade de efetivação (ŽIŽEK, 2005). O que está em jogo é a percepção sobre como a democracia moderna se tornou uma técnica de governo vinculada à ordem política, jurídica e econômica em curso (AGAMBEN, 2016).

Neste sentido, tem-se as seguintes falas:

(Collor) “Meu compromisso inalterável é com a democracia. Ao restaurá-la no Brasil, reatamos com o melhor de nossa tradição de direito, liberdade e justiça [...]”.

(FHC 2) “O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para a vitalidade democrática. A democracia que queremos ter é a do diálogo plural, dentro do respeito à diferença, à crítica e à alternância de poder”.

(Lula 2) “Quero reafirmar, neste dia tão importante, que o meu sonho é ajudar a transformar o Brasil no país mais democrático do mundo em acesso à universidade”

“É tempo do nascimento de um novo humanismo, fundado nos valores universais da democracia, da tolerância e da solidariedade”.

(Dilma 2) “Faço questão, também, de renovar, nesta Casa, meu compromisso de defesa permanente e obstinada da Constituição, das leis, das liberdades individuais, dos direitos democráticos, da mais ampla liberdade de expressão e dos direitos humanos”.

O fato de os discursos de posse enaltecerem tais direitos, em nome da democracia, funciona também como uma forma de incluir os sujeitos com o objetivo de trazer todos para a arena política, de forma que o Estado ou apague os conflitos, ou os administre.

O efeito de sinonímia entre democracia e Estado de direito resulta na produção de uma identidade única da comunidade, como se a política fosse o espírito da comunidade (RANCIÈRE, 1996). Assim, os direitos estão ali, postos e reconhecidos, mas a sua efetivação passa pelo controle estatal, podendo ocorrer ou não em maior ou menor grau.

O discurso da democracia tornou-se uma forma de subjetivação pela política que dificulta o funcionamento e organização da comunidade sem que isso decorra da intervenção estatal, ou seja, tudo passa pela gestão do Estado. O discurso da democracia se refere a uma esfera em que a comunidade ganha o adjetivo de pacífica, e o povo é visto como uma unidade, se torna um outro tipo particular que não se define pela etnia (LACLAU, 2016).

Por isso, segundo Rancière (2014), a democracia real só será alcançada quando houver luta contra as aparências, para que a igualdade e a liberdade deixem de ser representadas pelas instituições e passem a se representar pelas formas de vida material. E de acordo com Cabral Neto (1997), a ampliação da democracia pode ser alcançada por meio da incorporação de atores sociais nos processos políticos e administrativo, dando condições para que a sociedade tenha condições de efetivar tal participação.

Na democracia imaginariamente consensual, todos os sujeitos são incluídos como partes, o que viabiliza que as discussões sejam agora entre parceiros, apagando-se a necessidade de luta, do conflito para a defesa dos interesses. Nela, as partes já estão constituídas desaparecendo a necessidade de litígio porque funciona para marcar não mais a existência de grupos diversos, mas a existência de um grupo único (RANCIÈRE, 1996), coeso que se identifica no/pelo Estado.

Lança-se mão das formulações abaixo para a análise da utilização do termo povo e seu funcionamento como forma de mostrar este efeito de unidade, que é elemento central da democracia consensual. A utilização deste termo refere-se a todos (unidade) e a ninguém (indeterminação), ao mesmo tempo. Este funcionamento pode ser visto nas seguintes falas:

(Sarney) “[...] dentro de poucos dias entregarei o Governo na forma da Constituição e das Leis, no desejo e vontade do povo brasileiro”.

Aqui, produzindo efeito de que a vontade e anseios do Estado e do povo são os mesmos.

(Collor) “[...] para receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar: a presidência do Brasil por delegação do povo”.

“Não basta governar para o povo - é preciso aproximar o Governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da Nação”.

*(FHC 1) “Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural”.
“Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do Governo”.*

*(FHC 2) “Estou pronto para a nova jornada. Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro”.
“A maioria dos representantes eleitos pelo povo pertence aos partidos com os quais formei o Governo”.*

Os dizeres destacados abaixo reforçam a ideia de parceria entre Estado e povo, de que o governo será operado de forma conjunta e, por isso, não há a necessidade de promover disputas, porque tanto Estado quanto sociedade têm seus espaços de manifestação garantidos, assegurados por lei, mas que estão sempre sob a gerência do Estado.

(Lula 1) “De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo”.

(Lula 2) “Mas, ao mesmo tempo, tenho noção que diante das necessidades do povo e diante da quantidade de décadas e décadas de dívida social com o povo brasileiro [...]”.

Porém, Paiva, Souza e Lopes (2004), dizem que é possível que o arranjo político-institucional garanta o funcionamento da democracia, mas por si só, não consegue criar uma cultura política democrática. O que se expressa como fundamento do Estado gerencial cuja participação popular se dá apenas a nível de discurso e não se aproxima dos centros de decisão.

E mesmo que os discursos acima estejam indicando que as necessidades e do povo serão atendidas pela existência de um governo democrático, está se

ocultando o fato de que, de acordo com Cabral Neto (1997), a ampliação da dimensão política da democracia não é garantia de que haja concomitantemente a democratização dos bens culturais e materiais socialmente produzidos.

O que está posto em evidência é outro elemento que fundamenta a democracia consensual e, conseqüentemente, o efeito de unidade do Estado, que é o fato de que a organização da comunidade passa pelo Estado cuja função é manter o bem-estar dos cidadãos que, por sua vez, formam um grupo único que se identifica com o Estado.

No Brasil o problema está no distanciamento entre governantes e governados, no desgaste das instituições representativas, por exemplo partidos políticos que são ineficazes na intermediação (MANIN, 1997).

Ainda de acordo com Rancière (1996), quando as instituições do Estado em suas várias representações eram confrontadas, elas estavam sob constante vigilância militante. Após a implementação da democracia formal, houve uma perda desta vigilância através da ideia de unificação. Esse movimento de unificação se vê na formulação abaixo, quando se coloca em funcionamento a ideia de que o Estado sabe exatamente o que o povo deseja, na tentativa de apagar essa necessidade de fiscalização das ações.

(Dilma 2) “O povo brasileiro quer democratizar, cada vez mais, a renda, o conhecimento e o poder. O povo brasileiro quer educação, saúde, e segurança de mais qualidade. O povo brasileiro quer ainda mais transparência e mais combate a todos os tipos de crimes, especialmente a corrupção e quer ainda que o braço forte da justiça alcance a todos de forma igualitária”.

A democracia garante a ordem da sociedade e do governo pelas convenções do jurídico. As formas de democracia são formas de governar os sentidos do Estado que produzem inscrições de igualdade e que ganham representação nos aparelhos estatais. Esta relação da democracia com a ordem jurídica pode ser vista nos seguintes trechos:

(Collor) “Creio firmemente, Senhores Senadores, Senhores Deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República, o Legislativo e o Judiciário, tradicionais,

autônomos e indispensáveis para a harmonia da política e o bem da Nação brasileira”.

Há um consenso que parece inequívoco de que a democracia é um elemento indispensável para a legitimação da política e do direito, contribuindo para a legitimação do poder simbólico desses. A imposição da democracia como subsídio para legitimação do poder político ocorreu de forma progressiva e se generalizou no Ocidente a partir do século XIX (BÔAS FILHO, 2013).

Essa fala relaciona a existência dos três poderes e a independência deles como um fator elementar para a manutenção da democracia. Porém, muitas vezes se percebe a intervenção de um poder na esfera específica do outro como, por exemplo, a possibilidade que o presidente da república tem de editar leis, que a priori seria de competência do poder Legislativo. É interessante observar que tudo passa pelo político e pela contradição, sobretudo a ilusão de independência dos poderes. O Estado brasileiro permite algumas formas de intervenção como, por exemplo, as medidas provisórias que se configuram como uma forma de intervenção no poder Executivo, no poder Judiciário. As súmulas vinculantes elaboradas pelo Supremo Tribunal Federal se configuram como uma forma de intervenção do poder Judiciário no poder Legislativo.

A participação do governo no Legislativo deve se limitar à apresentação de projeto lei, à sanção e ao veto, de acordo com o texto constitucional. No entanto, se a produção de leis está sendo influenciada por esse poder, por meio de acordos e alianças, o Executivo está tendo controle sobre os processos legislativos e, portanto, não está existindo separação dos poderes. Isso se torna uma ameaça à democracia, visto que, segundo Montesquieu (2010), a aproximação do Executivo com o Legislativo pode levar à criação de leis tirânicas.

A fala a seguir produz um efeito de ordem do aparato estatal e harmonia com a estrutura jurídica que o ampara e o legitima. A partir daí, é possível alterar as condições de exercer e modificar a democracia (RANCIÈRE, 1996).

(Itamar) “O Congresso Nacional investiu-me, com a autoridade que lhe conferiu o povo brasileiro, na chefia do Estado e do Governo. Não há poder político legítimo que se eleve sobre os Parlamentos. Eles nasceram para dar às sociedades as leis e as normas, reunir as experiências ao calor da inteligência e da razão, a fim de garantir a continuidade da vida nacional, na paz e na justiça”.

Aqui, apresenta-se a fala de Dilma Rousseff a fim de destacar que a legitimação do Estado pelo jurídico está presente através do Poder Executivo que, ao ser atrelado aos sentidos de democracia, produz um efeito de apagamento do conflito no que diz respeito às disputas pelo poder.

Apresenta-se também a formulação:

(Dilma 2) “Tudo que estamos dizendo, tudo que estamos propondo converge para um grande objetivo: ampliar e fortalecer a democracia, democratizando verdadeiramente o poder. Democratizar o poder significa lutar pela reforma política, ouvir com atenção a sociedade e os movimentos sociais e buscar a opinião do povo para reforçar a legitimidade do Executivo”.

Há novamente o apagamento da contradição que existe em relação ao Estado gerencial e a participação social. Por mais que o discurso de Dilma aponte para a fixação do sentido de ampliação da democracia, tem-se a contradição com os princípios norteadores do Estado gerencial que seu governo se encontra filiado que, segundo Paes de Paula (2005), incentiva a participação social no âmbito público, mas mantém o processo decisório centralizado, o que acaba por fortalecer a concentração do poder nas mãos do governo.

Assim, tem-se que até mesmo o poder será concedido pelo Estado, não havendo necessidade de lutas para isso, tendo em vista que o Estado brasileiro segue os princípios democráticos. É, portanto, uma forma de silenciamento dos conflitos e disputas entre a esfera estatal e a sociedade. O Estado toma para si a esfera de ação dos indivíduos com o objetivo de gerenciar seus conflitos e sentidos.

De acordo com Rancière (1996), pensar no alinhamento do Estado gestor com o Estado de direito através da ausência do litígio reverbera em uma democracia que busca evitar o conflito que não é controlado. O conflito é dissolvido pela adequação entre o jurídico e a livre iniciativa econômica e social. Destacam-se as seguintes falas:

(Collor) “Assim é nas grandes democracias. Assim há de ser no Brasil. Que a competição eleitoral não seja uma fábrica de cisões e rancores insuperáveis”.

(Dilma 1) “Quem, como eu e tantos outros da minha geração lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos [...]”.

Através destes dizeres é possível perceber o movimento dos sentidos para reproduzir o apagamento do litígio e para marcar o sentido de democracia como sendo resultado final, o prêmio que se tem após a luta. A partir daí, mobiliza-se o sentido de consenso e do funcionamento do aparato jurídico-administrativo do estado para a efetivação dos direitos.

É um movimento de retorno à dominação técnica, em que o todo visível que se apresenta a todo momento como um real indissociável de sua imagem, resulta na perda da aparência que é apagada e não produz seus efeitos de divisão para que o litígio não apareça.

Para Laclau (2016), o discurso da democracia não é apenas um reflexo ideológico de um movimento intradiscursivo, mas se constitui enquanto força material constitutiva de sujeitos que produzem efeitos totalizantes. É uma formulação que busca a adequação do exercício da política ao modo de ser da sociedade, por meio de forças capazes de gerir suas necessidades e interesses.

Dentro deste sistema democrático, as deliberações sobre o bem comum agora ocorrem em lugares determinados para tal discussão. Estes lugares são de domínio estatal, onde as decisões são tomadas com base nas leis e na Constituição. Tais lugares propagam a ideia de que não há muito para se deliberar, já que as decisões se impõem por si mesmas. A função da política aqui é adaptar às exigências do mercado mundial, distribuindo de forma equitativa os gastos e lucros desta ação (RANCIÈRE, 1996).

Lagazzi (2010) ressalta que, nesta perspectiva, o bem comum aparece como uma causa sem falhas da democracia liberal, como uma formulação pacificadora da sociedade capitalista. Nesse sentido, se formulam falas de Itamar Franco e Fernando Collor:

(COLLOR) “Pois a democracia não se enraíza em uma sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade cívica, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa a confundir o conflito social legítimo [...]”.
“Entendo assim o Estado não como produtor, mas promotor do bem-estar coletivo”.

(ITAMAR) “A Constituição da República, nos artigos que proclamam os nossos objetivos e os nossos princípios, encerra e resume a razão de ser do Estado

Nacional. Essa razão é a de construir uma sociedade livre, justa e soberana; de garantir o desenvolvimento, de acabar com a pobreza, de eliminar as desigualdades entre os homens e entre as regiões do País, de promover o bem-estar de todos, sem preconceitos nem discriminações de qualquer natureza”.

Há, aqui, o movimento de sustentação de que os sentidos de bem-comum e de bem-estar devem passar necessariamente pela gestão do Estado que, a partir do saber especializado, produz um efeito de consenso de que é realmente de sua alçada administrar essas questões. E, conseqüentemente, não há o reconhecimento da legitimidade das decisões da população sobre tais matérias, o que resulta no desinteresse da mesma pelas questões ditas de ordem pública. Quando observamos os dizeres de Collor e Itamar torna-se possível perceber a construção do sentido de que o alcance do bem comum passa pelas raízes da república e da democracia, ou seja, está amparado pela estrutura do Estado e pelas leis, seus pontos norteadores. Assim, a discussão sobre o que seja bem comum e suas formas de promoção são direcionadas para serem de mérito exclusivo da atividade estatal e não do âmbito da sociedade.

O consenso serve para que as oligarquias tenham legitimidade para buscar e conservar o poder para si, por isso, a população precisa ser uma totalidade objetivável para que se evite divisões. As escolhas sobre as melhores decisões a serem adotadas, decorrem do conhecimento dos especialistas que compõem o Estado e não da escolha popular. É o que Foucault (2013) chama de saber-poder, uma justaposição que faz funcionar os dispositivos de poder, ou seja, é a determinação do saber especial para valorizar o poder político. O saber constitui e legitima o poder e vice-versa.

Segundo Orlandi (2011), o enunciador se coloca como representante, um mediador da democracia, para que seja possível a gestão dos conflitos, dando a entender que não pode dar certo senão for pela via democrática, se não for pelo Estado. A partir daí, dentro desta ordem e controle, os sentidos são gerenciados. Este movimento pode ser percebido nas seguintes falas:

(LULA 1) “Contribuiremos, desde que chamados na medida de nossas possibilidades, para encontrar solução pacífica para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país”.

“[...] daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do comércio respeitoso com as diferenças”.

Nas formulações acima, os sentidos do que seja democracia fomentam a ideia de que o Estado é uma figura essencial para o bom funcionamento da sociedade. Faz-se necessário apagar a contradição constitutiva da noção de democracia para produzir o efeito de que todos estão incluídos na esfera estatal. Que só através dele, com seu aparato jurídico-administrativo, é que teremos a efetivação do interesse público, cabendo à sociedade apenas consentir sobre sua atuação através do voto.

4- COMO SE CONSTITUI A POSIÇÃO-SUJEITO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E A POSIÇÃO-SUJEITO CIDADÃO NOS DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL

As análises que dizem respeito às formas de constituição e funcionamento da posição-sujeito Presidente da República e da posição-sujeito cidadão se ancoram na noção de sujeito. Segundo Orlandi (1999, p. 17), “[...] o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso [...]”. Isso tem a ver, neste estudo, com a produção das imagens de si e do outro e a formação da identidade nos discursos de posse. As formações imaginárias, segundo Pêcheux (1969), tratam das imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro, a partir de lugares institucionais ou empíricos presentes na sociedade.

O discurso político tem espaços formais de pronunciamento como, por exemplo, o ambiente dos poderes Legislativo e Executivo no âmbito dos entes federados, na fala de presidentes, prefeitos e governadores. Na época das campanhas, estes discursos vão além destes limites de forma que políticos e eleitores se tornam enunciadores (PINTO, 2005).

É preciso situar o contexto em que os pronunciamentos ora analisados estão inseridos. A posse de um presidente no Brasil deve seguir um conjunto de ritos específicos, através de várias cerimônias que são regulamentadas pelo Decreto 70.274/72.

Os discursos analisados neste estudo são aqueles proferidos durante a cerimônia conhecida como Compromisso Constitucional. Nela, o presidente e o vice-presidente eleitos chegam ao Congresso Nacional e são recebidos pelos presidentes do Senado e da Câmara. Eles são saudados por todos que compõem a mesa da cerimônia, e na presença dos 513 deputados e dos 81 senadores e demais convidados, como chefes de Estado e seus representantes, prestam o compromisso, que se encontra previsto no art. 78 da Constituição Federal de 1988, se comprometendo a “manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, integridade e a independência do Brasil” (BRASIL, 1988). Logo após a assinatura dos termos de posse, os dois eleitos assumem os cargos

de maneira oficial. O Hino Nacional é executado e, posteriormente, o Presidente é convidado para proferir seu discurso.

Esta é a primeira fala oficial do Presidente da República à nação e quando se analisa esta cerimônia como um todo, percebe-se que ela pode significar tanto uma festa pela vitória das eleições quanto uma manifestação de poder, como a demonstração da sobreposição de um grupo político sobre os demais.

Trata-se de um tipo de ritual de transição do exercício do poder no Estado brasileiro. Para Pêcheux ([1982] 1990) todo ritual objetiva produzir para o público espectador uma ilusão, marcada por deslocamentos e disfarces que acabam por alterar a representação dos próprios atores.

No ritual que antecede o discurso de posse, quando analisado a partir de um outro possível que também se faz presente ali, se mostra uma relação contraditória, porque no exercício da democracia o povo é que deveria ser o centro e a voz do poder. Mas o que se tem é um discurso feito a portas fechadas sem a presença do povo, como se aquela fala fosse relevante apenas para aqueles que estão dentro do Congresso Nacional, uma forma de representação de que o poder deve ser manter ali e não circular entre o povo. Tem-se a ideia de que está sendo feito um acordo de portas fechadas para a gestão do país, assim como era feito nos períodos em que a democracia não era considerada como um valor do Estado brasileiro. É como se o poder estivesse restrito àquele grupo fechado de deputados e senadores, ou seja, quando é para decidir sobre as questões do Estado, o povo está fora. Esta é uma evidência da presença de uma barreira, uma separação entre aqueles que, por suas condições, são os que compreendem claramente aquilo que é dito, e a massa de todos os outros considerados inaptos a se comunicarem entre si, aos quais são endereçados apenas as retóricas do poder (PÊCHEUX, [1982] 1990).

Trata-se de uma forma de assujeitamento e concentração do poder na qual, de acordo com Pêcheux ([1982] 1990), o espectador precisa se manter mudo para que o soberano possa manter sua condição de representante dos mesmos, para que seus atos e palavras passem a funcionar como sendo a única fonte da história. O Brasil se faz representar pelo seu presidente e não pelo seu povo.

Mantendo-se, assim, a máxima que deveria ser combatida pela democracia, que diz que o povo não está apto ou não deve se interessar pelas

questões do Estado. Esta é reconhecida como uma função exclusiva dos representantes do governo considerados qualificados para tal.

A língua política funciona, portanto, para além da comunicação entre a administração pública e a sociedade, funcionando também para a manutenção da concentração do poder entre os grupos políticos, sob as vestes de um regime democrático. Tem-se o reconhecimento da democracia em caráter formal, mas a forma de circulação do poder não se alterou. Não se percebe, por exemplo, uma ampliação, conforme era de se esperar de um regime dito democrático e que se sustenta em um ideal de igualdade e liberdade.

No discurso político há uma tentativa de fixação de sentidos em um cenário que se constitui pela disputa (PINTO, 2005). Este movimento se verifica nas seguintes falas do ex-presidente Collor, que busca reforçar os sentidos de que seu governo é democrático, próximo das massas e moderno em sua essência, para ressaltar que não há relação com as gestões anteriores: *“Minha eleição retrata e confirma as liberdades cívicas. Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público”*. Porém, o interesse público parece ser decidido por poucos. E *“Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil. E foi nessa mesma intenção que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder”*.

Há uma tentativa de apagamento da própria história do país, cujos governos sempre ficaram a cargo das elites pelo, já apontado, corporativismo estatal.

Já nos dizeres a seguir, os representantes do governo buscavam fixar os sentidos de democracia, contrapondo-se aos discursos do período ditatorial, colocando em funcionamento sentidos de reforma, revolução, de rompimento com a ordem anterior que era considerada falha na execução das atividades estatais.

Das falas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso destacam-se: *“Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade”*. E *“A isso eu me dedicarei com toda a energia, como Presidente, contando com o apoio do Congresso, dos estados e de todas as forças vivas da Nação”*. Esses dizeres também estão fomentando os sentidos de democracia e de unidade entre todos os atores faziam parte do governo. Dando a entender

que a liberdade só é alcançada pela democracia que, por sua vez, parece depender do arcabouço jurídico para se manter.

Já nas falas do ex-presidente Lula, percebe-se que o discurso busca a fixação de sentidos de mudança, de revolução, de transformação da esfera pública, assim como Collor, de rompimento com a organização estatal anterior.

Tem-se: *"Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro*".

"E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos".

E nas falas da ex-presidente Dilma, a seguir, é possível perceber o funcionamento e a fixação dos sentidos de unidade e continuidade, apagando-se o conflito que é inerente à esfera estatal pela exaltação do governo anterior. Destaca-se:

"Venho para consolidar a obra transformadora do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos".

"Por isso, ao saudar os extraordinários avanços recentes, é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje".

Ao pensarmos nos sujeitos que estão proferindo os discursos e naqueles para quem os discursos são direcionados, tem-se duas posições distintas, a do Presidente da República e a dos cidadãos.

De acordo com Orlandi (1998), o sujeito é um lugar, uma significação constituída historicamente. Estes lugares estão representados nos discursos por processos discursivos que reforçam estas posições. São formações imaginárias nas quais o orador pode experimentar o lugar do ouvinte através de seu próprio lugar de orador.

Considerando que o uso das palavras também é influenciado pelas relações de poder e falam pelos homens que as utilizam (ORLANDI, 2001), ressalta-se a análise das falas proferidas a partir da posição-sujeito Presidente

da República. Trata-se de uma fala de chefia, que é dita de um lugar de autoridade real ou presumida. Este lugar do Presidente é um lugar de prestígio incontestável, que reproduz modelos legitimados, cujos atributos sustentam a autoridade do enunciador (ORLANDI, 2001).

Como forma de marcar este lugar de autoridade e legitimar esta fala enquanto uma manifestação de poder, os discursos analisados reproduzem modelos já legitimados como, por exemplo, o discurso dos reis na Monarquia, através da imagem do escolhido, da passagem do poder de geração em geração. Essa legitimação também se dá pelos dizeres dos presidentes que buscam se equiparar aos demais líderes e pensadores considerados como figuras importantes no cenário político brasileiro como uma pessoa predestinada a fazer história pelo exercício do poder. Esse movimento de sentidos se vê em:

(Sarney): “O Deus da minha fé, que me guardou a vida, quis que eu presidisse a esta solenidade. Ele não me teria trazido de tão longe, se não me desse também, na sua bondade, as virtudes da paciência, do equilíbrio, da coragem, do idealismo, da firmeza e da visão maior das nossas responsabilidades perante esta Nação e sua História”.

(Collor) “Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e missão”.

(Itamar) “Disse Ulysses Guimarães, ao abrir os trabalhos da Assembleia Constituinte, que a cidadania começa no alfabeto. No alfabeto começa também o homem econômico”.

(FHC 1): “Essa chama eu vi brilhar nos olhos de meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha do “petróleo é nosso”, como já brilhara no fim do Império nos olhos de meu avô, abolicionista e republicano”.

(FHC 2): “Tomo de empréstimo a Joaquim Nabuco frase lapidar que expressa meu sentimento diante dessa conjuntura desfavorável: “A vida não é senão a posse do futuro pela confiança e, em política, pela certeza do triunfo (momentaneamente, digo eu) interrompido”.

*(Lula 2): “Não era apenas a realização de um sonho individual”.
“O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia -e ainda hoje me sinto- parte e humilde instrumento”.*

*(Dilma 1): “Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher”.
“Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão”.*

Há um deslizamento de sentidos do regime Monárquico para o regime Democrático, aparentemente antagônicos. No primeiro, o rei justificava sua legitimidade para exercer o poder por se considerar um escolhido por Deus, por isso, não era um cidadão comum. Na democracia, o presidente é escolhido pelo povo, mas para exercer o poder deve sair dessa condição de cidadão comum para se colocar acima de todos, elevar-se a outro patamar para que o poder não seja contestado pela sociedade.

Nas formulações a seguir, tem-se a exaltação da figura do homem público como aquele que foi escolhido pelo povo para realizar uma missão.

(Itamar): “O Congresso Nacional investiu-me, com a autoridade que lhe conferiu o povo brasileiro, na chefia do Estado e do Governo”.

(FHC 1): “Eu nunca duvidei de que esse dia chegaria. Mas nunca pensei que eu pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadãos para liderar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos”.

(FHC 2): “Compareço perante o Congresso Nacional para receber, pela segunda vez, a mais alta distinção a que um homem público possa aspirar. Agradeço aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como nos campos, que, com o voto, sufragaram as ideias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo”.

(Lula1): “E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos”.

(Dilma 1) “E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país”.

Nos dizeres como “[...]escolhido pela maioria dos meus concidadãos para liderar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos”; [...]chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou [...], é posta em funcionamento a ideia de que o novo governante está em uníssono com os desejos e necessidades dos eleitores em sua totalidade por se

considerar a voz que os representa, ao mesmo tempo que se produz o apagamento da disputa, do contraditório ao se evocar nessas falas o “nós” coletivo, ignorando-se, por exemplo, o grupo de eleitores que foi contrário a sua eleição.

Nos discursos de posse, segundo Indursky (2013), o que se tem é o funcionamento discursivo que exclui a alternância dos sujeitos do discurso, o que resulta na produção de dois tipos de imagem. Uma é a dominação, a partir do locutor, e a outra é a do dominado, a partir do destinatário daquela fala.

Considerando o fato de que os discursos analisados são proferidos na tribuna do Congresso Nacional, na presença de senadores e deputados, convidados e mídia, transmitindo ao vivo pelas redes de rádio e televisão, percebe-se que não há espaço para o posicionamento dos destinatários daquele discurso. Trata-se, portanto, de uma espécie de pronunciamento.

A partir da descrição do funcionamento discursivo deste tipo de pronunciamento, é possível enquadrar o mesmo, de acordo com Orlandi (2015), na tipologia de um discurso autoritário cujas características são o apagamento do referente pela própria dinâmica desta fala, que faz do locutor um agente exclusivo ao apagar sua relação com o interlocutor; e a contenção da polissemia.

Relevante dizer que o próprio significado de pronunciamento presente nos dicionários, produz um furo nesta perspectiva de discurso autoritário, porque esta palavra pode tanto representar manifestação, declaração quanto revolta e insurreição.

Outra característica desses discursos é a produção do silêncio, e este significa tanto quanto a fala. Compreender o funcionamento do silêncio nos discursos é essencial para o entendimento sobre como os sentidos são constituídos, formulados e como circulam (ORLANDI, 2012).

O silêncio remete à incompletude da linguagem tendo em vista que todo dizer tem relação direta com o não dizer. É o silêncio que vai permitir o sujeito mover-se entre as significações e percorrer sentidos. Ressalta-se que o silêncio constitutivo diz respeito à exposição daquilo que não é dito através do que está sendo dito. E o silêncio enquanto agente de censura corresponde àquilo que não pode ser enunciado em determinadas circunstâncias dadas (ORLANDI, 2012) como, por exemplo, nos discursos democráticos não caberia enunciações

que incentivassem o cerceamento de direitos, já que estes são seus princípios fundamentais.

Sendo o discurso considerado como um efeito de sentidos entre locutores, a materialidade discursiva aponta para o funcionamento da ideologia que se mostra na relação entre o dito e o não-dito. Quando um discurso é colocado em palavras há uma direção que determina sua significação, a partir de sua inscrição em diferentes formações discursivas que, por sua vez, mostram diferentes relações com a ideologia (ORLANDI, 2012).

Como exemplo, destaca-se a fala:

(Collor) “Teria sido inconcebível, também, sem a severa vigilância do Judiciário, que através do Tribunal Superior Eleitoral, exemplarmente presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, organizou de modo tão correto e transparente o pleito que restituiu ao povo brasileiro o direito de escolher seu governante”.

Nela, o não-dito mostra a tentativa de apagamento do discurso da ditadura militar, cuja divisão de poderes não era respeitada, não era dado nenhum conhecimento ou justificativa de muitos atos do governo, e o povo não tinha direito de escolher seus Presidentes.

E em:

(Itamar) “Os dirigentes e nosso povo agiram com a mansidão dos justos, com a paciência dos justos. Com a paciência dos justos, recuperaram os postulados éticos que cimentam e suportam a estrutura dos Estados”.

Em seu discurso, o ex-presidente Itamar Franco reforça os sentidos de reconhecimento do Estado brasileiro como aquele fundamentado pelos princípios éticos. Porém, o que não está dito é que esta ética não foi tão observada assim, tendo em vista que seu antecessor renunciou ao cargo para não sofrer um processo de impeachment, e que a corrupção encontra raízes na esfera do governamental.

O tipo de discurso analisado neste estudo por si só corresponde a uma forma de apagamento já que silencia o outro, o ouvinte. Funciona como se só existisse o caminho traçado pela fala do locutor para a produção de sentidos, como se não existissem dispersões, disputas ou conflitos.

É um tipo de pronunciamento típico do Estado, porque marca o poder do locutor na sua tentativa de produzir uma injunção à interpretação, como se a interpretação fosse única, cujo objetivo é buscar a produção do consenso.

E, neste sentido, apresenta-se algumas formulações que remetem a um “nós”, que funciona no sentido de unidade entre o os eleitores e os eleitos, apagando-se a ideia de disputa, que é intrínseca ao processo eleitoral, numa tentativa de legitimar o poder do presidente eleito.

(Lula 1) “[...] contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social.

(Dilma 2) “A população quis que ficássemos porque viu o resultado do nosso trabalho, compreendeu as limitações que o tempo nos impôs e concluiu que poder fazer muito mais”.

(Itamar): “Garantiremos a estabilidade das regras econômicas e asseguramos que não serão tomadas decisões arbitrárias”.

De acordo com Orlandi (2011, p. 264), “ao silenciar sobre algo, o locutor prende o interlocutor no quadro discursivo limitado por esse silêncio”. Nos discursos produzidos a partir da posição-sujeito Presidente da República, verifica-se a mudança de posição discursiva como, por exemplo, pelo fato de que há um julgamento feito pelo sujeito e não uma crítica ao seu trabalho, sua atuação. Isso permite que o locutor construa ou reforce a imagem de si como o faz Collor no trecho abaixo, reforçando sua imagem de proeminente estadista.

(Collor): “Assinalo, a propósito, minha satisfação pessoal, como governante e como homem atento às transformações da ordem internacional, por ter prestado, em escala modesta, quando de recente viagem ao exterior, alguma contribuição ao bom diálogo entre os Estados Unidos e a União Soviética. A distensão é um dos processos maiores da nova ordem internacional e a orientação permanente de meu Governo será no sentido de trabalhar para que cheguemos a um estágio irreversível na construção da paz”.

Já nos discursos de Fernando Henrique, Lula e Dilma, a imagem de um governante de sucesso é reforçada pela exaltação do que foi feito em prol da população. Como já dito, o que fica silenciado são os erros e insucessos que os programas governamentais enfrentaram, e que, mesmo com essas ações, os problemas ainda existem na sociedade brasileira. Outra questão observada nos excertos é que não se tem a opinião dos usuários sobre a melhora ou não dos serviços. A imagem que se projeta discursivamente é a de que todos esses

governos foram eficientes em aplicar as medidas necessárias para atingir os anseios do povo. Tem-se as falas:

(FHC 2) “Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo não há razão para o flagelo da fome”.

“Na saúde – o pesadelo de todos os brasileiros – mais recursos, melhor gerenciamento, mais atenção à saúde de família e um combate obstinado à fraude estão mostrando o caminho que levará no futuro a um efetivo atendimento universal, gratuito e de qualidade, como prescreve a Constituição [...]”.

(Lula 2): Quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora”.

“É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde, à moradia. Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais”.

(Dilma 2): “Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada. Nunca o salário mínimo e os demais salários se valorizaram por tanto tempo e com tanto vigor. Nunca tantos brasileiros se tornaram donos de suas próprias casas. Nunca tantos brasileiros tiveram acesso ao ensino técnico e à universidade. Nunca o Brasil viveu um período tão longo sem crises institucionais. Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção”.

“Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão: o direito de trabalhar, de alimentar a sua família, de educar e acreditar em um futuro melhor para seus filhos. Isso que era tanto para uma população que tinha tão pouco, tornou-se pouco para uma população que conheceu, enfim, governos que respeitam e que a respeitam, e que realmente se esforçam para protegê-la”.

Os discursos de posse têm como características o silenciamento dos sentidos e a necessidade de reprodução do discurso instituído, no qual o locutor atua como mediador, através do discurso da conciliação, produzindo uma certa interpretação da história (ORLANDI, 2011). Conforme visto acima, os discursos produzem esse efeito de conciliação ao apontarem ações que foram implementadas para atender às demandas dos cidadãos, passando a imagem de sucesso dessas ações e reforçando a ideia de que governo e cidadãos estão em cumplicidade.

Há, também, como exemplo, o silenciamento do revanchismo, da disputa que é inerente à política, entendendo que o dissenso existe, mas precisa ser controlado pelo governo.

(Collor): Que a competição eleitoral não seja uma fábrica de cisões e rancores insuperáveis. A própria ideia da legitimidade do processo induz não apenas ao acatamento legal do resultado, mas também à apreensão íntima, pelos cidadãos e, em especial, pelas lideranças políticas, de que as eleições não podem terminar com a celebração dos vencedores e o desânimo dos vencidos, mas com a renovação da confiança de todos, irmanados pela vontade de construir um País melhor, mais justo e mais feliz.

Os discursos analisados ao mesmo tempo silenciam discursos outros, a respeito de outras formas de governo, de outras ideologias políticas na tentativa de garantir que só alguns sentidos circulem. O que se pretende analisar com as falas abaixo é um ponto de congruência presente nos discursos, que é a exaltação das características do Estado Democrático de Direito e, assim, analisar que tipo de silenciamento estas falas estão produzindo.

O discurso de Sarney traz: *“Exerceremos os nossos deveres, eu e os Senhores, como escravos da Constituição, das Leis, do Povo e dos compromissos da Aliança Democrática, compromissos estes que com determinação jamais abandonaremos, das mudanças e das transformações”*. O que se busca silenciar é o discurso vinculado ao autoritarismo que derivava do regime da ditadura, cuja presença ainda era forte no Estado, tendo em vista que o governo de Sarney foi o primeiro do período da redemocratização e muitos parlamentares vinham deste regime.

No discurso de Fernando Collor tem-se: *“Minha eleição retrata e confirma as liberdades cívicas. Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público. Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto preciso da crítica que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponha”*. Observa-se um forte movimento no sentido de promover a soberania popular, mas ao mesmo tempo silencia o discurso de que esta soberania está atrelada diretamente à mediação do governo, que tem a capacidade técnica para escolher e implementar as melhores ações em prol do bem comum.

O ex-presidente Itamar Franco pronuncia: *“Há uma crise do Estado, em todas as latitudes, com a perda dos valores tradicionais de referência, como os da família, das organizações religiosas, das ideologias”*. Ele reforça, em seu discurso, a ideia de que há uma crise moral no Estado e, com isso, silencia a possibilidade de surgimento e inserção de outros valores, que não são considerados tradicionais pelo seu governo, mas que também estão presentes no Estado brasileiro.

Destaca-se, do discurso de Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato: *“Precisamos costurar novas formas de participação da sociedade no processo das mudanças”*. Esta fala silencia o fato de que, mesmo com a existência de novas formas de participação da sociedade, esta se dará apenas de maneira formal. Isso ocorre devido à característica do modelo do governo implementado em sua gestão, o gerencialismo, que relega a participação popular à esfera do discurso, já que o governo tende a centralizar os processos decisórios.

Já do discurso do ex-presidente Lula destaca-se: *“O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração”*. Esta fala exalta o exercício da soberania e silencia os processos de globalização que afrontam tal soberania, e que também estão presentes no Estado brasileiro.

No discurso da ex-presidente Dilma tem-se: *“O povo brasileiro quer democratizar, cada vez mais a renda, o conhecimento e o poder”*. O sentido que é posto em evidência é de que o poder, por exemplo, se tornará mais acessível ao povo. Porém, silencia o funcionamento do Estado como mediador do poder e o fato de a democratização não chegar até o povo, se referindo à troca de partidos na gestão do país.

Como já dito, o silenciamento do outro é um movimento pouco favorável ao conflito e a consequência é a concentração do poder. Quando o enunciador denomina sujeitos específicos em sua fala, estes passam a ter que acatar e reproduzir esta categorização e, deste modo, agir de acordo com o que lhe foi imputado; ou se reconhecem na imagem do enunciador e se assujeitam a ele (ORLANDI, 2011).

Estes atos legitimam o enunciador e também produzem sentidos a imagem do outro. Os discursos de posse também marcam esta posição-sujeito ouvinte, utilizando-se de alguns deslizamentos como povo e cidadão.

De acordo com Rancière (1996), povo corresponde a uma forma de subjetivação que se refere a um grupo sem nome e sem contagem. É também um lugar de condução do litígio manifestado dentro de esfera democrática. Uma formação de um coletivo que remove a identificação em termos de parte do Estado ou da própria sociedade.

Segundo Müller (2013), o conceito de povo se mostra como uma instância global que aceita a dominação do Estado, ou seja, uma plateia que não questiona e aceita todas as imposições. Destaca-se duas tipificações desenvolvidas pelo autor: o povo ativo e o povo ícone.

O povo ativo é aquele que participa diretamente das decisões e tem a possibilidade de eleger seus representantes que, por sua vez, devem elaborar normas e desenvolver ações de acordo com os interesses do povo. Já o povo ícone se apresenta como uma representação que só existe no domínio das ideias, construído discursivamente como uno e indivisível (MÜLLER, 2013).

Quando os discursos evocam a imagem do povo ícone tem-se o rompimento do ciclo de legitimação da democracia, restringindo-se à participação popular e dando maior ênfase para a atuação das esferas administrativa e judicial que, muitas vezes, passa a não condizer com os interesses do povo.

Neste sentido, apresentam-se as seguintes falas:

(Sarney): “[...] a quem, tenho absoluta certeza, dentro de poucos dias entregarei o Governo na forma da Constituição e das Leis, no desejo e vontade do povo brasileiro.

(Collor) “Não basta governar para o povo - é preciso aproximar o Governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da Nação”.

(Itamar): “Os dirigentes e o nosso povo agiram com a mansidão dos justos, com a paciência dos justos. Com a paciência dos justos, recuperaram os postulados éticos que cimentam e suportam a estrutura dos Estados”.

(FHC 1) “Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural”.

(FHC 2) “O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia”

(Lula 1) “[...] o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo, em suas próprias forças”.

(Lula 2) “Este povo constitui a verdadeira opinião pública do país que alguns pretenderam monopolizar”.

(Dilma 1) “Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão”.

(Dilma 2) O povo brasileiro quer mudanças, quer avançar e quer mais. É isso que também eu quero. É isso que vou fazer, com destemor mas com humildade, contando com o apoio desta Casa e com a força do povo brasileiro”.

Ao mesmo tempo que se tem a tentativa de formação de um coletivo nos discursos acima, há, também, contradições nessas falas como, por exemplo, o trecho em que Itamar usa os termos “paciência e mansidão” em um cenário em que o povo se manifestou, de várias formas, em favor do impeachment de Collor. Ou quando nas falas de Sarney e Collor que dizem sobre o poder do povo e sua união com o Estado e, ao mesmo tempo, evidencia o poder do Estado sobre o povo através das leis.

As eleições são exemplos de espaços de manifestação deste coletivo denominado povo. E o funcionamento deste termo vai muito além de um elemento constitutivo do Estado, representa um coletivo a quem são dirigidos os discursos e as ações estatais.

O estabelecimento deste lugar reconhecido de povo funciona como uma representação simulada que não está dissociada do real e, por isso, produz o apagamento do real ao se tornar equivalente ao imaginário. Quando visto como redução estatística, o povo se transforma em objeto de conhecimento, que afasta a aparência e a polêmica. Por isso, quando se utiliza o termo povo, tem-se a produção do sentido de ausência do político até o ponto de unir os sujeitos igualando-os em suas potências e impotências (RANCIÈRE, 1996).

Esta igualdade é posta pelas leis, que vinculam os sujeitos ao poder estatal e, de acordo com as falas apresentadas acima, percebe-se o movimento do Estado de fixar sentidos para caracterizar o povo brasileiro como aquele que age com mansidão; homogêneo; que acredita na democracia; que é maduro, calejado e otimista; que sabe o que é sofrer; que é a opinião pública; aquele que

escolher seus governantes e quer mudanças. É uma tentativa de controlar o próprio povo, porque estes discursos de caráter autoritário, que partem de uma representação do poder, contribuem para que os sujeitos se filiem a estes sentidos, de forma que outros sentidos como o de povo que luta; que é heterogêneo; que critica a democracia; que nem sempre tem voz, sejam silenciados. E este movimento só beneficia o Estado que, na sua função de mediador, apaga a arena de conflitos e faz criar uma imagem de justaposição com este povo, cuja imagem é a de que o Estado sabe e é o único capaz de prover tudo que o povo precisa. Outro funcionamento é o de que não há outro caminho para se atingir o bem-estar do povo se não através do aparelho estatal, o que acabe por reforçar ainda mais o poder e o controle do Estado sobre o espaço público e também da vida privada.

Na perspectiva de Laclau (2016), povo e nação são aparências que escondem categorias de estratificação social, uma forma de individualismo de massa que busca a supressão dos contrários.

Quando nos discursos de posse ocorre o deslizamento da utilização do termo povo para o termo cidadão, segundo Rancière (1996), este movimento de utilizar um conceito pelo outro visa à ocultação do equívoco.

Apresentam-se as seguintes falas:

(Collor): “Minha eleição retrata e confirma as liberdades cívicas. Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público”.

(FHC 1): “A todos os cidadãos e cidadãs deste nosso Brasil, aos quais peço, mais uma vez, muita fé, muita esperança, muita confiança, muito amor, muito trabalho. Eu os convoco para mudar o Brasil”.

(Lula 1): “E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou [...]”.

(Dilma 2): “Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão: o direito de trabalhar, de alimentar a sua família, de educar e acreditar em um futuro melhor para seus olhos. Isso que era tanto para uma população que tinha tão pouco, tornou-se pouco para uma população que conheceu, enfim, governos que respeitam e que a respeitam, e que realmente se esforçam para protegê-la”.

O deslizamento de povo para cidadão deixa em evidência a relação do sujeito com o Estado, firmada pela vinculação às regras que estabelecem direitos e deveres de cada um. A utilização do termo cidadão produz um efeito de responsabilização, ou seja, os sucessos e fracassos do Estado também são de responsabilidade dos cidadãos. Assim, não cabe ao povo criticar, mas auxiliar os entes estatais e executarem suas ações.

Ratifica a soberania do Estado, como aquele que pode utilizar de todos os meios permitidos em lei para a defesa do bem comum, que ele mesmo tem a prerrogativa de delimitar o que seja. E, ao mesmo tempo, marca a responsabilidade deste cidadão no sentido de seguir as leis que são postas, reconhecendo, assim, sua subordinação ao Estado.

Este capítulo apresentou análises relacionadas à produção das imagens e formação das identidades dos sujeitos que são locutores e ouvintes dos discursos de posse, nas posições-sujeito Presidente da República e cidadão.

O primeiro está num lugar de fala que historicamente remete a autoridade e poder e, por isso, a dinâmica de sua fala em um palanque ou em uma tribuna reforça a imagem de subordinação do cidadão ao Estado, na figura de seu representante maior.

As falas proferidas deste lugar têm como característica o silenciamento do ouvinte e também o movimento de fixação de sentidos como os de democracia, de povo, e do próprio Estado.

E quando os discursos se referem ao outro como povo ou cidadãos, tem-se a construção de sujeitos políticos pelo Estado, que tenta também filiar sentidos para estes termos, que silenciam sentidos outros que poderiam remeter ao litígio, como forma de manutenção do poder e dominação do Estado frente a seus governados.

A forma como as posições-sujeito é construída nos discursos de posse permite vislumbrar um meio de manutenção do poder e de produção do consenso na esfera pública, porque apaga a racionalidade do desentendimento na política que, de acordo com Rancière (1996), é aquela que favorece à argumentação, ao litígio sobre o objeto de discussão. Este movimento é rechaçado, pois coloca em xeque o modelo dito democrático que norteia as ações do Estado.

CONCLUSÃO

O objetivo geral deste estudo foi analisar os discursos de posse presidencial, buscando-se a compreensão das práticas discursivas que derivam da relação entre a política, o político e a sociedade, produzidos a partir do lugar social de Presidente da República.

A política foi compreendida neste estudo como uma atividade desenvolvida no âmbito estatal que permite, dentre outras coisas, a sua operacionalização. E o político, por sua vez, é proposto, pela perspectiva da Análise de Discurso, como o confronto com o simbólico, a divisão de sentidos que permite a realização de gestos de interpretação pelo sujeito, pelo reconhecimento de que a língua é sujeita a equívocos, que permitem que sentidos outros também estejam inscritos em sua materialidade. Destacou-se o funcionamento da língua política pela materialidade dos discursos de posse presidencial.

O estudo mostrou que a relação entre Estado e sociedade na modernidade se tornou ainda mais justaposta devido ao aparelhamento da vida natural, da esfera privada pela esfera pública.

Tem-se a legitimação do Estado pela esfera jurídica e vice-versa e atua no sentido de promover a igualdade das relações sociais, submetendo tanto a esfera pública quanto a esfera privada às suas regras. Há a submissão da sociedade ao poder político nos discursos de posse.

A partir daí são produzidos efeitos de sentido de que o Estado, com seu aparato jurídico-administrativo, seja essencial para a promoção do bem comum. E isso reforça a ideia de que a esfera estatal se constitui como uma forma de dominação e, ao mesmo tempo, não reconhece a legitimidade dos demais espaços públicos de participação como uma estratégia para a manutenção de seu poder frente aos governados.

Em se tratando, especificamente, da formação do Estado brasileiro, observou-se pelos discursos analisados que, mesmo sendo produzidos em períodos históricos diferentes e por governantes de partidos distintos, há a repetição de processos discursivos que nos permite dizer que, apesar de parecerem diferentes devido à diversidade ideológica e história de formação, o que há são versões de um mesmo movimento que insiste em manter a

concentração do poder circulando por grupos específicos. Busca-se o apagamento do dissenso no cenário político para a promoção de um efeito de consenso na tentativa de se evitar conflitos que poderiam influenciar na gestão e na estrutura do poder exercido pelo Estado brasileiro.

Essa concentração do poder, de acordo com o que foi discutido ao longo da pesquisa, se tornou mais proeminente na década de 1930, com a expansão da industrialização do país, que acabou por resultar no início do chamado corporativismo estatal no qual as elites produtoras passaram a fazer parte ativamente do governo com o objetivo de defender seus interesses.

Outro fato que precisa ser considerado é justamente a forma como aconteceu a transição do regime militar para a democracia. Foi um período de transição muito longo em que a abertura democrática ocorreu sob forte gerência dos generais e demais membros do governo. O que se buscou foi a implementação da democracia, mas ao mesmo tempo a manutenção do status quo com relação à manutenção do poder entre determinados grupos políticos mudar sem que nada fosse mudado. Assim, o governo democrático, que deveria ser aquele que permite a participação do homem comum, continuou sendo dominado pela participação das elites.

Com isso, houve o comprometimento da esfera pública em sua essência já que a mesma tem como ponto balizador a possibilidade de funcionamento do dissenso, da disputa, que possibilitaria que outras vozes tivessem maior eco na cena pública. Acontece que até os conflitos passaram a ser mediados pelo Estado, pela regulação via aparato jurídico, na eterna busca do consenso entendido não como apagamento, mas como um bem comum, como parte integrante e essencial da democracia. Nesse prisma, a democracia, para que prevaleça como tal, deveria ser atrelada ao dissenso e não ao consenso como costuma ser.

Essa mediação é uma característica dos Estados democráticos, que também relaciona o bem-estar do cidadão ao desenvolvimento econômico. Este fato em si já produz certo antagonismo dado à questão de que o principal objetivo do Estado não é o povo e sim servir ao capitalismo financeirizado, o interesse público e o bem-estar dos cidadãos está em segundo plano, devendo se amoldar de acordo com as necessidades econômicas.

O que se observou foi que o Estado tende a buscar a formação do efeito do consenso, utilizando-se das leis e dos princípios democráticos, para evitar a circulação do poder, facilitar sua gestão e a própria administração da sociedade, pelo apagamento dos conflitos e disputas.

A pesquisa possibilitou a análise da produção das imagens e formação das identidades dos sujeitos que são locutores e ouvintes dos discursos de posse, nas posições sujeito Presidente da República e cidadão.

O primeiro está num lugar de fala que historicamente remete a autoridade e poder e, por isso, a dinâmica de sua fala em um palanque ou em uma tribuna reforça a imagem de subordinação do cidadão ao Estado, na figura de seu representante maior.

As falas proferidas desse lugar têm como características o silenciamento do ouvinte e também o movimento de fixação de sentidos como os de democracia, de povo e do próprio Estado.

E quando os discursos se referem ao outro como povo ou cidadão, tem-se a construção de sujeitos políticos pelo Estado, que tenta filiar sentidos para estes termos, que silenciam sentidos outros que poderiam remeter ao litígio, como forma de manutenção do poder e dominação do Estado frente a seus governados.

O termo “povo” é utilizado para produzir uma imagem una e indivisível que está a serviço do exercício da dominação estatal, já que remete a um todo que deve ser administrado por essas esferas administrativa e judicial.

A forma como as posições-sujeito é construída nos discursos de posse permite vislumbrar um meio de reprodução do poder e do consenso na esfera pública, porque apaga a racionalidade do desentendimento na política, deixando de favorecer a argumentação, colocando em xeque o modelo dito democrático que norteia as ações do Estado.

Observou-se, também, que, mesmo com a filiação do Estado brasileiro ao regime de governo democrático, as posições-sujeito de Presidente da República e de cidadão pouco se deslocaram, pelo contrário, o que se percebe é um deslizamento que continua a reproduzir e a perpetuar o distanciamento entre o Estado e a sociedade, no qual o Presidente se reconhece como o escolhido e, por isso, tem maior legitimidade para exercer o poder. E o povo

segue como uma massa administrável com pouco espaço para participação na esfera pública.

Diante do que foi apresentado, tem-se que a língua política evoca os sentidos da política e do político não só em sua atividade de mediação entre os Estado e os cidadãos, mas também quando direciona a produção de sentidos e imagens acerca do governo e sua relação com a sociedade, reforçando a ideia do consenso pela democracia.

O que se tem no Estado brasileiro é um simulacro de democracia que produz inúmeros paradoxos como, por exemplo, a ideia de concessão de voz ao povo ao mesmo tempo em que esta voz não é ouvida. E acaba por produzir um vazio entre o discurso de posse e as práticas discursivo-sociais, entre o povo e o Estado que só serve para distanciar ainda mais os sujeitos ao poder. Neste sentido, a produção do consenso é essencial para a produção desse efeito de democracia. Por isso, o dissenso pode ameaçar tal estrutura que tem uma sustentação frágil, obrigando que a democracia busque novos caminhos para continuar existindo.

Uma gestão, para se efetivar como democrática, precisa se abrir para às possibilidades de existência de conflito, de disputas de narrativa, de produção do dissenso. Uma das possibilidades passa pela ampliação da esfera pública e da redução desse abismo que parece haver entre o Estado e os cidadãos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. Nota introdutória sobre o conceito de democracia. In: DANNER, Fernando, Danner, Leno Francisco, DAGIOS, Magnus, KONZEN, Paulo Roberto. **Democracia, política, representação**: ensaios filosóficos, Porto Alegre: Fi, 2014, pp. 11-16.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ANDERSON, P. O Brasil de Lula. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 91, p. 23-52, nov. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 jun 2019.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Lafonte, 2017.

AZAMBUJA, D. **Teoria geral do Estado**. 42ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

BALIEIRO JUNIOR, J. C. M. Inflação e política no Brasil contemporâneo: a experiência dos governos FHC e Lula. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 182-212, jan. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/12796>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482017000200209&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jun 2019.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. 3. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BÔAS FILHO, O. V. Democracia: a polissemia de um conceito político fundamental. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 108, p. 651-696, 22 nov. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67999> Acesso em: 15 de jul de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Acesso em 11/01/2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 3 dez. 2003a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 05 de jan de 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Ideologias econômicas e democracia no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 3, n. 6, p. 46-63, 1 ago. 1989. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8520> Acesso em 23 de jun 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do estado para a cidadania**: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. Brasília: Enap/Editora 34, 1998.

CABRAL NETO, A. Democracia: velhas e novas controvérsias. **Estudos de Psicologia**, v.2, n.2, pp.287-312, 1997. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000200005 Acessado em: 17 de jun, 2019.

CASTRO, E. Di. Límites de la democracia y justicia social. **Apuntes Filosóficos**. Caracas, v 19, nº 36, 2010. Disponível em: http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_af/article/view/1747 Acesso em: 16 de jun de 2019.

CAVALLARI, J. S. O equívoco no discurso da inclusão: o funcionamento do conceito de diferença no depoimento de agentes educacionais. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 10, n. 03, p. 667-680, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v10n3/a09v10n3> Acesso em 8 de jun de 2019.

CAZARIN, E. A. A análise do discurso nos estudos da linguagem e sua dimensão política. **Revista da Abralín**, Curitiba, nº especial, 2ª parte, 2011, p. 33-46.

CHAUÍ, M; NOGUEIRA, M. A. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p. 173-228, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 de jul de 2019.

COELHO, A. F. C. O estado liberal: entre o liberalismo econômico e a necessidade de regulação jurídica. **Revista Jurídica UNIGRAN**. Dourados, MS v. 8, n. 15, Jan./Jun, 2006.

COLOMBO, E. **O Estado como paradigma de poder**. São Paulo: Imaginário, 2001.

CORTEN, A. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L (Orgs). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.

COUTINHO, C. N. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

COUTO, C. G.; ABRUCIO, F. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 269-301, nov. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 9 jun 2019.

CUNNINGHAM, F. **Teorias da democracia**: uma introdução crítica. São Paulo: Artmed, 2009.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DAHL, R. **A Democracia e Seus Críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 63-101, nov. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 9 jun 2019.

ESPING-ANDERSEN, G. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Princeton University Press, New Jersey, 1990.

FADUL, E. M. C.; SILVA, L. P. Retomando o debate sobre a reforma do Estado e a nova administração pública. In: **Encontro nacional da associação dos programas de pós-graduação em administração**, 32, 2008, Rio de Janeiro, ANPAD, 2008.

FAORO, R. **Os donos do poder**. 4ªed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, P. A. **Gestão de políticas públicas**: uma proposta de modelo processual de análise. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

FICO, C. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIORI, J. L. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro v. 7, n 2, p. 129-147, 1997.

FOUCAULT, M. **A verdade e suas formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. O discurso na história da linguística. Traduzido por Bethania Mariani e Maria E. C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B. de; HERMANN, J. (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM Editores, 1989.

GUILHAUMOU, J. **Linguística e História**: percursos analíticos de acontecimentos discursivos. Coordenação e organização da tradução Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

HOBBS, T. **Leviatã, ou, matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martins Claret, 2009.

IANONI, M. Políticas Públicas e Estado: o Plano Real. **Lua Nova**, São Paulo, n. 78, p. 143-183, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jun. 2019.

INDURSKY, F. O ideológico e o político no discurso no/sobre o MST. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L; MITTMANN, S. **Acontecimento e discurso no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

KECK, M. E. **PT – A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KINZO, M. D'A. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, Dez, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 8 jun. 2019.

LACLAU, E. A política como construção do impensável. In: CONEIN, B. et al (Orgs). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.

O confronto político urbano administrado na instância jurídica. In: ORLANDI, E. (Org). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas: Editora RG, 2010.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martins Claret, 2010.

MACHADO, E. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21/22, p. 23-34, jun. 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18598>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

MACHADO, A. J. P. A democracia representativa no Brasil: problemas e questionamentos. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 6, n. 1, p. 09-18, mar. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/1935>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MACHADO, F. G; MENDES, A. N; CARNUT, L. As formas político-jurídicas do Estado no capitalismo contemporâneo e as renúncias fiscais em saúde. **Saúde em Debate**, v.42, 2018.

MANIN, B. **The principles of representative government**. London: Cambridge University Press, 1997.

MARIANI, B. S. C. **O PCB e a imprensa**. Campinas: Editora Unicamp, 1998.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Claret, 2010.

MOTA, C. G. **História do Brasil**: uma interpretação. 4. ed. São Paulo: Ed. 34, 2015.

MÜLLER, F. **Quem é o povo?**. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

NOGUEIRA, L. **Discurso, Sujeito e Relações de Trabalho na Contemporaneidade**. Campinas: Pontes, 2017.

NOGUEIRA, L; DIAS, J. P. Base nacional comum curricular (BNCC): sentidos em disputa na lógica das competências. **Investigações**. Pernambuco, v. 31, nº 2, dez, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/238170> Acesso em: 4 de jul de 2019.

OLIVEIRA, S. E. de. Sobre o funcionamento do político na linguagem. **Línguas e instrumentos linguísticos**, n. 34, jan-jun de 2014.

OLIVEIRA, Renata Andrade de. A era da democracia confusa: análise das medidas de adesão à democracia nas pesquisas sobre comportamento político. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 2, nov. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/56296>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

ONISTO, E. BAZZANELA, S. L. O conceito de democracia em Giorgio Agamben e Slavoj Žižek. **Travessias**. Cascavel, v. 12, nº 2, mai/ago, 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/20051> Acesso em 15 de jul. de 2019.

ORLANDI, E. P. Formas de individuação do sujeito feminino na sociedade contemporânea: o caso da delinquência. In: ORLANDI, E. (Org). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas: Editora RG, 2010.

ORLANDI, E. P. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Revista Fórum Linguístico**. Santa Catarina, v1, n1, 1998.

ORLANDI, E. P. Do sujeito na história e no simbólico. **Escritos nº 4**. Campinas, SP: publicação do Laboratório de Estudos Urbanos Nudecri/LABERURB, maio, 1999, p. 17 -27.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2011.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4 ed. Campinas: Unicamp, 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 12ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni; RODRIGUÉZ-ALCALÁ, Carolina. A produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico (CAeL). In: **Escritos 8**. Campinas: Labeurb, 2004, p. 11-24

PAIM, J. S. **Reforma sanitária brasileira**: contribuição para a compreensão e crítica [online]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

PAIVA, D; SOUZA, M. R; LOPES, G. de Faria. As percepções sobre democracia, cidadania e direitos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 368-376, out, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762004000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de jun 2019.

PAULA, A. P. P. de. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PAULANI, L.M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 67-107.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

PÊCHEUX, M. **Analyse automatique du discours**. Paris: Dunod, 1969.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Revista Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, nº 19, p. 7- 24, jul/dez, 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823> Acesso em 5 jul 2019.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.

PINTO, C. R. J. Elementos para uma análise de discurso político. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, v. 24, p.87-118, 2005.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento** – política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

REANO, A. Hegemonía, democracia y socialismo. pensamiento y debate intelectual en la transición democrática. **Astrolabio**, n. 17, p. 217-239, dec. 2016. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/12750>>. Acesso em 05 de jun de 2019.

RODRIGUES, M. **A década de 1980**. Brasil: quando a multidão voltou às ruas. São Paulo: Ática, 1999.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social ou princípios do direito público**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

SEINO, E; ALGARVE, G; GOBBO, J. C. Abertura política e redemocratização brasileira: entre o moderno-conservador e uma “nova sociedade civil”. **Sem Aspas**, p. 31-42, nov. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/6922>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SANTANA, J. de C. Processos de significação em um guia de prevenção da violência sexual na infância. **Investigações**. v. 31, nº 2, dez, 2018.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. Vol 1, São Paulo: Ática, 1994.

SILVA, E. M. de. O estado democrático de direito. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 42 n. 167 jul./set, 2005.

SILVA, T. E. da et al. O acesso à informação e o parlamento brasileiro: estudo sobre a produção legislativa no período da ditadura militar (1964-1985). **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 22-34, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362017000400022&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul 2019.

TONET, I. Educação e ontologia marxiana. **HISTEDR On-line**, Campinas, número especial, abril de 2011.

VIEIRA, E. **A república brasileira**: 1951-2010 de Getúlio a Lula. São Paulo: Cortez, 2015.

VIANNA, L. W. Revolução passiva e república. In: Fundação Astrojildo Pereira. **A modernização sem o moderno**: análises de conjuntura na era Lula. Brasília: Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

YOUNG, I. M. Communication and the other: beyond deliberative democracy. In: BENHABIB, S. **Democracy and difference**: contesting the boundaries of the political. New Jersey: Princeton University Press, 1996. p. 120-135.

ZANCARINI, J. C; FOURNEL, J.L; DESCENDRE, R. **Estudos sobre a língua política**: filosofia e política na Florença do século XVI. Campinas: Editora RG, 2008.

ŽIŽEK, S. **Às portas da revolução**: seleção dos escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917. São Paulo: Boitempo, 2005.

ZOPPI-FONTANA, M. Língua política: modos de dizer na/da política. In: **Leituras do político**. ZANDWAIS, A; ROMÃO, L. M. S. (Orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

ANEXOS

Discurso de Posse do Presidente José Sarney

**15 DE MARÇO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF**

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, AO EMPOSSAR O MINISTÉRIO

Eu estou com os olhos de ontem. E ainda prisioneiro de uma emoção que não se esgota. O Deus da minha fé, que me guardou a vida, quis que eu presidisse a esta solenidade. Ele não me teria trazido de tão longe, se não me desse também, na sua bondade, as virtudes da paciência, do equilíbrio, da coragem, do idealismo, da firmeza e da visão maior das nossas responsabilidades perante esta Nação e sua História.

Na forma da Constituição Federal assumi a Presidência da República, na impossibilidade de fazê-lo o Senhor Presidente Tancredo de Almeida Neves, a quem, tenho absoluta certeza, dentro de poucos dias entregarei o Governo na forma da Constituição e das Leis, no desejo e vontade do povo brasileiro.

Os nossos compromissos, meus e dos Senhores agora empossados, são os compromissos do nosso líder, do nosso comandante, do grande estadista Tancredo Neves, nome que constitui a bandeira de união do País.

Exerceremos os nossos deveres, eu e os Senhores, como escravos da Constituição, das Leis, do Povo e dos compromissos da Aliança Democrática, compromissos estes que com determinação jamais abandonaremos, das mudanças e das transformações.

Desejo a todos os Senhores Ministros êxito em suas tarefas. Declaro empossado o Ministério e encerrada esta solenidade.

Discurso de Posse do Presidente Fernando Collor de Melo

O Projeto de Reconstrução Nacional

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras; Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Senadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Altas Autoridades da República, Senhoras e Senhores, Volto a esta Casa, onde vivi período de intenso aprendizado político, para receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar: a presidência do Brasil por delegação do povo.

Venho trazer ao Poder Legislativo, ante o qual, seguindo o preceito da Constituição, acabo de assumir a Presidência da República, meu apreço e minha homenagem, Creio firmemente, Senhores Senadores, Senhores Deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República, o Legislativo e o Judiciário, tradicionais, autônomos e indispensáveis para a harmonia da política e o bem da Nação brasileira. Orgulho-me de ter pertencido à Câmara dos Deputados, onde meu avô, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada. Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal. Não saberia governar sem a colaboração permanente do Congresso, berço da lei e espelho da opinião, cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia.

A transição democrática brasileira, que culminou nas eleições presidenciais do fim do ano passado, teria sido inconcebível sem a vitalidade o Congresso, logo convertido em Assembleia Constituinte, por todos conduzida com vigor cívico, e que, graças ao trabalho diligente do relator, trouxe-nos texto fecundo e inspirador. Teria sido inconcebível, também, sem a severa vigilância do Judiciário, que através do Tribunal Superior Eleitoral, exemplarmente presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, organizou de modo tão correto e transparente o pleito que restituiu ao povo brasileiro o direito de escolher seu governante. Nem poderia ela, a transição democrática, chegar a termo sem tropeços institucionais se não houvesse firme vontade nacional.

Meu respeito, e minha consideração, a todos os setores organizados da sociedade que souberam lutar e trabalhar pela vitória da democracia.

Meu apreço, e meu louvor, a cada um de meus compatriotas, que, por não terem perdido a esperança, o equilíbrio e o espírito cívico, fizeram com que a transição pudesse ocorrer em paz, sem violência, apesar de grandes dificuldades econômicas ao longo do percurso.

Minha eleição retrata e confirma as liberdades cívicas. Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público. Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto preciso da crítica que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponha. Tenho certeza de que o apoio e a crítica serão balizados sempre pela determinação patriótica de colaborar na construção coletiva de nosso futuro.

Assim é nas grandes democracias. Assim há de ser no Brasil. Que a competição eleitoral não seja uma fábrica de cisões e rancores insuperáveis. A própria ideia da legitimidade do processo induz não apenas ao acatamento legal do resultado, mas também à apreensão íntima, pelos cidadãos e, em especial, pelas lideranças políticas, de que as eleições não podem terminar com a celebração dos vencedores e o desânimo dos vencidos, mas com a renovação da confiança de todos, irmanados pela vontade de construir um País melhor, mais justo e mais feliz.

Senhores Membros do Congresso Nacional, É meu dever apresentar-lhes, resumindo minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente eleito, as diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional. Procurarei cingir-me a tópicos essenciais, para que tenham diante de si, com nitidez, os grandes temas de meu programa, consagrados pelos votos majoritários de novembro e dezembro de 1989. São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo.

Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia. Ao restaurá-la no Brasil, reatamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça. Mas procurando, a partir de agora, não só mantê-la como aprimorá-la, não só honrá-la como enriquecê-la, estaremos colocando o Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita. Pois o que estamos vivendo, neste fim do século XX, é uma era de democratização. Um a um, vão ruindo os autoritarismos; em toda parte, vão assomando as liberdades. O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, não pode senão figurar à frente desse movimento universal de libertação da humanidade e de generalização da inestimável prática do autogoverno, do estado de direito e da estrita observância dos direitos humanos.

Hoje, mais do que nunca, o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania. Assistimos ao triunfo da ideia republicana em pleno ocaso da política de tipo messiânico. Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado. O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária.

Mas a ideia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas. Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade cívica, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa a confundir o conflito social legítimo - inevitável na sociedade moderna, heterogênea e complexa como é - com o caos predatório das ambições sem grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo.

A cidadania é o direito do indivíduo na convivência republicana, na liberdade como diálogo e na justiça como respeito mútuo entre as pessoas e os grupos. Por isso me esforçarei por governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão. Entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o Estado. E hora de exercê-lo para fortalecer a Nação, como coletivo da cidadania. Não basta governar para o povo - é preciso aproximar o Governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da Nação. E um compromisso sagrado de minha parte.

Certo é, porém, que a virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõem determinado clima moral. Requerem determinado capital de confiança e de estabilidade. Essa confiança, essa estabilidade inexistem na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos.

A cultura da inflação se nutre do egoísmo, do individualismo vicioso, do imediatismo descarado. É uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo. Estimula a ganância ao mesmo tempo em que desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva.

A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou seja, à maioria da nossa gente. Pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se dela recorrendo a outras moedas.

A inflação é, além disso, um enorme fator de desmoralização. Desmoralização interna, pelo aviltamento do salário e o despudor da especulação desbragada. Desmoralização externa, pelo contínuo desgaste da imagem internacional do Brasil. Um país que admite conviver para sempre com a ciranda inflacionária pode ser respeitado pelo seu tamanho e potencial, nunca por seu desempenho efetivo.

Nada repugna mais ao espírito de cidadania que a corrupção, a prevaricação e o empreguismo. Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha. E assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada, com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o Estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar.

Farei realizar rigoroso levantamento e racionalização do setor público, como prova do meu respeito e homenagem aos verdadeiros servidores, aos que se dedicam zelosa e meritoriamente às tarefas do Estado, e que não devem jamais ser confundidos com os que se locupletam de cargos miríficos e salários mirabolantes, sem nenhuma contrapartida social. Conduzirei um Governo que fará da austeridade, ao lado da eficiência, a marca constante da atuação do Estado e um motivo de orgulho do funcionalismo federal. O propósito imediato de meu Governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la.

Concentrarei todas as energias do Executivo, pedirei todo o apoio do Congresso para erradicar definitivamente da economia brasileira a erva daninha da inflação, nossa velha indulgência com a fúria emissionista e o déficit público. Minha presidência jogará tudo na vitória contra esse câncer social, esse obstáculo intolerável à retomada decisiva do nosso desenvolvimento econômico e humano. Farei da estabilização monetária e financeira a prioridade absoluta de todos os primeiros passos deste Governo. Outros já se propuseram lutar contra a inflação, mas fizeram desse combate um objetivo condicional. Comigo não será assim. A guerra contra a inflação será uma luta incondicional, porque, justamente, se trata de um combate condicionante de tudo mais: da retomada do investimento, da consolidação do crescimento, da conquista de melhores níveis sociais, do fortalecimento da democracia.

Durante a campanha, no combate da campanha, pude perceber a fundo até que ponto o povo brasileiro deseja eliminar o carnaval dos gastos, das emissões e dos preços. Sei que, para eliminá-lo, terei de contrariar vários interesses poderosos. Mas não transigirei na perseguição desse fim, que sozinho justificaria, por seu significado histórico e seu sentido social, qualquer governo e qualquer presidência. Vencerei ou falharei na medida em que esse desafio for enfrentado, sem demora e sem trégua. Mas tenho certeza de que, com o apoio resolutivo do povo e do Congresso, ainda este ano haveremos de ferir de morte, de destruir na fonte, a inflação no Brasil.

Conhecem Vossas Excelências a agenda de medidas básicas com que encetarei nossa estratégia de extermínio da praga inflacionária. Não poderemos edificar a estabilização financeira sem sanear, antes de tudo, as finanças do Estado. É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado. No momento em que lograrmos esse equilíbrio - o que ocorrerá com certeza - teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública.

Tudo isso, Senhores Congressistas, possui como premissa maior uma estratégia global de reforma do Estado. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa.

A dura verdade é que, no Brasil dos anos oitenta, o Estado não só comprometeu suas atribuições, mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor complementar. O Estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais

grave, por seu comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro.

Essa perversão das funções estatais - agravada por singular recuo na capacidade extrativa do Estado - exige que se redefina, com toda a urgência, o papel do aparelho estatal entre nós. Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre iniciativa - não ao Estado — criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto, a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades - pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos.

Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas, além de oferecerem bom nível de vida aos seus cidadãos, com melhor distribuição de renda. Não abrigamos, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o capital estrangeiro. Ao contrário: tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele, embora, é claro, sem privilegiá-lo. Não nos anima a ideia de discriminar nem contra nem a favor dos capitais externos, mas esperamos que não falte seu concurso para a diversificação da indústria, a ampliação do emprego e a transferência de tecnologia em proveito do Brasil.

Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica.

A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta anti-inflacionária.

Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição. Permanece válido, ainda hoje, o adágio medieval: o Estado é uma entidade que pune todas as injustiças, exceto as que ele mesmo comete.

Na realidade, diviso, como um dos limites fundamentais ao livre desenvolvimento das forças produtivas, à pujança e expansão do mercado: o imperativo ecológico. O cuidado com o meio ambiente, o alarme ante o drama ecológico do planeta, não é para nós uma celeuma artificial.

Pertencço à geração que lançou um grito de alerta contra um modelo de crescimento que caminhava às cegas para o extermínio da vida sobre a Terra. A urgência que meu Governo dará a essa questão reflete um sentimento cada vez mais vivo na sociedade, e particularmente na juventude brasileira, que por isso mesmo converti numa das pedras angulares de minha campanha presidencial.

Em recente viagem ao exterior, como presidente eleito, ressaltei que a questão ambiental não pode ser tratada entre governos com tom recriminatório, como se os países se dividissem entre inocentes e culpados nessa grave matéria. Indiquei que somente o volume dos gastos militares das nações do Norte já seria suficiente para realizar a mais ampla limpeza da Terra.

Mas observei que, fora do simplismo de acusações unilaterais, o Brasil estará sempre disposto ao diálogo e à cooperação internacionais sobre o drama ecológico. Nas Nações Unidas e nos demais foros, passaremos a formar entre os países que melhor sustentam o esforço de encontrar soluções objetivas e inteligentes para harmonizar o desenvolvimento - único meio de resgatar nossa gente da pobreza - com a preservação do ambiente. Saberemos conciliar sem complexos a defesa de nossa soberania com uma atitude positiva e conseqüente, não apenas defensiva, frente a um problema cuja dimensão afeta, como sabemos, o destino do gênero humano em seu conjunto.

Marquei a sinceridade de nossos propósitos precisando que, no caso brasileiro, não só a Amazônia, mas também o Pantanal e a Mata Atlântica, nossos rios e bosques, integram um território conservacionista, norteado pela deliberação de desenvolver sem depredar. Finalmente, para vincar a nova importância que o Brasil confere ao problema ecológico, relancei minha proposta de um imposto internacional sobre poluição e convidei pessoalmente os Chefes de Estado e de Governo com que me avistei a comparecerem à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que o Brasil sediará em 1992.

Duas considerações qualificam atualmente nosso impulso de retomada irreversível do desenvolvimento. O cuidado ecológico é uma delas. A outra, Senhores Congressistas, é o empenho de justiça social, a decisão — que incorporei às prioridades absolutas de meu Governo - de criar condições para o resgate de nossa gritante e vergonhosa dívida social. Tanto a ética quanto o interesse nacional reclamam uma completa mudança de mentalidade nesse terreno.

Até aqui, nossa atitude básica frente às carências sociais brasileiras consistiu essencialmente em manter, por parte do Governo e das elites, um comportamento paternalista. Esse paternalismo, a seu turno, engendrava alternativamente dois tipos de conduta prática frente ao problema.

Ou relegávamos a questão para um plano secundário, na ingênua crença de que a melhoria do padrão de vida das massas deriva automaticamente do crescimento econômico; ou procurávamos enfrentar a pobreza com políticas distributivistas irresponsáveis, porque baseadas num populismo primário, incapaz de reconhecer que o verdadeiro bem-estar coletivo, o progresso social duradouro, só ocorrem quando se assegura e se mantém um nível elevado de desempenho econômico e, por conseguinte, de prosperidade geral.

Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico, mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade.

Não concebemos a modernidade sem sua componente de justiça, nem o progresso sem que todos possam beneficiar-se de seus frutos. A finalidade maior de meu Governo é libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça. Mas como sou um democrata moderno e não um demagogo populista, tenho consciência de que, aqui também, impõe-se a estabilização financeira para que o investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo. Impõe-se também que o Estado recupere sua capacidade de executar políticas públicas. Só assim geraremos a renda e o emprego que, ao lado de boa política social, arrancarão nossa gente marginalizada das garras da carência e da miséria.

Que esta posição fique clara: não deixarei o problema da pobreza à mercê do automatismo do mercado. O mercado, excelente e insubstituível como produtor de riqueza, nem sempre é satisfatório como seu distribuidor. Mas tampouco recairemos na facilidade do social sem amanhã, do alívio efêmero, do redistributivismo inconsequente em prejuízo do esforço produtivo. Sabemos que contamos para isso não só com a compreensão, mas com o pleno apoio das lideranças sindicais esclarecidas deste País. Do binômio de Juscelino - democracia e desenvolvimento - queremos passar ao trinômio do Brasil moderno: democracia, desenvolvimento e justiça social.

Uma das dimensões mais arcaicas da nossa realidade atual é o descalabro da educação. Meu Governo terá maior empenho não só em combater o analfabetismo, cuja dimensão permanece incompatível com o estágio econômico e tecnológico a que chegamos, mas também em enfrentar com determinação os problemas da educação de base e da qualidade do ensino superior.

Neste terreno, o Brasil precisa de nada menos que uma revolução educacional, que transforme prioridades constantemente reconhecidas numa reorientação concreta e drástica da atuação do poder público.

Não são recursos que têm faltado, mas vontade de aplicá-los melhor, caminhando em marcha batida para a redenção educacional dos mais pobres e para a conquista

duradoura de padrões de excelência na educação superior e na pesquisa universitária. Minha presidência acrescenta a seus compromissos principais essa revolução educacional, componente indispensável de nosso futuro próximo.

Senhores Congressistas,

Direi agora algumas palavras sobre a situação do Brasil no mundo contemporâneo. Antes de tudo, é preciso registrar impressionante mudança no cenário internacional. O perfil de uma nova Europa Oriental faz ver como encerrada uma fase na história das relações internacionais, dominada pelo confronto ideológico Leste-Oeste. Fica definitivamente sepultada a guerra fria. Repensam-se alianças. Cancelam-se alinhamentos. Enquanto isso, novas áreas se preparam para adotar as leis da economia de mercado, com democracia, respeito pelos direitos humanos e cultura da liberdade, que são hoje tendências universais. Em toda parte o poder monolítico, as estruturas dirigistas e os resíduos autoritários estão na defensiva.

Nesse quadro dinâmico, tão diferente daquele de apenas dez anos atrás, propendem a emergir grandes espaços econômicos. Não se trata necessariamente de blocos fechados, mas de novas configurações econômicas e políticas, às quais terá de ajustar-se o potencial competitivo de cada país.

Diante dessas transformações que aceleram o tempo histórico, é preciso buscar fórmulas novas de inserção do País no mundo. A riqueza e a complexidade do momento não são motivo para timidez e recuo; ao contrário, requerem sensibilidade nova, propostas de ação que sejam claras, que tornem a política externa sintonizada com os objetivos de reconstrução nacional.

Como exige a democracia, a política externa há de responder ao momento de afirmação da vontade popular, que quer - e com urgência - a modernização do Brasil. As opções que teremos que fazer pedem muito mais do que a elaboração de pautas diplomáticas bem formuladas. Pedem, na realidade, o concurso da vontade nacional, constituída com orientação segura.

Uma das tônicas do Brasil moderno há de ser a participação ativa nas grandes decisões internacionais. Não por pretensão de hegemonia ou por vontade de poder, que a tradição brasileira repele. Mas porque, hoje, a interdependência exige que todo ato de governo seja uma permanente combinação de variáveis internas e externas. Para um país de nossas dimensões, com nossa determinação de desenvolvimento, não há opção melhor que a de ter parte ativa nas decisões internacionais. São essas as premissas sobre as quais definirei a política externa brasileira.

Levarei em conta que vivemos um momento raro na história da humanidade, em que se prenuncia a efetiva construção da paz e da segurança.

A paz parece estar ao alcance de nossas mãos, embora falte ainda muito para que desapareçam definitivamente as causas de conflito. Com base em suas tradições, o Brasil tem um papel a desempenhar.

Insistirei na ideia de que não se construirá a paz permanente senão sobre regras sólidas de boa convivência, como o respeito à soberania, a não-intervenção, a autodeterminação, a solução pacífica de conflitos, o cumprimento fiel dos tratados, o respeito integral dos direitos humanos.

Insistirei também em que os alicerces deste mundo de paz só serão sólidos se apoiados na justiça, no esforço comum para reduzir desigualdades no planeta. De fato, o dinamismo das novas configurações econômicas convive ainda com a miséria e a estagnação, raízes de tensão e conflito. Se caminhos trilhados decepcionaram, não há que desistir de caminhar. Os anseios de justiça, no plano nacional, devem ter contrapartida na ação da política externa. Não podem ser abandonados porque alguns proclamam que já não condizem com o momento histórico. Os anseios de justiça são permanentes e, de certa forma, retratam a própria história.

O Brasil estará aberto ao mundo. Queremos integração, crescente e competitiva. A diplomacia atuará, de forma intensa, no plano bilateral e coletivo, buscando a cada momento formas novas de cooperação, seja no campo da economia, seja em ciência e tecnologia, seja no diálogo político. O momento é único na história do País e do mundo,

e o papel da ação diplomática é estratégico para aproximar a Nação dos tempos novos em que vivemos.

A impressionante dinâmica das mudanças ora em curso no cenário internacional torna mais grave o risco de cairmos numa situação de confinamento e marginalização. A esse espectro devemos contrapor a clareza de nosso projeto e de nosso desempenho. É imperioso abdicar do discurso estéril e irrealista, do pseudonacionalismo que induz ao isolamento, da desconfiança, da ilusão míope de autossuficiência. Temos, ao contrário, que demonstrar com fatos o potencial e a pujança do Brasil. É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil, e que possamos acreditar na conveniência de nos abirmos ao mundo.

Essa disposição de abertura, associada ao combate eficaz à inflação e à superação da crise econômica no País, virá acompanhada de regras claras, que garantam a quantos desejem investir no Brasil um padrão de estabilidade e confiança.

A política externa de meu Governo há de incorporar as melhores vocações diplomáticas brasileiras. A contribuição para a paz e a justiça será permanente. A luta pelo desenvolvimento orientará a todo tempo a ação externa da República.

Assinalo, a propósito, minha satisfação pessoal, como governante e como homem atento às transformações da ordem internacional, por ter prestado, em escala modesta, quando de recente viagem ao exterior, alguma contribuição ao bom diálogo entre os Estados Unidos e a União Soviética. A distensão é um dos processos maiores da nova ordem internacional e a orientação permanente de meu Governo será no sentido de trabalhar para que cheguemos a um estágio irreversível na construção da paz.

Para o Brasil, o grande espaço imediato é a América Latina, com seu epicentro econômico no Cone Sul. A tradição de amizade, de esforço pela paz regional, de cooperação e diálogo será reforçada. Daí a crescente importância do processo de integração latino-americana, que pretendo aprofundar sistematicamente em meu Governo. Penso que a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias e, portanto, condição para que a América Latina possa juntar-se aos protagonistas deste momento de mudança do cenário mundial. A integração latino-americana vai deixando de ser um sonho para se tornar realidade tão concreta quanto fecunda. O desenvolvimento econômico e social de toda a região há de aproximar ainda mais nossos povos irmãos, fortalecendo o regime democrático por eles escolhido.

Pretendo exercer, no relacionamento bilateral com os Estados Unidos, a melhor disposição para o diálogo e o entendimento. Na convivência entre duas democracias, deve prevalecer o reconhecimento das suas características próprias, o respeito por opiniões distintas ou mesmo divergentes. Tenho certeza de que diferenças de interesse e percepção, naturais em intercâmbio denso como o nosso, serão tratadas de forma construtiva, para benefício mútuo. O Brasil deseja sincera e fortemente que as relações com os Estados Unidos tenham sentido positivo.

Entre parceiros de tão longa data, com afinidades passadas e presentes, são as coincidências e não as discrepâncias que devem dar o tom do diálogo.

Continuarei exortando as lideranças dos países da Europa a reconhecerem na América Latina aquela parte do mundo em desenvolvimento onde as próprias raízes são também europeias. Confio em que a unificação comunitária prevista para 1992 não tenha um perfil excludente.

De nossa parte, como disse a vários governantes europeus em meu périplo de presidente eleito, trataremos de explorar todas as potencialidades que a nova dinâmica da Comunidade possa trazer em termos de comércio, capitais e tecnologia. Senti essa disposição de arrojo e abertura por parte do Brasil muito bem acolhida na Alemanha, França, Inglaterra e Itália.

Na Europa, Portugal será necessariamente o interlocutor mais próximo do Brasil. Esse é um fato que dispensa explicações. Afinal, da ação histórica dos irmãos portugueses deriva nossa própria existência como Nação e como Estado. A Espanha, por sua vez, não deixará de ser vista pelo Brasil, tal como por nossos vizinhos, como parceiro bilateral e ator destacado no diálogo entre a América Latina e a Europa. Espero de

ambos os governos o apoio para o necessário fortalecimento dos laços do Brasil com a Comunidade Europeia.

O Japão ocupará posição de especial realce na política externa do Novo Brasil. Nossas realizações comuns já constituem uma história de êxitos. Temos bases suficientemente sólidas para nos lançarmos a uma nova e mais ambiciosa etapa da cooperação brasileiro-japonesa no plano dos investimentos, da tecnologia, do comércio e do diálogo político.

A súbita, inesperada e positiva evolução do Leste Europeu, que aplaudimos com toda nossa sinceridade de democratas, representa um fator a mais para que nos capacitemos da absoluta necessidade de uma integração competitiva do Brasil na economia mundial. País de posse de um parque industrial já completo e integrado, pode o Brasil marchar tranquilo para a experiência da abertura de sua economia.

Meu Governo acompanhará com atenção redobrada o curso da transformação do Leste Europeu: o Itamaraty terá instruções específicas para dar prioridade ao exame e interpretação dos temas daquela área. Essa diretriz justifica-se não só pelo fato de se estar abrindo uma nova era na universalização da democracia, mas também porque se trata de um processo que terá grandes consequências nas relações internacionais.

Meu desejo é que as mudanças ocorram em paz e na forma a que aspiram os povos europeus. Darei ênfase especial à modernização do relacionamento com a União Soviética, tanto no plano do diálogo político como no do intercâmbio econômico, científico, tecnológico e cultural.

Com os países d'África deveremos trabalhar para restituir dinamismo ao nosso relacionamento, muito afetado nos últimos anos pelas dificuldades que se abateram, de modo geral, sobre os países em desenvolvimento.

É imprescindível a identificação de possibilidades concretas de cooperação que deem, o quanto antes, impulso a esse esforço. Acentuaremos nossas identidades, aprofundando uma noção de comunidade cultural e histórica, e condenando o racismo, particularmente o regime de apartheid na África do Sul, que esperamos esteja em sua etapa terminal.

O Brasil buscará aproveitar ao máximo o potencial de diálogo e colaboração existente no seio da comunidade de expressão portuguesa, à qual estamos ligados por estreitos laços, cujas origens remontam a quase cinco séculos. No período seguinte ao processo de descolonização dos anos setenta, o Brasil e seus irmãos de além-mar souberam demonstrar que, longe de se limitarem à fraternidade retórica, são capazes de ajudar-se mutuamente na construção do progresso e do bem-estar.

Aos países do Oriente Médio, o Brasil está ligado por antigos laços de amizade e por importantes interesses comuns, decorrentes de um intercâmbio rico e dinâmico. Aproximados pela presença de milhões de brasileiros com origens naquela parte do mundo, sofremos ao assistir ao espetáculo diário da guerra e da violência. Desejamos que se chegue à paz firme e duradoura naquela região. Sustentamos que naquela área do globo é urgente e clara a necessidade de que se observem estritamente os princípios essenciais do convívio internacional: o direito dos povos à autodeterminação; a negação da conquista pela força; a observância do direito internacional, particularmente os elementos incorporados nas resoluções do Conselho de Segurança. A moldura das decisões das Nações Unidas é a melhor base para a solução do problema, que exige diálogo amplo, sem discriminações, entre os povos envolvidos.

Não há caminho para a paz se não houver aceitação mútua dos direitos legitimamente definidos pela comunidade internacional.

Com a República Popular da China e com a Índia, dois grandes atores do cenário internacional, o Brasil tratará de ampliar e multiplicar as vias de entendimento e cooperação. Temos consciência plena do peso desses Estados, de suas semelhanças conosco - em termos de dimensão, estágio de desenvolvimento e potencial - e, sobretudo, da necessidade de que tais semelhanças sirvam de base ao maior benefício de nossos povos.

O mesmo ânimo valerá também para os demais países em desenvolvimento da Ásia e do Pacífico, que se encontram agora inseridos num dos espaços de maior dinamismo econômico do planeta. O Brasil não deixará de enriquecer-se com o exemplo dessas experiências e cuidará de abrir com essas nações novas frentes de cooperação.

Considero decisiva a ação dos organismos multilaterais, políticos e econômicos. Cabe a eles, de fato, através do diálogo e da cooperação, permitir que as transformações extraordinárias que vivemos sejam retratadas em instituições e regras estáveis. Por isto, darei atenção especial ao novo papel das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, como instrumentos de paz e segurança, e também aos organismos econômicos, como o GATT e a ALADI, que procuram estabelecer formas novas de convivência entre as nações.

Com os países credores, tratarei de reequacionar o problema da dívida externa. Nossa proposta de renegociação da dívida tem um parâmetro fundamental: não se trata, para nós, de saber quanto poderemos crescer depois de servir à dívida, mas sim de quanto poderemos pagar depois de garantido nosso crescimento econômico em níveis consentâneos com sua taxa histórica e com o projeto de desenvolvimento e justiça que norteará nosso futuro.

Ao longo de todo um século, até a década de oitenta, o Brasil foi, na opinião de historiadores econômicos abalizados, o país que mais cresceu. Os terríveis anos oitenta trouxeram trágica interrupção a esse processo de crescimento que, apesar de vigoroso, era, como sabemos, eivado de distorções e fragilidades.

Temos de lutar para que os anos noventa restaurem e acentuem a trajetória de crescimento, fazendo as opções necessárias - e muitas serão extremamente penosas a curto prazo - para desentruar as energias econômicas do nosso País. Um dos maiores obstáculos a isso é sem dúvida o serviço da dívida, nos níveis em que se encontra. No marco do parâmetro que defini, estarei aberto a uma negociação franca e leal com os credores. Não quero confrontação. Não quero impor fórmulas.

Mas não aceitarei contratos de adesão que determinem unilateralmente caminhos e soluções. Negociar significa aceitar a diversidade de interesses e, ao mesmo tempo, admitir que existe um interesse maior: a chegada ao ponto de encontro que sirva a todas as partes.

As perspectivas de aproximação são claras e tenho certeza de que, ao esforço brasileiro de sanear as finanças públicas, de modernizar a economia, corresponderá necessariamente uma atitude positiva da comunidade financeira internacional.

A palavra de ordem do meu Governo, no plano internacional, é só uma: o Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial. O único caminho apontado pelo interesse nacional é a integração gradual, mas constante e segura, à plenitude do processo econômico. Essa é a realidade dos países mais desenvolvidos do planeta. Essa é a real vocação do Brasil.

Senhores Congressistas,

Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver da política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração. É esse, também, o apelo que faço à nossa classe política e à sua máxima assembleia, o Congresso Nacional. Há no Brasil, como sabemos, dois tipos de elite. Há elites responsáveis, modernas e criadoras, legitimadas pela eficiência e pela qualificação. E há elites anacrônicas, atrasadas, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro particularismo. Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil. E foi nessa mesma intenção que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder. Meu avô, Lindolfo Collor, foi o autor da primeira Carta de direitos sociais do Brasil, como fundador e primeiro titular do Ministério do Trabalho. Coube a mim estender aos assalariados, aos trabalhadores, o convite à participação política, no próprio nível de governo. Sei que, ao proceder assim, contei com a mais

viva simpatia da sociedade e, particularmente, da juventude brasileira, sensibilizada como é para o esforço de integração social do País.

Aí têm os Senhores Congressistas, em linhas gerais, meu projeto de reconstrução nacional. Creio sinceramente que ele encerra uma firme resposta de minha geração ao desafio do Brasil na modernidade. O Congresso receberá a partir de amanhã, 16 de março de 1990, as primeiras propostas específicas corporificando essa visão e essa estratégia de modernização do Brasil, de reforma do Estado, de recriação das bases do nosso desenvolvimento econômico e social. Cada uma dessas propostas, estou seguro, receberá aqui toda atenção e apoio, pois bem sabem que lhes apresento todas elas com a chancela das urnas, após uma vitória eleitoral expressiva, resultado da opção popular por nosso programa de governo e de renovação.

Não tem faltado, entre nós, a predica da modernização. O que tem faltado, quase sempre - no nível do Estado - é uma prática coerente com aquela. Meu Governo se propõe precisamente eliminar esse hiato entre discurso e prática modernizantes. Nesse propósito é que trago à soberana consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional meu programa de governo.

Ao fazê-lo, volto o pensamento para nossa bandeira, símbolo da Pátria. Nela vemos retratados a dimensão territorial, os recursos naturais, a multiplicidade de regiões e o apreço do povo brasileiro pelo progresso e pela paz. Meu compromisso na Presidência da República é realizar um Governo digno das melhores qualidades da nação, um Governo capaz de erguer o Brasil à altura do valor de sua gente, e do lugar que merece no concerto das nações.

Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na cerimônia de posse no Congresso Nacional,
em 15 de março de 1990.

Discurso de Posse do Presidente Itamar Franco

Primeiro pronunciamento do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, à Nação, em cadeia facultativa de rádio e TV, no Palácio do Planalto. Brasília, DF, 30 de dezembro de 1992

Senhoras e Senhores,

Moços e Moças,

O Congresso Nacional investiu-me, com a autoridade que lhe conferiu o povo brasileiro, na chefia do Estado e do Governo. Não há poder político legítimo que se eleve sobre os Parlamentos. Eles nasceram para dar às sociedades as leis e as normas, reunir as experiências ao calor da inteligência e da razão, a fim de garantir a continuidade da vida nacional, na paz e na justiça.

A essa prevalência me submeto, com a certeza de que muitos de nossos males decorrem dos abusos do Poder Executivo, comuns nos períodos de aparente normalidade republicana e exacerbados nos regimes autoritários.

Inclino-me, também, e com o mais profundo respeito, diante do Poder Judiciário. A ele, na interpretação das leis e, sobretudo, na responsabilidade de zelar pelo cumprimento da Constituição pelos outros dois Poderes, compete garantir, com a força da ética jurídica, a perenidade do estado de direito.

A Constituição da República, nos artigos que proclamam os nossos objetivos e os nossos princípios, encerra e resume a razão de ser do Estado Nacional. Essa razão é a de construir uma sociedade livre, justa e soberana; de garantir o desenvolvimento, de acabar com a pobreza, de eliminar as desigualdades entre os homens e entre as regiões do País, de promover o bem-estar de todos, sem preconceitos nem discriminações de qualquer natureza.

Nos dois anos em que estarei incumbido de chefiar o Poder Executivo, trabalharei dentro destes postulados constitucionais.

Disse, ao empossar os primeiros auxiliares do Governo, que, em meu entendimento, os Estados só existem para promover a justiça e a paz. Disse, ainda, que, em sociedades injustas, como a nossa, a única coisa que se distribui com equidade é o medo.

Não queiramos ocultar, com as ilusões enganosas, o medo que nos domina. Ninguém se sente em segurança, e os mais fracos, acuados também pelo desespero da miséria, sentem-se tentados a colocar-se sob a proteção de delinquentes que Primeiro Discurso como titular da Presidência da República organizam simulacros de Estados, disseminando a violência sob o perverso pretexto de que substituem a justiça. É dever do Estado agir com todo o rigor para manter o monopólio da força, assegurar o cumprimento da Lei e eliminar esses focos de banditismo. Mas é também preciso reconhecer que eles não surgem do acaso, nem se alimentam apenas da criminalidade organizada. A criminalidade encontra os meios de sua realização porque o Estado se ausentou das regiões de pobreza.

Senhoras e Senhores,

Moços e Moças,

Não resolveremos a questão social no Brasil enquanto não formos capazes, todos nós, de olhar nos olhos de todos os brasileiros, crianças e velhos, das cidades e dos campos, e vê-los como vemos os nossos próprios filhos, os nossos próprios pais, os nossos próprios irmãos.

Não podemos ver os mais pobres com a comiseração que se endereça aos miseráveis, mas com o sentimento de que estamos diante de pessoas humanas iguais a nós, companheiras de nosso destino dentro destas mesmas paisagens, sob este mesmo céu, e nesta mesma história. A nossa sobrevivência como Nação depende da união de todos e do trabalho comum.

Falou-se muito em modernidade nestes meses, como se alguém, em sã consciência, pretendesse retornar ao passado, ou manter o País no atraso.

Nos quase três anos em que se proclamou a falsa modernidade como programa de Governo, o resultado representou alguns passos atrás na economia do País.

As previsões estatísticas anunciam que o Produto Interno Bruto do Brasil será, amanhã, dia 31 de dezembro de 1992, três vírgula sete por cento menor do que o PIB que registrávamos em 31 de dezembro de 1989. Como nestes três anos a população aumentou, a redução per capita registrada é de quase dez por cento.

Em suma: o lema da modernidade, tão proclamada, empobreceu o País dez por cento em apenas trinta meses. Todos nós queremos modernizar o País e o modernizaremos, sem empobrecer a classe média e sem agravar o sacrifício dos trabalhadores.

A política de modernidade e de combate à inflação não pode ser fundada na manutenção de juros altos. A taxa real de juros, paga para refinarçar a dívida pública mobiliária federal, ou seja, para rolar os títulos em poder da rede bancária, era, até recentemente, de dois vírgula dois por cento ao mês, ou de quase trinta por cento ao ano.

Como é possível investir em atividades produtivas, quando o próprio Governo paga tão alto pelo dinheiro? E de onde poderá tirar o Governo recursos para remunerar com tais taxas os seus credores?

Trata-se, senhores, de uma ilusão, de um pesadelo, do qual devemos despertar, mas dele não despertaremos com choques. A experiência passada demonstra que as chamadas medidas de impacto podem mascarar a situação por algumas semanas ou meses, mas não tocam na estrutura da crise.

Nos meses de interinidade, vencendo resistências de toda ordem, conseguimos reduzir a taxa real de juros dessa parcela da dívida pública a um vírgula cinquenta e cinco por cento ao mês, ou seja, a cerca de vinte por cento ao ano. Essa redução é ainda insatisfatória. Iremos, mediante criteriosa política que combine todos os instrumentos de ação governamental, entre eles o ajuste fiscal, trazer as taxas ao campo do bom senso.

Entre as providências de ajuste, inclui-se rigorosa seleção dos gastos públicos. O Governo investirá obedecendo a critérios sociais e na infraestrutura. Ao mesmo tempo, está certo de que a recuperação da confiança da sociedade no Governo possibilitará as condições indispensáveis à retomada do desenvolvimento.

Vejo, com estimuladora esperança, que contamos com empresários lúcidos. São os que consideram a empresa como instrumento do progresso social e não como mera fonte de lucro.

Há ainda, entre nós, praticantes de um capitalismo selvagem, anacrônico, depredador. São os apressados em reunir e dissipar fortunas. Observadores isentos têm afirmado que nenhum país do mundo privilegia tanto o capital como o nosso.

Garantiremos a estabilidade das regras econômicas e asseguramos que não serão tomadas decisões arbitrárias.

Estamos certos de que os agentes econômicos e financeiros entenderão agora que a paz e a tranquilidade social são também de seu interesse permanente.

Cumpriremos os compromissos firmados com os nossos credores internacionais, de maneira a que o País normalize as suas relações financeiras com o mundo.

Reestruturaremos o Banco Central para que possa desempenhar adequadamente a sua tarefa na estabilização da moeda. As instituições financeiras do Governo Federal, entre elas o BNDES, retornarão aos seus objetivos, que são os de promover o desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo.

Prosseguiremos, sem aqodamento, mas sem pausas, o processo de privatização de empresas estatais, cujo controle não seja exigido pelas razões estratégicas. O que muda no processo é a sua orientação ética. Juristas e técnicos examinam o assunto, em busca de diretrizes que ampliem o processo de privatizações, mas evitem prejuízos à Nação.

Tampouco caímos na ilusão de que poderemos construir um País moderno levantando barreiras econômicas e pretendendo um desenvolvimento autárquico. Os povos só progrediram participando do mercado mundial que houve em cada tempo. O Brasil

nasceu voltado para o comércio externo, e foi o comércio externo que o ajudou no extraordinário desempenho nos cem anos anteriores a 1980, quando foi o País que mais cresceu economicamente no mundo, em termos relativos, à custa, infelizmente, de graves distorções na renda e na riqueza.

Abrir as fronteiras à competição internacional não significa renunciar à soberania. O princípio que orientará as relações com os outros povos deve ser o da estrita reciprocidade. O mundo, depois da guerra fria, se organiza em grandes blocos regionais, que prenunciam uma sociedade política universal. Estamos participando do MERCOSUL, e sentimos salutar desafio diante da integração continental. Ao mesmo tempo em que avançamos na integração do Cone Sul, mantemos os nossos compromissos com o Pacto Amazônico. É o que nos determina a Constituição Federal em um dos seus dispositivos: «A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações».

A nossa participação na sociedade mundial prometida pelo novo milênio pressupõe a nossa própria integração. A associação com os países meridionais não será apenas a integração do Sul do País com o Sul do Continente, mas, sim, a integração do Brasil como um todo com seus vizinhos austrais.

Por isso mesmo não podemos ignorar as consequências sociais e políticas das nossas desigualdades econômicas regionais. Só há uma forma de a elas se contrapor e afastar a ameaça de dissídios divisionistas, alimentados, também, pelo corporativismo exagerado: ajustar, com urgência, novo pacto federativo. Situo-me entre os que esperam, da revisão constitucional de 1993, a atribuição de maiores poderes e de novas responsabilidades administrativas aos Municípios e Estados. Só assim libertaremos o Governo Federal para o cumprimento de seus deveres mais altos. Temos que descentralizar a administração pública, e isso requer grande coragem do Parlamento.

Senhoras e Senhores,

Não estamos sós no mundo, em nossas dificuldades e em nossas esperanças. Há uma crise do Estado, em todas as latitudes, com a perda dos valores tradicionais de referência, como os da família, das organizações religiosas, das ideologias. Além dessas perplexidades, o progresso industrial nos trouxe outras, como as de possíveis catástrofes ecológicas.

Diante desse quadro, e sem se afastar dos princípios cardeais de uma política externa que vem sendo a do País desde Rio Branco, o Brasil se esforça, nos organismos e nas conferências internacionais de que faz parte, para que a humanidade prossiga no caminho do desarmamento, participando do controle internacional das atividades nucleares e das tecnologias que possam ameaçar a paz mundial.

A revolução científico-tecnológica permitiu enorme alteração nas relações econômicas, globalizou o processo produtivo e abriu novas perspectivas. Nesse quadro, meio ambiente e tecnologias adequadas se tornaram partes inseparáveis do processo de desenvolvimento sustentado, que permitirá maior bem-estar para o povo e racional utilização dos recursos naturais.

Tenho procurado, como a Nação pode testemunhar, resolver os problemas aparentemente simples, mas imensos na vida cotidiana dos brasileiros. Estamos tomando medidas para que os remédios e alimentos se tornem mais baratos. E esperamos fazê-lo com relação aos bens de consumo geral. Reduzimos as tarifas de energia elétrica para os pequenos consumidores e estudamos medidas análogas, no quadro de políticas sociais compensatórias. A saúde é um dos primeiros compromissos do Governo.

Sentimos, de forma particular, a situação dos idosos, que depois de decênios de árduo trabalho não encontram na longevidade sua recompensa, mas quase uma punição. Apesar de todo o progresso industrial, é ainda nas atividades agropecuárias que repousam a segurança e a prosperidade das nações. Os alimentos constituem a mais importante reserva estratégica dos povos. A organização das atividades rurais, com a concessão de créditos e a assistência técnica, que permita uma rápida assimilação de

novos processos de cultivo, será preocupação constante do nosso Governo. No particular assume posição de destaque a questão fundiária, a ser resolvida por reforma agrária adequada à realidade brasileira.

Combateremos, sem trégua, os sonegadores. Estamos convencidos de que o ajuste fiscal será capaz de fazer com que todos paguem: os cidadãos recolhendo os seus impostos e taxas de contribuição, e o Governo e a Previdência cumprindo todas as suas obrigações para com os credores e beneficiários.

Este será um Governo honrado e conta com a vigilância do povo na defesa da moralidade e contra a corrupção.

Senhoras e Senhores,

Moços e Moças,

O tempo nos pede vencer muitas coisas, e rapidamente. Disse Ulysses Guimarães, ao abrir os trabalhos da Assembleia Constituinte, que a cidadania começa no alfabeto. No alfabeto começa também o homem econômico. Há mais de trinta milhões de brasileiros, que constituem a metade da nossa população economicamente ativa, incapacitados para dominar as mais elementares técnicas de produção. Trazê-los para o mundo do trabalho pelo processo educativo é tarefa de longo prazo, mas deve começar a ser executada agora.

Dirijo-me, com particular atenção, às mulheres. Vejo, com orgulho, a sua crescente participação na vida brasileira. Tenho uma palavra para as nossas Forças Armadas que, com o seu renovado compromisso democrático e patriotismo, têm contribuído para a superação de nossas dificuldades. Sei dos imensos desafios que devem vencer, dada a precariedade de seus equipamentos, na guarda de nossas fronteiras terrestres, dos nossos céus e de nossas costas marítimas.

Convocarei, em breve, o Alto Comando das Forças Armadas, colegiado nunca antes reunido, para a definição da nossa política militar e de diretrizes para a solução de seus problemas.

Conto com a intelectualidade brasileira, que nos tem sabido apontar caminhos, nem sempre trilhados pelas elites políticas. A sua capacidade de análise e de crítica nos é indispensável neste momento de reerguimento do Estado, e de restauração de urna política cultural. Igualmente indispensável é o trabalho de nossos pesquisadores e cientistas. Embora os tempos sejam curtos, é possível reduzir a distância que nos separa dos países mais avançados no domínio tecnológico, tendo em vista o acervo que acumulamos no campo da pesquisa. Além da pesquisa fundamental, tenho particular esperança no setor biológico, que nos pode dar, à vista da riqueza de nossa biodiversidade e dos trabalhos já realizados, forte presença mundial.

Coloco, nos moços e moças, toda a certeza no grande futuro do Brasil. Penso, sobretudo, nas crianças e jovens que vagam pelas ruas das grandes cidades. Trazê-las para a dignidade da vida é tarefa inseparável do nosso projeto de Nação. Tem sido inestimável o trabalho desenvolvido por confissões religiosas, a começar pela Igreja Católica, no papel que elas exercem na luta pela igualdade de direitos e oportunidades. Quando falamos no conhecimento e na juventude, é natural que se associe a nossa preocupação o problema da educação. Sem que nos descuidemos dos aspectos materiais, como o dos prédios escolares, estamos empenhados em restaurar a dignidade tradicional dos mestres. Educar, conforme a própria etimologia, é conduzir, é mostrar os caminhos, é libertar a capacidade criadora para a plena realização humana. Os professores devem receber o nosso respeito. E este respeito não pode resumir-se na retórica do reconhecimento do Governo e da sociedade.

A História só põe à prova os povos fortes. Somos um povo forte, e venceremos esta quadra. Esta passagem do ano, data em que se renovam as esperanças individuais e coletivas, não será apenas uma marca no calendário, mas, desejamos, o início de um grande tempo para o Brasil.

Este tempo começa com medidas há muito aguardadas. O Governo convocará extraordinariamente o Congresso para, a partir de 11 de janeiro, apreciar, entre outros projetos essenciais neste momento, os que tratam do ajuste fiscal, dos portos, do

reajuste dos servidores públicos, da concessão dos serviços públicos, das licitações e da regulamentação do plebiscito marcado para 21 de abril.

Mais adiante o Governo espera que o Congresso legisle sobre matérias igualmente relevantes como propriedade industrial, diretrizes e bases da educação nacional, reforma partidária e reforma agrária.

Pretendo dizer à Nação que se encerrou, e esperamos, para sempre, a época de Chefes de Estado com poderes quase imperiais, para começar a era da responsabilidade dividida de fato, e não somente de direito, entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, na administração do País e no cumprimento de seu destino.

Os homens maiores são aqueles que, trazendo os olhos limpos, podem ver a grandeza no horizonte, não como miragem, e sim como projeto nutrido da esperança criadora. Graças a Deus não nos faltaram esses homens no passado, não nos faltam hoje, não nos faltarão no futuro.

Com eles, e com constante patriotismo da nossa gente, faremos o grande amanhã para o qual nos destinou a Providência.

Muito obrigado.

Discurso de Posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1º mandato)

Brasília, 1º de janeiro de 1995

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso nacional; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras; Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Senadores; Excelentíssimos Senhores Deputados, Altas Autoridades da República, Senhores e Senhores.

Venho somar minha esperança a esperança de todos neste dia de conagração. Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros. Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo. Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos "tenentes" revolucionários da Velha República.

Essa chama eu vi brilhar nos olhos de meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha do "petróleo é nosso", como já brilhara no fim do Império nos olhos de meu avô, abolicionista e republicano.

Para os estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra. Asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira.

Por algum tempo, na Presidência de Juscelino Kubitschek, o futuro nos pareceu estar perto. Havia desenvolvimento. O Brasil se industrializava rapidamente. Nossa democracia funcionava, apesar dos sobressaltos. E havia perspectivas de melhoria social. Mas a história dá voltas que nos confundem. Os "anos dourados" de JK terminaram com inflação e tensões políticas em alta.

Vieram então anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram o progresso, mas para poucos. E depois nem isso, mas somente o legado –este sim, para todos– de uma dívida externa que amarrrou a economia, e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 80.

Assim eu vi meus filhos crescerem e vi nascer meus netos sonhando e lutando para divisar o dia em que desenvolvimento, liberdade e justiça –justiça, liberdade e desenvolvimento andariam juntos nesta terra. Eu nunca duvidei que esse dia chegaria. Mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadãos para liderar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos. Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este país vai dar certo!

Não por minha causa, mas por causa de todos nós. Não só por causa dos nossos sonhos –pela nossa imensa vontade de ver o Brasil dar certo–, mas porque o momento amadureceu e o Brasil tem tudo para dar certo. Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade.

Pacificamente, com tranquilidade, apesar das mágoas e cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo, que com nomes e formas diferentes desvirtuou nossa República desde a sua fundação.

Para os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade ao perdê-la, a democracia é uma conquista definitiva. Nada nem ninguém nos fará abrir mão dela.

Recuperamos a confiança no desenvolvimento. Não é mais uma questão de esperança, apenas. Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter. Este ano será melhor. O ano que vem, melhor ainda. Hoje não há especialista sério que

preveja para o Brasil outra coisa que um longo período de crescimento. As condições internacionais são favoráveis. O peso da dívida externa já não nos sufoca.

Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem. As raízes –as pessoas e empresas que produzem riqueza– resistiram aos rigores da estagnação e da inflação. Sobreviveram. Saíram mais fortes da provação. Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades.

Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias. Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico. Chegou o tempo de crescer e florescer.

Mais importante: hoje nós sabemos o que o governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia. E vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo.

Quando muitos duvidavam se seríamos capazes de colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos. Sem ceder um milímetro da nossa liberdade, sem quebrar contratos nem lesar direitos, acabamos com a superinflação.

Devemos isso, não só aos que refizeram os rumos da economia, mas também ao presidente Itamar Franco, que granjeou o respeito dos brasileiros por sua simplicidade e honestidade. No momento em que deixa o governo cercado de estima que fez por merecer, agradeço em nome da nação a Itamar Franco pelas oportunidades que nos proporcionou. Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação.

A isto eu me dedicarei com toda a energia, como presidente, contando com o apoio do Congresso, dos Estados e de todas as forças vivas da nação. Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento. Falta a justiça social. É este o grande desafio do Brasil neste final de século. Será este o objetivo número um do meu governo. Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um "mandato da raça negra".

Mandato que não era dado pelos escravos, pois eles não teriam meios de reclamar seus direitos. Mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentir no coração o horror da escravidão e por entender que os grilhões dela mantinham o país inteiro preso ao atraso econômico, social e político.

Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos e ainda que não fossem brasileiros vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isto não pode continuar!

Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a nação. Quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos. Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos.

Da maioria deles, independentemente da sua condição de inflação, sem ter como se defender dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da previdência, dos que ganham pouco pelo muito que dão ao país nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra, dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos a eles eu devo em grande parte a minha eleição.

Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide eu estarei ao lado da maioria. Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza. Buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento, mas sem fugir à responsabilidade de decidir.

Sabendo que a maioria dos brasileiros não espera milagres, mas há de cobrar resultados a cada dia do governo. Mesmo porque os brasileiros voltaram a acreditar no Brasil e têm pressa para vê-lo cada vez melhor. Também vemos com satisfação que

aumenta o interesse de outros países pelo Brasil. Nossos esforços para consolidar a democracia, ajustar a economia e atacar os problemas sociais são acompanhados com expectativa muito positiva do exterior.

Todos percebem hoje por que a nossa transição foi mais lenta e por vezes mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda.

A um só tempo restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia. Por isto mesmo, construímos base mais sólida para seguir adiante. Temos o apoio da sociedade para mudar. Ela sabe o que quer e para onde devemos ir. Rapidamente, no ritmo veloz das comunicações e da abertura da economia brasileira, estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado. Nada disso implica renunciar a uma fração que seja da nossa soberania, nem descuidar dos meios para garanti-la. Como comandante em chefe das nossas Forças Armadas, estarei atento às suas necessidades de modernização, para que atinjam níveis de operacionalidade condizentes com a estatura estratégica e com os compromissos internacionais do Brasil.

Nesse sentido, atribuirei ao Estado Maior das Forças Armadas novos encargos, além dos já estabelecidos. E determinarei a apresentação de propostas, com base em estudos a serem realizados em conjunto com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, para se conduzir a adaptação gradual das nossas forças de defesa às demandas do futuro.

No mundo pós-Guerra Fria, a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar, dos sinais vitais da economia –a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica, a participação no comércio internacional e também de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis. Por isso mesmo, a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional. O momento é favorável para que o Brasil busque uma participação mais ativa nesse contexto.

Temos identidade e valores permanentes, que não de continuar se expressando em nossa política externa. Continuidade significa confiabilidade no campo internacional. Mudanças de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constroem o perfil de um Estado responsável.

Não devemos, contudo, ter receio de inovar quando os nossos interesses e valores assim indicarem. Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da história. Temos, sim, que estar atentos a eles para influenciar o desenho da nova ordem.

É tempo, portanto, de atualizar nosso discurso e nossa ação externa, levando em conta as mudanças no sistema internacional e o novo consenso interno em relação aos nossos objetivos. É tempo de debater as claras qual deve ser o perfil do Brasil, como nação soberana, neste mundo em transformação, envolvendo no debate a chancelaria, o Congresso, a universidade, os sindicatos, as empresas, as organizações não-governamentais.

Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje: direitos humanos e democracia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, as tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização, a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo. Outros temas centrais são o acesso a tecnologia, os esforços de não-proliferação e o combate às formas de criminalidade internacional.

Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença, tanto política como econômica. Condição que tanto nos permite aprofundar nossa participação nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafta, da Ásia do Pacífico.

E ainda identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais, como a África do Sul pós-apartheid. Sem esquecer das nossas relações tradicionais com o continente africano e de países como a China, a Rússia e a Índia, que por sua dimensão continental enfrentam problemas semelhantes aos nossos no esforço pelo desenvolvimento econômico e social.

Eu acredito que o Brasil tem um lugar reservado entre os países bem-sucedidos do planeta no próximo século. E estou convencido que os únicos obstáculos importantes que nos enfrentaremos para ocupar esse lugar vêm dos nossos desequilíbrios internos, das desigualdades extremas entre regiões e grupos sociais.

Sabemos que o desenvolvimento de um país, no mundo de hoje, não se mede pela quantidade das coisas que produz. O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede pela qualidade da atenção que um país dá à sua gente. À sua gente e à sua cultura. Num mundo em que a comunicação é global e instantânea, e ao mesmo tempo os públicos se fragmentam e especializam-se, a identidade cultural torna-se o cimento das nações.

Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural. Nossos regionalismos constituem variações da nossa cultura básica, nascida do encontro da tradição ocidental-portuguesa com a africana e a indígena. Nossos intelectuais, nossos artistas e nossos produtores culturais são a expressão genuína do nosso povo. Quero prestigiá-los e dar-lhes condições para que sejam construtores da cidadania. Pois a cidadania, além de ser um direito do indivíduo, é também o orgulho de fazer parte de um país que tem valores e um estilo próprios.

As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas: emprego, saúde, segurança, educação, produção de alimentos. A geração de empregos virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. O governo estará empenhado em programas e ações específicas nesse sentido. E se jogará por inteiro no grande desafio que é do Brasil e não apenas desta ou daquela região, que é de todos e não apenas dos excluídos, de diminuir as desigualdades até acabar com elas.

Acesso aos hospitais, respeito no atendimento, eliminação das esperas desnecessárias, combate ao desperdício e às fraudes, são elementos tão indispensáveis à boa gestão da saúde quanto a existência de verbas adequadas. Mas a saúde tem que ser encarada e assim vai ser no meu governo, principalmente como prevenção da doença e não só a cura da doença. Uma visão moderna da saúde inclui saneamento básico, vacinação em massa, alimentação adequada, esporte para todos.

A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino. Escola não é só a função do professor e a recuperação dos seus salários, principalmente no ensino básico. É muito mais do que isso. É o lugar de convivência onde a ação dos pais, a solidariedade do meio social, a participação do aluno e do professor e uma boa administração se somam para formar cidadãos.

Para dar o salto que se impõe no limiar do novo milênio, não podemos mais conviver com o analfabetismo e o semianalfabetíssimo em massa. É uma pobre ilusão achar que o mero consumo de quinquilharias vai nos fazer "modernos", se nossas crianças continuarem passando pela escola sem absorver o mínimo indispensável de conhecimento para viver no ritmo da modernidade. Chega de construir escolas faraônicas, e depois enchê-las de professores mal pagos e mal preparados, junto com estudantes desmotivados e sem condições materiais e psicológicas para terem um bom aproveitamento. Para exercermos na plenitude nosso mandato de acabar com a miséria, é preciso também acabar com a miséria espiritual. Que os meios modernos de comunicação nos ajudem nessa tarefa.

Ao lado da informação e do divertimento, vamos engajar nossas TVs numa verdadeira cruzada nacional pelo resgate da cidadania através do ensino, começando por uma intensa ação de alfabetização e formação cultural. Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do governo. Isto vai demandar uma ampla reorganização da máquina do governo.

A administração federal está muito deteriorada depois de anos seguidos de desmandos e arrocho financeiro. O clientelismo, o corporativismo e a corrupção sugam o dinheiro do contribuinte antes que chegue aos que deveriam ser os beneficiários legítimos das ações do governo, principalmente na área social. As CPIs do Congresso e as providências enérgicas tomadas pelo governo do presidente Itamar Franco começaram a limpeza desses parasitas nos últimos dois anos. Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público. Isto não me assusta. Sei que terei o apoio da maioria da nação. Inclusive dos muitos funcionários que têm amor ao serviço público.

O apoio mais importante, na verdade, não é ao governo nem à pessoa do presidente. É o apoio que formos capazes de dar uns aos outros, como brasileiros, e o apoio de todos ao Brasil. Esta verdadeira revolução social e de mentalidades só irá acontecer com o concurso da sociedade. O governo tem um papel fundamental, e eu cuidarei para que cumpra esse papel. Mas, sem que o Congresso aprove as mudanças na Constituição e nas leis –algumas das quais aponte em meu discurso de despedida do Senado– e sem que a opinião pública se mobilize, as boas intenções morrem nos discursos.

Precisamos costurar novas formas de participação da sociedade no processo das mudanças. Parte fundamental dessa tomada de consciência, dessa reivindicação cidadã e dessa mobilização vai depender dos meios de comunicação de massa.

Nossos meios de comunicação foram fundamentais para a redemocratização e têm sido básicos para a recuperação da moralidade na vida pública. Agora eles têm reservado um papel central na mobilização de todos para uma sociedade mais justa e melhor. Mantendo sempre a independência crítica e a paixão pela veracidade da informação.

Quando os brasileiros puderem ser mais informados, quando puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana, quando puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para o exercício da cidadania.

O sentimento que move esse apoio de todos ao país tem um nome: solidariedade. É ela que nos faz sair do círculo pequeno dos nossos interesses particulares para ajudar nosso vizinho, nosso colega, nosso compatriota próximo ou distante. Nós, brasileiros, somos um povo solidário. Vamos fazer desse sentimento a mola de um grande mutirão nacional, unindo o governo e a comunidade, para varrer do mapa do Brasil a fome e a miséria.

Vamos assegurar uma vida decente às nossas crianças, tirando-as do abandono das ruas e, sobretudo, pondo um paradeiro nos vergonhosos massacres de crianças e jovens. Vamos assegurar com energia, direitos iguais aos iguais. Às mulheres, que são a maioria do nosso povo e às quais o país deve respeito e oportunidades de educação e de trabalho. Às minorias raciais e a algumas quase majorias, aos negros, principalmente, que esperam que igualdade seja, mais do que uma palavra, o retrato de uma realidade. Aos grupos indígenas, alguns deles testemunhas vivas da arqueologia humana e todos testemunhas da nossa diversidade. Vamos fazer da solidariedade o fermento da nossa cidadania em busca da igualdade. E a nossa esperança de ver um Brasil livre, próspero e justo há de pulsar cada vez mais forte, no peito de cada brasileiro, como uma grande certeza.

Ao encerrar este discurso, quero deixar uma palavra comovida de agradecimento. Ao povo do meu país que, generoso e determinado, elegeu-me já no primeiro turno. A tantos que me acompanham nas lutas políticas. À minha família, que soube compreender os desafios da história. Ao Congresso a que pertenci até hoje, e que nesta cerimônia, com a proclamação da Justiça Eleitoral, me empossa como presidente da República. Aos chefes de Estado e às delegações estrangeiras de países amigos que vieram prestigiar este ato. Aos nossos convidados. A todos os cidadãos e cidadãs deste

nosso Brasil, aos quais peço, mais uma vez, muita fé, muita esperança, muita confiança, muito amor, muito trabalho.
Eu os convoco para mudar o Brasil. Muito obrigado.

Discurso de Posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso (2º mandato)

Brasília, DF. 1º de janeiro de 1999.

Compareço perante o Congresso Nacional para receber, pela segunda vez, a mais alta distinção a que um homem público possa aspirar. Agradeço aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como nos campos, que, com o voto, sufragaram as ideias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo.

Sei da responsabilidade que assumo. Ao concederem ao Presidente da República a possibilidade de um novo mandato, o Congresso primeiro, o povo brasileiro depois, credenciaram-se para exigir de mim mais do que de qualquer outro presidente antes. Empenharei toda minha capacidade e dedicação para corresponder à expectativa da nação brasileira. Estou pronto para a nova jornada. Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro. Tenho mais experiência, pelo muito que pude aprender tanto dos acertos, quanto dos erros, de meu primeiro mandato. Nos últimos anos o Brasil renovou sua fisionomia, com a construção de estradas de relevância estratégica, quatro hidrovias, um sem número de portos e aeroportos. Promoveu um salto na produção de energia e uma revolução nas telecomunicações. Mudou muito.

Mas quando falo em mudança penso em algo mais profundo, abrangente e capilar, que toca o cotidiano de cada um dos brasileiros e melhora suas vidas.

Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo não há razão de ser para o flagelo da fome. Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite, que sempre pôde tudo. Milhares realizaram aspiração tão antiga, quanto legítima, de comprar a casa própria ou morar com mais conforto.

Outros perceberam que a ação solidária dos governos e das prefeituras, de pais e de mestres, está promovendo uma transformação profunda nas escolas e uma esperança fundada de melhor qualidade no ensino. É a professora das áreas pobres do Brasil que ganha mais e tem a oportunidade de reciclar-se. É o livro que chega a tempo ou a merenda que é mais nutritiva. É a evasão que diminui, enquanto a matrícula no segundo grau aumenta.

Na saúde -o pesadelo de todos os brasileiros- mais recursos, melhor gerenciamento, mais atenção à saúde da família e um combate obstinado à fraude estão mostrando o caminho que levará no futuro a um efetivo atendimento universal, gratuito e de qualidade, como prescreve a Constituição, mas que poucos países, mesmo entre os mais desenvolvidos, conseguiram assegurar. E assim ocorrem mudanças em várias outras áreas sociais.

Não obstante todas estas transformações, muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos. Relutam a reconhecer que estamos avançando, competindo e nos adaptando aos novos tempos, em vários planos: o da globalização, o da reestruturação do Estado, o da revitalização da cultura. Estas mudanças dão a confiança de que a geração do Real será diferente. Nossos filhos terão mais e melhores oportunidades na vida.

Tudo começou com a nova moeda. O real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda. O brasileiro pôde prever o fim do mês, planejar o ano seguinte e colocar sobre a mesa a agenda das suas verdadeiras necessidades. Restaurou-se a confiança para poupar e investir.

O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população. Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo; mas continua a ser o instrumento fundamental para garantir serviços para a população mais pobre, gerar as condições para o aumento da produção e assegurar os direitos básicos de todos. O Brasil voltou a ser respeitado no exterior.

Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros.

Também no plano externo o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O país torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o mundo se torna mais relevante para o bem-estar dos brasileiros.

Em um sistema internacional onde aumenta a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo, mesmo as mais longínquas. Os problemas dos outros tornam-se também nossos. Da mesma forma, nossos problemas passam a afetar mais diretamente outros países. Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais. O interesse nacional, hoje, não se coaduna com isolamento. Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento.

É o que estamos fazendo no Mercosul dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia. É o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul. É o que se reflete em nossa visão da integração hemisférica e de laços mais sólidos com a União Europeia, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento para os nossos vínculos históricos com a África. O Brasil está assim consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos últimos anos, se é verdade que muito foi feito, ainda resta muito por fazer.

Nossos desafios continuam imensos. Mas estamos em melhores condições para enfrentá-los. Preparamos o terreno. Plantamos a semente. Daqui para a frente, a nossa tarefa é dupla. Preservar as realizações e partir para novas conquistas. A continuidade delas é indispensável, pois a esperança do povo é como a do semeador, na frase de Gilberto Amado: "ao lançar a semente sem ver crescer a planta no solo árido, o braço do semeador se fatiga".

Estamos fazendo um acerto de contas com o passado e, ao mesmo tempo, tratando de impedir que a prosperidade que resulta da ampliação dos fluxos de capitais, conhecimentos e tecnologia venha contaminada pelo vírus da exclusão. Reunimos hoje as condições para construir um Brasil efetivamente solidário e mais justo. O objetivo central do governo que ora se inicia será o de radicalizar a democracia, democratizar o mercado aumentando a competição e promover mais ampla oportunidade para todos os brasileiros. Isso requer determinação política e crescimento econômico continuado.

Senhores Congressistas,

Oitenta e três milhões de eleitores compareceram às urnas nas últimas eleições. O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia. O país desfruta de plena liberdade de opinião e de imprensa, de que muito nos orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para vitalidade democrática. Mas precisamos avançar mais. Queremos aprofundar a parceria com a sociedade. Faz pouco tempo, o que entre nós se chamava de "opinião pública" era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade, que sabem fazer ruído na defesa de seus interesses. Hoje, a opinião pública expandiu-se e incorpora sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e as chamadas organizações não governamentais.

Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do governo buscam atender a esta maioria, mesmo, se for o caso, contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus privilégios.

A sociedade civil assume, com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas do setor público. E o Estado se fortalece ao articular-se com ela.

A vertebração da sociedade, em sintonia com a descentralização das políticas públicas, cria as condições para que os serviços do Estado cheguem efetivamente aos que mais

precisam e não, como sempre foi, aos que mais têm, porque sempre detiveram os instrumentos de pressão para reivindicar mais.

No Brasil, por muito tempo, o Estado como organização esteve à frente da sociedade. Hoje, ao contrário, é a sociedade que, via de regra, caminha à frente do Estado.

Nossos partidos, que desde o Império eram instituições do Estado, mais do que da sociedade, precisam modificar-se para serem, agora, instituições da sociedade. Só assim se revitalizarão e poderão estar em sintonia com a sociedade, evitando a crise da representação política, que grassa no mundo atual.

A democracia que queremos ter é a do diálogo plural, dentro do respeito à diferença, à crítica e à alternância no poder. Mas o corolário da crítica é a proposta alternativa e construtiva. Não me intitulo senhor de um caminho único. Estou pronto a discutir e a retificar o rumo, sempre que me convençam de que a alternativa é melhor para o País. Alegro-me de que o diálogo com a oposição já se tenha iniciado. Sei que temos divergências, em vários campos. Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o País.

O fundamental nas democracias, entretanto, é o apoio da maioria. Este apoio, recebi nas urnas pelo voto popular e dos partidos. A maioria dos representantes eleitos pelo povo pertence aos partidos com os quais formei o governo. Eles certamente apoiarão no Congresso as medidas necessárias à implantação das políticas que defendo e que foram aprovadas pelos eleitores.

Completeremos, assim, as reformas. Não só a previdenciária e a administrativa, mas a tributária, a política e a judiciária. Confio nesta Casa, expressão maior da soberania popular, à qual me orgulho de ter pertencido.

O Congresso deu expressiva contribuição às transformações do País nos últimos quatro anos. Homenageio a todos os seus membros, que tanto valorizo, na pessoa de um de seus mais precoces e maiores líderes, o meu inesquecível amigo Luís Eduardo Magalhães, que ao nos deixar, no ano passado, nos legou o exemplo de sua competência, visão e amor ao país.

Não há democracia onde subsiste a violência. Onde ainda são desrespeitados direitos básicos das crianças e das mulheres, dos negros e dos índios. Avançamos nesta área. É inegável. Mas temos que fazer mais.

O desafio está em transformar os valores e as normas em práticas quotidianas. A Secretaria dos Direitos Humanos foi fortalecida institucionalmente para melhor cumprir sua missão. A sociedade será convidada a participar mais diretamente da execução e controle das políticas.

Senhores congressistas, não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.

Nesses últimos quatro anos enfrentamos um quadro internacional adverso. A economia brasileira sofreu o abalo de três crises internacionais de graves proporções. Ainda vivemos os reflexos negativos do colapso da moeda russa. Nossa economia enfrenta o pesado ônus de elevadas taxas de juros, que arrefeceram o crescimento e diminuíram o emprego.

O Brasil continuará a desempenhar papel ativo na revisão da arquitetura do sistema financeiro internacional. Não podemos aceitar que aplicações especulativas, por não estarem submetidas a qualquer tipo de supervisão ou ordenamento, desarticulem o processo produtivo e constituam ameaça recorrente às economias nacionais.

Mas também é forçoso reconhecer que temos as nossas vulnerabilidades, entre elas, o déficit público. Gastamos mais do que arrecadamos. Enquanto não equilibrarmos nossas contas, a cada turbulência da economia internacional pagaremos, como temos pago, preço elevado.

Assim como não hesitei em tomar as medidas necessárias para defender o Real, não hesitarei em fazer o que for preciso para pôr fim ao tormento do déficit público. É melhor o remédio amargo que cura a doença, do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo.

Não tenham dúvidas, senhores. Marcharei com determinação para obter do Congresso o ajuste fiscal e para livrarmos o Brasil da armadilha dos juros altos, que aguilhoam nosso ímpeto de crescimento econômico.

A reforma da Previdência, embora incompleta, abre perspectivas melhores para o equilíbrio das contas públicas. Vamos prosseguir com ela, eliminando privilégios e assegurando a continuidade dos benefícios em favor dos que realmente necessitam. Preocupa-me o desemprego. Como acontece ao início de cada ano, a taxa de desemprego poderá elevar-se. Por ser passageiro, o quadro não é menos doloroso, para quem perde o seu emprego.

Os ministros que em poucos minutos tomarão posse em seus cargos receberão do presidente da República uma orientação precisa: concentrar a competência de suas equipes e os recursos de suas pastas nos projetos que abram novas oportunidades de trabalho e de renda, especialmente para os jovens; na extensão do crédito à pequena empresa; nos programas de qualificação do trabalhador; e na assistência ao desempregado. Tudo o que o governo puder fazer na área do emprego, será feito.

Tenho a convicção de que o Brasil sairá fortalecido da crise. As políticas que estamos adotando corrigirão o desequilíbrio de nossas contas. O país terá credibilidade ainda maior. E será um mercado mais atraente para os investimentos, tanto internos quanto externos, que gerarão crescimento e empregos.

Tomo de empréstimo a Joaquim Nabuco frase lapidar que expressa meu sentimento diante desta conjuntura desfavorável: "a vida não é senão a posse do futuro pela confiança e, em política, pela certeza do triunfo (momentaneamente, digo eu) interrompido".

Senhores congressistas, de pouco vale ao país ser a oitava economia mundial se continuarmos entre os primeiros na desigualdade social. Este quadro tem que ser revertido. Estamos combatendo a desigualdade com a estabilidade da economia e com a melhoria da qualidade da educação pública, de modo a proporcionar aos desfavorecidos a oportunidade que nunca tiveram.

Nossas políticas públicas em educação, saúde, habitação e saneamento melhoraram. Os indicadores, em cada uma destas áreas, comprovam o progresso alcançado. Antes, os serviços públicos estavam direcionados aos que mais possuíam. Agora, os serviços e os créditos do governo estão dirigidos aos que mais precisam. Assim é na educação fundamental e na saúde. Assim começa a ocorrer também no crédito rural e nos financiamentos para pequenas e médias empresas.

Esta é uma revolução. A única suscetível de transformar a fisionomia social do País e aportar um golpe fatal à desigualdade que reproduzimos desde as eras coloniais. Em breve completaremos 500 anos. Este será um momento de reflexão sobre o que realizamos, o que somos e o que queremos ser. Temos muito para nos orgulhar, do Brasil e dos brasileiros.

Um país que venceu o autoritarismo e implantou a democracia; em seguida, domou a inflação e está construindo a estabilidade, tem agora pela frente o desafio de edificar uma sociedade mais igualitária.

Esta é a minha visão do País para o século 21. Estou certo de que é também o projeto de todos os brasileiros que vivem com indignação os graus de desigualdade que ainda subsistem entre nós.

Não há milagres nesta área. O caminho é conhecido e será percorrido com persistência. O rumo está certo. As políticas são coerentes. Já começam a dar resultados. Serão reforçadas. Retificadas quando necessário.

Senhores membros do Congresso Nacional, pertenço a uma geração que desde cedo sonhou com a reforma social em nosso país. Ansiava por participar dela. Foi ativa na universidade, tanto nas salas de aula, como nas ruas.

Lutou contra o arbítrio. Com a redemocratização, viu renascerem as esperanças de mudar o país. Com a estabilidade da economia, percebeu que recuperamos os instrumentos para edificar um Brasil melhor.

A vontade nunca faltou. Ela continua firme. O Brasil espera com impaciência por uma nação mais justa.

Esta é esperança que leio nos olhos dos milhares de brasileiras e de brasileiros que encontro em minhas viagens pelo país. Estas são as vozes que ouço nas ruas. Esta foi a missão que recebi das urnas. Esta foi a mensagem enviada por um dos amigos mais queridos, Sérgio Motta, companheiro de uma vida de lutas:

"Não se apegue. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do país."

Assim farei.

Muito obrigado.

Discurso de Posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (1º mandato)

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003

Excelentíssimos senhores chefes de Estado e de Governo; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; excelentíssimo senhor presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet; Excelentíssimo senhor vice-presidente da República, José Alencar; excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Efraim Moraes; excelentíssimo senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; senhoras e senhores ministros e ministras de Estado; senhoras e senhores parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

"Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento, de fato, estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.

Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um país extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um

povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo, em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade; provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do país. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, soja, farinha, frutos, o nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio; são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas, com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas áreas do país estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem, muito bem, deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o país volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado, para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado. Da mesma forma, é necessário incrementar, e muito, o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infraestrutura voltada para o escoamento da produção.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil upere a estagnação atual e volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo, com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública. Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do país. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança, o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.

Eu, que tive a honra de ser parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais que o país demanda de todos nós.

Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer, em todos os domínios, um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista. Significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo dos séculos, uma Nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da região Centro-Oeste. Esta é uma Nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. Onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação, que se criou sob o céu tropical, tem que dizer a que veio: internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo.

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à Alca, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Europeia, na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores, privando-os de suas vantagens comparativas.

Com igual empenho, esforçar-nos-emos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Europeia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.

As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual, como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico, do combate à pobreza,

às desigualdades e a todas as formas de discriminação, da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas, decorrente de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o país e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o governo federal em parceria com os estados, a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs. Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com as diferenças.

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa história, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país, amar a nossa Bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.

Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como Nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como Nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como Nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o país do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo. O que nós estamos vivendo hoje, neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu país. Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste país no dia-a-dia dos próximos quatro anos. Viva o povo brasileiro!

Discurso de Posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2º mandato)

"Excelentíssimo senador Renan Calheiros, presidente do Congresso Nacional, Excelentíssimo deputado Aldo Rebelo, presidente da Câmara dos Deputados, Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da República, Excelentíssimo Ministro Gilmar Ferreira Mendes, presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal, Excelentíssimo senhor Antônio Fernando, procurador-geral da República, Minha companheira Marisa, Senhora Marisa Campos Gomes da Silva, Senhoras e senhores chefes de Missões Diplomáticas, Governadores aqui presentes, Senadores e senadoras, Deputados e deputadas, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Meus amigos, minhas amigas, Minhas queridas brasileiras e meus queridos brasileiros,

Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, vivi a experiência mais importante de minha vida, a de assumir a Presidência do meu País. Não era apenas a realização de um sonho individual. O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia, e ainda hoje me sinto, parte e humilde instrumento.

Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República.

Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto. Hoje estou de volta a esta Casa, no mesmo primeiro de janeiro e quase na mesma hora.

Tenho ao meu lado, como em 2003, o amigo e companheiro José Alencar, cuja colaboração inteligente e leal tornou menos árduas as tarefas destes quatro anos. E assim o será no Governo que se inicia. Tudo é muito parecido, mas tudo é profundamente diferente.

É igual e diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, sou também igual e diferente. Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu País. Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar.

Sou igual quando volto a conjugar, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui quatro anos atrás. Mas sou diferente, pois, sem renegar a paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos.

Minhas Senhoras e meus Senhores, quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora. Mas é diferente, para melhor, na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social.

Em que momento de nossa história tivemos uma conjugação tão favorável e auspiciosa: de inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores?

O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego.

É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia. Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais. O Brasil ainda possui sérias travas ao seu crescimento e fragilidades nos seus instrumentos de gestão. Mas nosso País é diferente, para melhor: na estabilidade monetária; na robustez fiscal; na qualidade da sua dívida; no acesso a novos mercados e a novas tecnologias; e na redução da vulnerabilidade externa.

O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece, mas temos hoje um dos mais altos salários mínimos das últimas décadas, e os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais nestes últimos quatro anos.

Criamos mais de 100 mil empregos por mês com carteira assinada, sem falar das ocupações informais e daquelas geradas pela agricultura familiar, totalizando mais de 7 milhões de novos postos de trabalho.

O Brasil ainda precisa avançar em padrões éticos e em práticas políticas. Mas hoje é muito melhor na eficiência dos seus mecanismos de controle e na fiscalização sobre seus governantes. Nunca se combateu tanto a corrupção e o crime organizado. Muita coisa melhorou na garantia dos direitos humanos, na defesa do meio ambiente, na ampliação da cidadania e na valorização das minorias.

O Brasil é uma nação mais respeitada, com inserção criativa e soberana no mundo. E o mundo, vasto mundo, como está quatro anos depois? Melhor em certos aspectos, mas pior, infelizmente, em tantos outros. Foram quatro anos sem graves crises econômicas, mas com graves conflitos políticos e militares internacionais.

Ao mesmo tempo em que o crescimento da economia mundial permitiu um certo desafogo aos países emergentes, a relação entre nações ricas e pobres não melhorou. A solução dos grandes problemas mundiais, como as persistentes desigualdades econômicas e financeiras entre as nações; o protecionismo comercial dos grandes; a fome e a inclusão dos deserdados; a preservação do meio ambiente; o desarmamento; e o combate adequado ao terrorismo e à criminalidade internacional, não evoluiu. Os organismos internacionais, especialmente a ONU, não se atualizaram em relação aos novos tempos que vive a humanidade.

Meus Senhores e minhas Senhoras, um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim. Ele me permite saber para onde seguir.

Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam. Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada.

Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntese histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo.

Em outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha. Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo.

É uma responsabilidade enorme tornar-se o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato. Tenho plena consciência do que isso significa. Sei que, a partir de hoje, cabe-me corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no que está dando certo, para consolidar as conquistas populares.

O desafio é grande, porém maior é a minha disposição de vencê-lo. Ouço as vozes das cidades, das ruas e dos campos e escuto, muito perto, a voz da minha consciência. Ela me diz que não fui reeleito para ouvir a velha e conformista ladainha segundo a qual tudo é muito difícil, quase impossível, que só pode ser conquistado numa lentidão secular.

Quatro anos atrás eu disse que o verbo mudar iria reger o nosso governo. E o Brasil mudou. Hoje, digo que os verbos acelerar, crescer e incluir vão reger o Brasil nestes próximos quatro anos. Os efeitos das mudanças têm que ser sentidos rápida e amplamente. Vamos destravar o Brasil para crescer e incluir de forma mais acelerada. Minhas Senhoras e meus Senhores, o Brasil não pode continuar como uma fera presa numa rede de aço invisível, debatendo-se, exaurindo-se, sem enxergar a teia que o aprisiona.

É preciso desatar alguns nós decisivos para que o País possa usar a força que tem e avançar com toda velocidade. Muito tentamos nos últimos quatro anos, mas fatores históricos, dificuldades políticas e prioridades inadiáveis fizeram com que nosso esforço

não fosse inteiramente premiado. Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de País a ser realizado. Precisamos de firmeza e ousadia para mudar as regras necessárias e avançar. Não podemos desperdiçar energias, talentos, esperanças.

Sei que o crescimento, para ser rápido, sustentável e duradouro, tem de ser com responsabilidade fiscal. Disso não abriremos mão, em hipótese alguma. Mas é preciso combinar essa responsabilidade com mudanças de postura e ousadia na criação de novas oportunidades para o País. É necessário, igualmente, que este crescimento esteja inserido em uma visão estratégica de desenvolvimento que nosso País há muito tempo havia perdido. É preciso uma combinação ampla e equilibrada do investimento público e do investimento privado.

Para lograr este equilíbrio, temos de desobstruir os gargalos e de romper as amarras que travam cada um destes setores. Isso significa ampliar e agilizar o investimento público, desonerar e incentivar o investimento privado.

Sei que o investimento público não pode, sozinho, garantir o crescimento. Porém, ele é decisivo para estimular e mesmo ordenar o investimento privado.

Estas duas colunas, articuladas, são capazes de dar grande impulso a qualquer projeto de crescimento. Para atingir estes objetivos, estaremos lançando, já neste primeiro mês de governo, um conjunto de medidas, englobadas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC.

Nosso esforço não se esgota nas medidas que anunciaremos em janeiro. Ao contrário, elas serão apenas o começo. Serão desdobradas e complementadas ao longo de todo o mandato, incorporando, inclusive, reformas mais amplas que seguramente estarão na pauta desta Casa.

Vamos realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infraestrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução.

O fornecimento de energia nos próximos dez anos está garantido pelos projetos em andamento e pelos novos e ambiciosos projetos que serão licitados em 2007. Continuaremos dando prioridade ao setor de Bioenergia, no qual o Brasil ocupa a vanguarda mundial, como decorrência dos esforços de nosso governo.

O Programa Luz Para Todos, que já propiciou energia elétrica para cinco milhões de pessoas, tem como objetivo chegar até o fim de 2008 a todos os brasileiros sem acesso à eletricidade.

Vamos estabelecer, com o BNDES, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a Embrapa, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, e o Ministério da Ciência e Tecnologia, um amplo programa de incentivo à produtividade das empresas brasileiras, facilitando a importação de equipamentos; melhorando a qualidade dos tributos; favorecendo o acesso à tecnologia da informação, apoiando a inovação; e estimulando a integração empresa-universidade.

E vamos consolidar, em harmonia com esta Casa e com os estados, a legislação unificada do ICMS, simplificando as normas, reduzindo alíquotas, com previsão de implantar um único imposto de valor agregado a ser distribuído automaticamente para União, estados e municípios.

Este conjunto de iniciativas significa o reforço das linhas mestras da política macroeconômica, com a redução da taxa real de juros. Tenho claro que nenhum país consegue firmar uma política sólida de crescimento se o custo do capital, ou seja, o juro, for mais alto do que a taxa média de retorno dos negócios.

Da mesma forma que é necessária uma expansão planejada do crédito. Nossa meta é criar condições para que sua expansão, até 2010, chegue a 50% do PIB, especialmente para o investimento, a infraestrutura, a agricultura, a habitação e o consumo.

Outro ponto vital é a implantação de vigorosas medidas de desburocratização, sobretudo as que facilitem o comércio exterior, a abertura e fechamento de empresas, além de levar adiante o aperfeiçoamento das legislações sanitária e ambiental.

Meus Senhores e minhas Senhoras, durante a campanha afirmei que meu segundo governo será o governo do desenvolvimento, com distribuição de renda e educação de qualidade.

Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macroeconômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão.

Dessa forma, nossa política social, que nunca foi compensatória, e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural. Será peça-chave do próprio desenvolvimento estratégico do País.

O Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero, saudado pelas comunidades pobres e criticado por alguns setores privilegiados, teve duplo efeito. Por um lado, retirou da miséria milhões de homens e mulheres. Por outro, contribuiu para dinamizar a economia de forma mais equânime. Por isso, obteve reconhecimento internacional, e já inspira programas semelhantes em vários países do mundo.

Nosso governo nunca foi, nem é 'populista'. Este governo foi, é e será popular. Temos de criar alternativas de trabalho e produção para os beneficiários dos nossos programas de transferência de renda.

E aí, ocuparão lugar importante: a educação, a formação de mão-de-obra, a expansão do microcrédito e do crédito consignado, o fortalecimento da agricultura familiar, o avanço da reforma agrária pacífica e produtiva, a economia solidária, o cooperativismo, o desenvolvimento de tecnologias simples e a expansão da arte e da cultura popular.

Para isso, as políticas setoriais de governo devem ser fortemente integradas.

É preciso continuar expandindo o consumo de bens essenciais da população de baixa renda; fomentar o empreendedorismo das classes médias; dar continuidade à recuperação do salário mínimo; ampliar o crescimento de empregos formais e da massa salarial; e aprofundar a política nacional para micro, pequena e média empresas, nos moldes da Lei Geral aprovada por este Congresso, que estabelece tratamento diferenciado em matéria de crédito, acesso à tecnologia e às exportações.

É preciso garantir o crescimento de todos, diminuindo desigualdades entre as pessoas e as regiões. Para diminuir a desigualdade entre as pessoas a alavanca básica é a educação; para diminuir a desigualdade entre as regiões o principal instrumento são os grandes programas de desenvolvimento, especialmente os de infraestrutura.

Estes grandes programas e projetos de desenvolvimento regional já estão definidos e envolvem setores estratégicos como energia, transporte, inovação tecnológica, insumos básicos e construção civil.

Na área de energia, eles privilegiam o petróleo, gás, etanol, biocombustíveis e eletricidade. Na área de inovação tecnológica: os softwares, fármacos, bens de capital, semicondutores e TV Digital. Na área dos transportes, englobam indistintamente os setores automotivo, ferroviário, naval e aéreo. Na construção civil, os setores de infraestrutura, habitação e saneamento básico. Na área dos insumos, a siderurgia, papel e celulose, petroquímica e mineração.

Minhas Senhoras e meus Senhores, reitero que a educação de qualidade será prioridade de meu governo.

Mais do que a qualificação para o mundo do trabalho, a educação é um instrumento de libertação, que o acesso à cultura propicia. Ela dá conteúdo à cidadania formal de homens e mulheres. Um país cresce quando é capaz de absorver conhecimentos. Mas se torna forte, de verdade, quando é capaz de produzir conhecimento.

Para isso é fundamental valorizar todos os níveis de nosso sistema educacional, sem exceção, fortalecer a pesquisa pura e aplicada, consolidar a incorporação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Temos aqui um gigantesco desafio. O que outros países fizeram ainda nos séculos dezenove ou vinte, nós teremos de realizar nos próximos anos.

Trata-se de superar os grandes déficits educacionais que nos afligem e, ao mesmo tempo, dar passos acelerados para transformar nosso País em uma sociedade de conhecimento, que nos permita uma inserção competitiva e soberana no mundo.

O Brasil quer, num só movimento, resolver as pendências do passado e ser contemporâneo do futuro. Graças ao esforço de todos nós, com a decisiva participação do Congresso Nacional, o Brasil conta com um instrumento fundamental para melhorar a educação básica, que é o Fundeb.

Com ele, poderemos aumentar dez vezes o investimento nas áreas mais carentes do ensino, e 60% destes recursos serão aplicados na melhoria de salários e na formação do professor.

Para que o Brasil tenha uma educação verdadeiramente de qualidade, serão necessários professores bem remunerados, com sólida formação profissional, condições adequadas de trabalho e permanente atualização.

Os educadores poderão, dessa forma, melhorar o seu desempenho e os resultados da sua atividade pedagógica. A Universidade Aberta é decisiva no aperfeiçoamento dos docentes, pois permite que os professores se reciclem sem sair de suas cidades.

Nesta luta pela qualidade, vamos também ampliar a renovação tecnológica do ensino, informatizando todas as escolas públicas. E eu quero repetir, informatizando todas as escolas públicas deste País.

Quero reafirmar, neste dia tão importante, que o meu sonho é ajudar a transformar o Brasil no país mais democrático do mundo no acesso à universidade.

Para isso contribuirão as novas universidades e extensões universitárias e as escolas técnicas em todas as cidades-polo do País. Para isso contribuirá também a expansão das bolsas do ProUni.

O Brasil assistirá dentro de dez ou quinze anos o surgimento de uma nova geração de intelectuais, cientistas, técnicos e artistas originários das camadas pobres da população.

Este foi sempre o nosso propósito: democratizar não só a renda, mas também o conhecimento e o poder.

Outras áreas vitais para a população, e objeto de permanente demanda, são as da saúde e da segurança pública.

Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores para que a população brasileira, em especial a mais pobre, tenha uma melhor qualidade de vida.

Sinto que em matéria de segurança pública, um verdadeiro flagelo nacional, crescem as condições para uma efetiva cooperação entre a União e os estados da Federação, sem a qual será muito difícil resolver este crucial problema brasileiro.

Meus Senhores e minhas Senhoras, apesar dos avanços científicos e tecnológicos de nosso mundo, ainda não foi inventada nenhuma ferramenta mais importante do que a política para a solução dos problemas dos povos.

Nunca o mundo viveu, como vive hoje, um período de tão grande descrédito na política. Mas, paradoxalmente, nunca a política foi tão imprescindível.

Temos no Brasil um desafio pela frente. Desafio para as forças que se identificam com este governo e para aquelas que se situam na oposição.

Temos de refletir sobre nossas instituições e nossas práticas políticas. Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios das sociedades democráticas. Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social.

Nossas instituições têm de ser mais permeáveis à voz das ruas. Precisamos fortalecer um espaço público capaz de gerar novos direitos e produzir uma cidadania ativa.

As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa. Elas se complementam. Meu governo, atento às manifestações das ruas e, em especial, aos movimentos sociais, construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais, consultando a opinião da sociedade

organizada em Conferências Nacionais, Conselhos e Foros. Continuaremos nesse rumo.

Reafirmamos, finalmente, nossos compromissos éticos em uma perspectiva republicana. Nada mais ético do que a promoção do bem-comum e da justiça.

A reforma política deve ser prioritária no Brasil. Convido todos os senhores para nos sentarmos à mesa e iniciarmos o seu debate e urgente encaminhamento, ao lado de outras reformas importantes, como a tributária, que precisamos concluir.

O fortalecimento de nosso sistema democrático dará nova qualidade à presença do Brasil na cena mundial.

Nossa política externa, motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação, foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade.

Essa opção nos permitiu manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo.

Estamos mais próximos da África, um dos berços da civilização brasileira. Fizemos do entorno sul-americano o centro de nossa política externa. O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao Mercosul e à Comunidade Sul-Americana de Nações.

Senhoras e Senhores, é tempo do nascimento de um novo humanismo, fundado nos valores universais da democracia, da tolerância e da solidariedade. O Brasil tem muito o que contribuir neste debate.

Colocamos o respeito aos Direitos Humanos no centro de nossas preocupações.

Ampliamos políticas públicas nesta direção e criamos instituições de Estado fortes e capazes de garantir que este País combaterá de maneira decidida e permanente todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária.

Por isso cresce a participação das mulheres na vida econômica, social e política do nosso País. Cada vez mais, os negros ocupam o lugar que lhes é devido em um Brasil democrático. Assim como os povos indígenas, que reconquistam e consolidam a sua dignidade histórica.

A despeito dos avanços que nossas políticas públicas propiciaram, especialmente na esfera educacional, ainda há muito que fazer pelos jovens, importante segmento de nossa sociedade, a quem caberá, certamente, conduzir este País nas próximas décadas.

Em um mundo que busca caminhos para o convívio, espaços para o diálogo, para a coabitação do múltiplo e do diverso, o Brasil tem o que oferecer.

Nosso País pode ser uma voz e um exemplo autêntico e poderoso para o mundo na questão da diversidade.

Pode ajudar a mostrar que neste Planeta desigual, é possível avançar no sentido do entendimento, quando os interesses dos diferentes e, sobretudo, dos excluídos passam a integrar efetivamente a agenda nacional.

Senhoras e Senhores, fui reconduzido à Presidência da República pela vontade majoritária do povo brasileiro. A realização do segundo turno deu mais nitidez à escolha, contrapondo projetos de país com contornos bem definidos e diferenciados.

O povo fez uma escolha consciente. Mais do que um homem, escolheu uma proposta, optou por um lado.

Não faltaram os que, do alto de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de 'distribuição de migalhas'.

Os que assim pensam não conhecem e não entendem este País. Desconhecem o que é um povo sem feitores, capaz de expressar-se livremente. O que distribuímos, e mais do que isso socializamos, foi cidadania. Este povo constitui a verdadeira opinião pública do País que alguns pretenderam monopolizar. Finalmente, quem tentou desqualificar a opção popular não foi capaz de valorar algo fundamental.

A vontade de mudança, que esteve reprimida por décadas, séculos, expressou-se pacificamente, democraticamente e esta manifestação contribuiu de modo notável para o fortalecimento das instituições.

O caminho da política exige paciência, concessões mútuas, compreensão do outro. Exige que sejamos capazes de levar ao extremo a prática da escuta. Pois só assim é possível sintonizar e harmonizar interesses. Mas exige opções, alinhamentos.

Neste dia inaugural de meu novo mandato, não peço a ninguém que abandone suas convicções. Não desejo que a oposição deixe de cumprir o papel que dela esperam os que por ela livremente optaram.

Quero pedir-lhes, apenas, que olhemos mais para o que nos une do que para o que nos separa. Que concentremos o debate nos grandes desafios colocados para o nosso País e para o mundo. Que estejamos à altura do que necessita e deseja o nosso povo. Só assim poderemos estar todos a serviço deste País que tanto amamos.

Eu, de minha parte, governarei para todos, sem olhar para cor, credo, opção ideológica ou partidária. Mais que nunca, sou um homem de uma só causa. E esta causa se chama Brasil.

Minhas Senhoras, meus Senhores, reconheço que Deus tem sido generoso comigo. Mais do que mereço.

Eu pedi forças... e Deus me deu dificuldades para fazer-me forte.

Eu pedi sabedoria... e Deus me deu problemas para resolver.

Eu pedi prosperidade... e Deus me deu cérebro e músculos para trabalhar.

Eu pedi coragem... e Deus me deu perigos para superar.

Eu pedi amor... e Deus me deu pessoas com dificuldades para ajudar.

Eu pedi dádivas... e Deus me deu oportunidades.

Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava.

Muito obrigado. Boa Sorte. E Feliz Ano Novo para todo o povo brasileiro, para todos nós."

Discurso de Posse da Presidenta Dilma Vana Rousseff (1º mandato)

Congresso Nacional, Brasília-DF, 1º de janeiro de 2011

Senhor presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, Senhores chefes de Estado e de Governo que me honram com as suas presenças, Senhor vice-presidente da República, Michel Temer, Senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia, Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, Senhoras e senhores chefes das missões estrangeiras, Senhoras e senhores ministros de Estado, Senhoras e senhores governadores, Senhoras e senhores senadores, Senhoras e senhores deputados federais, Senhoras e senhores representantes da imprensa,

"Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação. Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha de sua imensa energia.

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que --no dia de hoje-- todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.

Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos! Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu.

Venho para consolidar a obra transformadora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos.

De um presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do seu País. A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo. Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi a maior lição que o presidente Lula deixou para todos nós. Sob sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da história.

Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades. Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nestes oito anos: nosso querido vice José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este homem! E que parceria fizeram o presidente Lula e o vice-presidente José Alencar, pelo Brasil e pelo nosso povo!

Eu e Michel Temer nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles. Um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história. Ele sempre será, ao seu tempo, mudança e continuidade. Por isso, ao saudar os extraordinários avanços recentes, é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje.

Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo período de dependência do FMI, ao mesmo tempo em que superamos nossa dívida externa. Reduzimos, sobretudo, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de

brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.

Mas, em um país com a complexidade do nosso, é preciso sempre querer mais, descobrir mais, inovar nos caminhos e buscar novas soluções.

Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem, com a ajuda do governo e de toda sociedade, mudar de patamar. Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo - um país de classe média sólida e empreendedora. Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade institucional.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui. Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores. Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma política com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública.

Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade de preços e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo de nossa economia, facilitando a produção e estimulando a capacidade empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar.

É, portanto, inadiável a implementação de um conjunto de medidas que modernize o sistema tributário, orientado pelo princípio da simplificação e da racionalidade. O uso intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de progressiva eficiência e elevado respeito ao contribuinte.

Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente. A competitividade de nossa agricultura e da pecuária, que faz do Brasil grande exportador de produtos de qualidade para todos os continentes, merecerá toda nossa atenção. Nos setores mais produtivos a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade.

O apoio aos grandes exportadores não é incompatível com o incentivo à agricultura familiar e ao microempreendedor. As pequenas empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos permanentes em nosso país.

Merecerão políticas tributárias e de crédito perenes. Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo de um país continental, sustentando a vibrante economia do nordeste, preservando e respeitando a biodiversidade da Amazônia no norte, dando condições à extraordinária produção agrícola do centro-oeste, a força industrial do sudeste e a pujança e o espírito de pioneirismo do sul.

É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro.

No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo, decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população.

É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovada, efetiva e integrada dos governos federal, estaduais e municipais, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, vontade expressa das famílias brasileiras.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos. Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas, ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido. Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte. O

congraçamento das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria. E este é o sonho que vou perseguir!

Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e de das pessoas de bem. A superação da miséria exige prioridade na sustentação de um longo ciclo de crescimento. É com crescimento que serão gerados os empregos necessários para as atuais e as novas gerações.

É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional. Isso significa - reitero - manter a estabilidade econômica como valor absoluto. Já faz parte de nossa cultura recente a convicção de que a inflação desorganiza a economia e degrada a renda do trabalhador. Não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que esta praga volte a corroer nosso tecido econômico e a castigar as famílias mais pobres.

Continuaremos fortalecendo nossas reservas para garantir o equilíbrio das contas externas. Atuaremos decididamente nos fóruns multilaterais na defesa de políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o país da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos.

Não faremos a menor concessão ao protecionismo dos países ricos que sufoca qualquer possibilidade de superação da pobreza de tantas nações pela via do esforço de produção.

Faremos um trabalho permanente e continuado para melhorar a qualidade do gasto público. O Brasil optou, ao longo de sua história, por construir um estado provedor de serviços básicos e de previdência social pública. Isso significa custos elevados para toda a sociedade, mas significa também a garantia do alento da aposentadoria para todos e serviços de saúde e educação universais. Portanto, a melhoria dos serviços é também um imperativo de qualificação dos gastos governamentais.

Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento regional.

Através do Programa de Aceleração do Crescimento e do Minha Casa Minha Vida, manteremos o investimento sob estrito e cuidadoso acompanhamento da Presidência da República e dos ministérios.

O PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo. Por sua vez, os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade de vida, em todas as regiões envolvidas.

Este princípio vai reger também nossa política de transporte aéreo. É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso deste meio de transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança.

Nas últimas duas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental. Porém é preciso melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio. Para isso, vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré-escolas.

No ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a vitoriosa experiência do PROUNI para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade.

Mas só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada, remuneração adequada e sólido compromisso com a educação das crianças e jovens. Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo. Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro.

Quero ser a presidenta que consolidou o SUS, tornando-o um dos maiores e melhores sistemas de saúde pública do mundo. O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde. Vou usar a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.

Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS. A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em todas as regiões do país será outra meta essencial ao bom funcionamento do sistema.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A ação integrada de todos os níveis de governo e a participação da sociedade é o caminho para a redução da violência que constrange a sociedade e as famílias brasileiras.

Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com Estados e Municípios.

O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo, incluindo - quando necessário - a participação decisiva das Forças Armadas. O êxito desta experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofisticava a cada dia seu poder de fogo e suas técnicas de aliciamento de jovens.

Buscaremos também uma maior capacitação federal na área de inteligência e no controle das fronteiras, com uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente.

Reitero meu compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do crack, que desintegra nossa juventude e infelicitiza as famílias.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico, avanço social e cuidado ambiental.

A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Seu desenvolvimento será fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos. O grande agente desta política é a Petrobrás, símbolo histórico da soberania brasileira na produção energética.

O meu governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida no Pré Sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras gerações a melhor parcela dessa riqueza, transformada, ao longo do tempo, em investimentos efetivos na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e na valorização do meio ambiente. Recusaremos o gasto apressado, que reserva às futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Muita coisa melhorou em nosso país, mas estamos vivendo apenas o início de uma nova era. O despertar de um novo Brasil.

Recorro a um poeta da minha terra: "o que tem de ser, tem muita força". Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente da cultura e do estilo brasileiros --o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.

Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas florestas, associada à rica biodiversidade e a matriz energética mais limpa do mundo, permitem um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente ambiental.

O mundo vive num ritmo cada vez mais acelerado de revolução tecnológica. Ela se processa tanto na decifração de códigos desvendadores da vida quanto na explosão da comunicação e da informática.

Temos avançado na pesquisa e na tecnologia, mas precisamos avançar muito mais. Meu governo apoiará fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico para o domínio do conhecimento e a inovação como instrumento da produtividade.

Mas o caminho para uma nação desenvolvida não está somente no campo econômico. Ele pressupõe o avanço social e a valorização da diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade.

Vamos investir em cultura, ampliando a produção e o consumo em todas as regiões de nossos bens culturais e expandindo a exportação da nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.

Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural.

Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade, devem ser, mais que nunca, conceitos vivos no dia-a-dia da nação.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um país crescer aceleradamente, sem destruir o meio-ambiente. Somos e seremos os campeões mundiais de energia limpa, um país que sempre saberá crescer de forma saudável e equilibrada. O etanol e as fontes de energia hídricas terão grande incentivo, assim como as fontes alternativas: a biomassa, a eólica e a solar. O Brasil continuará também priorizando a preservação das reservas naturais e das florestas.

Nossa política ambiental favorecerá nossa ação nos fóruns multilaterais. Mas o Brasil não condicionará sua ação ambiental ao sucesso e ao cumprimento, por terceiros, de acordos internacionais. Defender o equilíbrio ambiental do planeta é um dos nossos compromissos nacionais mais universais.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo.

O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo.

Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos.

Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia. Vamos dar grande atenção aos países emergentes. O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao de nosso continente. Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais.

Nossa tradição de defesa da paz não nos permite qualquer indiferença frente à existência de enormes arsenais atômicos, à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,
Disse, no início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo. Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizemos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um: Dos movimentos sociais, dos que labutam no campo, dos profissionais liberais, dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores, dos intelectuais, dos servidores públicos, dos empresários, das mulheres, dos negros, dos índios e dos jovens, de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.

Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão amazônica, na seca nordestina, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas.

Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos, na vastidão das florestas; no interior ou no litoral, nas capitais e nas fronteiras do Brasil. Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.

Respeitada a autonomia dos poderes e o princípio federativo, quero contar com o Legislativo e o Judiciário, e com a parceria de governadores e prefeitos para continuarmos desenvolvendo nosso País, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia. Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião.

Reafirmo que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração, lutamos contra o arbítrio e a censura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso País e como bandeira sagrada de todos os povos.

O ser humano não é só realização prática, mas sonho; não é só cautela racional, mas coragem, invenção e ousadia. E esses são elementos fundamentais para a afirmação coletiva da nossa nação.

Eu e meu vice Michel Temer fomos eleitos por uma ampla coligação partidária. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional, liderança e a disposição de servir ao país serão os critérios fundamentais.

Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e as parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir deste momento sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos.

Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para aturem com firmeza e autonomia.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,
Chegamos ao final desse longo discurso. Dediquei toda a minha vida a causa do Brasil. Entreguei minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco ressentimento ou rancor.

Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem. Esta dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra: "O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem"

É com esta coragem que vou governar o Brasil.

Mas mulher não é só coragem. É carinho também.

Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa.
É com este mesmo carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele - só a ele - dedicar os próximos anos da minha vida.
Que Deus abençoe o Brasil!
Que Deus abençoe a todos nós!"

Discurso de Posse da Presidenta Dilma Vana Rousseff (2º mandato)

Congresso Nacional, Brasília-DF, 1º de janeiro de 2015

Senhoras e Senhores, Senhor presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, Senhor vice-presidente da República, Michel Temer, Senhor presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, Senhoras e senhores Chefes de Estado, Chefes de Governo, Vice-chefes de Estado e Vice-chefes de governo que me honram com suas presenças aqui hoje. Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, Senhores e senhores chefes das missões estrangeiras e embaixadores acreditado s junto ao meu governo, Senhoras e senhores ministros de Estado, Senhoras e senhores governadores, Senhoras e senhores senadores, Senhoras e senhores deputados federais, Senhoras e senhores representantes da imprensa,

Meus queridos brasileiros e brasileiras.

Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança. Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação.

Encarno, também, outra alma coletiva que amplia ainda mais a minha responsabilidade e a minha esperança. O projeto de nação que é detentor do mais profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática. Esse projeto de nação triunfou e permanece devido aos grandes resultados que conseguiu até agora, e que porque também o povo entendeu que este é um projeto coletivo e de longo prazo. Este projeto pertence ao povo brasileiro e, mais do que nunca, é para o povo brasileiro e com o povo brasileiro que vamos governar.

A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome. Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo.

Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada. Nunca o salário mínimo e os demais salários se valorizaram por tanto tempo e com tanto vigor. Nunca tantos brasileiros se tornaram donos de suas próprias casas. Nunca tantos brasileiros tiveram acesso ao ensino técnico e à universidade. Nunca o Brasil viveu um período tão longo sem crises institucionais. Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção.

Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão: o direito de trabalhar, de alimentar a sua família, de educar e acreditar em um futuro melhor para seus filhos. Isso que era tanto para uma população que tinha tão pouco, tornou-se pouco para uma população que conheceu, enfim, governos que respeitam e que a respeitam, e que realmente se esforçam para protegê-la.

A população quis que ficássemos porque viu o resultado do nosso trabalho, compreendeu as limitações que o tempo nos impôs e concluiu que podemos fazer muito mais. O recado que o povo brasileiro nos mandou não foi só de reconhecimento e de confiança, foi também um recado de quem quer mais e melhor.

Por isso, a palavra mais repetida na campanha foi mudança e o tema mais invocado foi reforma. Por isso, eu repito hoje, nesta solenidade de posse, perante as senhoras e os senhores: fui reconduzida à Presidência para continuar as grandes mudanças do país e não trairei este chamado. O povo brasileiro quer mudanças, quer avançar e quer mais. É isso que também eu quero. É isso que vou fazer, com destemor mas com humildade, contando com o apoio desta Casa e com a força do povo brasileiro.

Este ato de posse é, antes de tudo, uma cerimônia de reafirmação e ampliação de compromissos. É a inauguração de uma nova etapa neste processo histórico de mudanças sociais do Brasil. Faço questão, também, de renovar, nesta Casa, meu compromisso de defesa permanente e obstinada da Constituição, das leis, das liberdades individuais, dos direitos democráticos, da mais ampla liberdade de expressão e dos direitos humanos.

Queridos brasileiros e brasileiras,

Em meu primeiro mandato, o Brasil alcançou um feito histórico: superamos a extrema pobreza. Mas, como eu disse - e sei que é a convicção e a expectativa de todos os brasileiros -, o fim da miséria é apenas um começo. Agora é a hora de prosseguir com o nosso projeto de novos objetivos. É hora de melhorar o que está bom, corrigir o que é preciso e fazer o que o povo espera de nós.

Sim, neste momento, ao invés de simplesmente garantir o mínimo necessário, como foi o caso ao longo da nossa história, temos, agora, que lutar para oferecer o máximo possível. Vamos precisar, governo e sociedade, de paciência, coragem, persistência, equilíbrio e humildade para vencer os obstáculos. E venceremos esses obstáculos.

O povo brasileiro quer democratizar, cada vez mais, a renda, o conhecimento e o poder. O povo brasileiro quer educação, saúde, e segurança de mais qualidade. O povo brasileiro quer ainda mais transparência e mais combate a todos os tipos de crimes, especialmente a corrupção e quer ainda que o braço forte da justiça alcance a todos de forma igualitária.

Eu não tenho medo de encarar estes desafios, até porque sei que não vou enfrentá-los sozinha, não vou enfrentar esta luta sozinha.

Sei que conto com o apoio dos senhores e das senhoras parlamentares, legítimos representantes do povo neste Congresso Nacional. Sei que conto com o apoio do meu querido vice-presidente Michel Temer, parceiro de todas as horas. Sei que conto com o esforço dos homens e mulheres do Judiciário. Sei que conto com o forte apoio da minha base aliada, de cada liderança partidária de nossa base e com os ministros e as ministras que estarão, a partir de hoje, trabalhando ao meu lado pelo Brasil. Sei que conto com o apoio de cada militante do meu partido, o PT, e da militância de cada partido da base aliada, representados aqui pelo mais destacado militante e maior líder popular da nossa história, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sei que conto com o apoio dos movimentos sociais e dos sindicatos; e sei o quanto estou disposta a mobilizar todo o povo brasileiro nesse esforço para uma nova arrancada do nosso querido Brasil.

Assim como provamos que é possível crescer e distribuir renda, vamos provar que se pode fazer ajustes na economia sem revogar direitos conquistados ou trair compromissos sociais assumidos. Vamos provar que depois de fazermos políticas sociais que surpreenderam o mundo, é possível corrigir eventuais distorções e torná-las ainda melhores.

É inadiável, também, implantarmos práticas políticas mais modernas, éticas e, por isso, mesmo mais saudáveis. É isso que torna urgente e necessária a reforma política. Uma reforma profunda que é responsabilidade constitucional desta Casa, mas que deve mobilizar toda a sociedade na busca de novos métodos e novos caminhos para nossa vida democrática. Reforma política que estimule o povo brasileiro a retomar seu gosto e sua admiração pela política.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Neste momento solene de posse é importante que eu detalhe algumas ações e atitudes concretas que vão nortear nosso segundo mandato.

As mudanças que o país espera para os próximos quatro anos dependem muito da estabilidade e da credibilidade da economia. Isso, para nós todos, não é novidade. Sempre orientei minhas ações pela convicção sobre o valor da estabilidade econômica, da centralidade do controle da inflação e do imperativo da disciplina fiscal, e a necessidade de conquistar e merecer a confiança dos trabalhadores e dos empresários.

Mesmo em meio a um ambiente internacional de extrema instabilidade e incerteza econômica, o respeito a esses fundamentos econômicos nos permitiu colher resultados positivos. Em todos os anos do meu primeiro mandato, a inflação permaneceu abaixo do teto da meta e assim vai continuar.

Na economia, temos com o que nos preocupar, mas também temos o que comemorar. O Brasil é hoje a 7ª economia do mundo, o 2º maior produtor e exportador agrícola, o 3º maior exportador de minérios, o 5º país que mais atrai investimentos estrangeiros, o 7º país em acúmulo de reservas cambiais e o 3º maior usuário de internet. Além disso, é importante notar que a dívida líquida do setor público é hoje menor do que no início do meu mandato. As reservas internacionais estão em patamar histórico, na casa dos US\$ 370 bilhões. Os investimentos estrangeiros diretos atingiram, nos últimos anos, volumes recordes.

Mais importante: a taxa de desemprego está nos menores patamares já vivenciados na história de nosso país. Geramos 5 milhões e 800 mil empregos formais em um período em que o mundo submergia no desemprego. Porém queremos avançar ainda mais e precisamos fazer mais e melhor!

Por isso, no novo mandato vamos criar, por meio de ação firme e sóbria na economia, um ambiente ainda mais favorável aos negócios, à atividade produtiva, ao investimento, à inovação, à competitividade e ao crescimento sustentável.

Combateremos sem trégua a burocracia. Tudo isso voltado para o que é mais importante e mais prioritário: a manutenção do emprego e a valorização, muito especialmente a valorização do salário mínimo, que continuaremos assegurando.

Mais que ninguém sei que o Brasil precisa voltar a crescer. Os primeiros passos desta caminhada passam por um ajuste nas contas públicas, um aumento na poupança interna, a ampliação do investimento e a elevação da produtividade da economia. Faremos isso com o menor sacrifício possível para a população, em especial para os mais necessitados. Reafirmo meu profundo compromisso com a manutenção de todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

Temos consciência que a ampliação e a sustentabilidade das políticas sociais exige equidade e correção permanente de distorções e eventuais excessos. Vamos, mais uma vez derrotar a falsa tese que afirma existir um conflito entre a estabilidade econômica e o crescimento do investimento social, dos ganhos sociais e do investimento em infraestrutura.

Ao falar dos desafios da nossa economia, faço questão de deixar uma palavra aos milhões de micro e pequenos empreendedores do Brasil. Em meu primeiro mandato, aprimoramos e universalizamos o Simples e ampliamos a oferta de crédito para os pequenos empreendedores.

Quero, neste novo mandato, avançar ainda mais. Pretendo encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei criando um mecanismo de transição entre as categorias do Simples e os demais regimes tributários. Vamos acabar com o abismo tributário que faz os pequenos negócios terem medo de crescer. E sabemos que, se o pequeno negócio não cresce, o país também não cresce. Nos dedicaremos, ainda, a ampliar a competitividade do nosso país e de nossas empresas.

Daremos prioridade ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, estimulando e fortalecendo as parcerias entre o setor produtivo e nossos centros de pesquisa e universidades.

Um Brasil mais competitivo está nascendo também, a partir dos maciços investimentos em infraestrutura, energia e logística. Desde 2007, foram duas edições do Programa de Aceleração do Crescimento - o PAC-1 e o PAC-2 -, que totalizaram cerca de R\$ 1 trilhão e 600 bilhões em investimentos em milhares de kms de rodovias, ferrovias; em obras nos portos, nos terminais hidroviários e nos aeroportos. Em expansão da geração e da rede de transmissão de energia. Em obras de saneamento e ligações de energia do Luz para Todos.

Com o Programa de Investimentos em Logística, demos um passo adiante, construímos parcerias com o setor privado, implementando um novo modelo de concessões que acelerou a expansão e permitiu um salto de qualidade de nossa logística.

Asseguramos concessões de aeroportos e de milhares de km de rodovia e a autorização para terminais privados nos portos. Agora, vamos lançar o 3º PAC, o 3º Programa de Aceleração do Crescimento e o segundo Programa de Investimento em Logística.

Assim, a partir de 2015 iniciaremos a implantação de uma nova carteira de investimento em logística, energia, infraestrutura social e urbana, combinando investimento público e, sobretudo, parcerias privadas. Vamos aprimorar os modelos de regulação do mercado, garantir que o mercado privado de crédito de longo prazo, por exemplo, se expanda. Garantir também que haja sustentação para os projetos de financiamento de grande vulto.

Reafirmo ainda meu compromisso de apoiar estados e municípios na tão desejada expansão da infraestrutura de transporte coletivo em nossas cidades. Está em andamento na realidade uma carteira de R\$ 143 bilhões em obras de mobilidade urbana por todo o Brasil.

Assinalo que, neste novo mandato, daremos especial atenção à infraestrutura que vai nos conduzir ao Brasil do futuro: a rede de internet em banda larga. Em 2014, em um esforço conjunto com este Congresso Nacional, demos ao Brasil uma das legislações mais modernas do mundo na área da internet, o Marco Civil da Internet. Reitero aqui meu compromisso de, nos próximos quatro anos, promover a universalização do acesso a um serviço de internet em banda larga barato, rápido e seguro.

Quero reafirmar ainda o compromisso de continuar reduzindo os desequilíbrios regionais, impulsionando políticas transversais e projetos estruturantes, especialmente no Nordeste e na região da Amazônia. Foi decisivo mitigar o impacto desta prolongada seca no semiárido nordestino, mas mais importante será a conclusão da nova e transformadora infraestrutura de recursos hídricos perenizando mais de 1.000 km de rios, combinada com o importante investimento social em mais de um milhão de cisternas.

Senhoras e Senhores,

Gostaria de anunciar agora o novo lema do meu governo. Ele é simples, é direto e é mobilizador. Reflete com clareza qual será a nossa grande prioridade e sinaliza para qual setor deve convergir o esforço de todas as áreas do governo. Nosso lema será: **BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA!**

Trata-se de lema com duplo significado. Ao bradarmos "BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA" estamos dizendo que a educação será a prioridade das prioridades, mas também que devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano. Só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero. Democratizar o conhecimento significa universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis – da creche à pós-graduação; significa também levar a todos os segmentos da população – dos mais marginalizados, aos negros, às mulheres e a todos os brasileiros a educação de qualidade.

Ao longo deste novo mandato, a educação começará a receber volumes mais expressivos de recursos oriundos dos royalties do petróleo e do fundo social do pré-sal. Assim, à nossa determinação política se somarão mais recursos e mais investimentos. Vamos continuar expandindo o acesso às creches e pré-escolas garantindo para todos, o cumprimento da meta de universalizar, até 2016, o acesso de todas as crianças de 4 e 5 anos à pré-escola. Daremos sequência à implantação da alfabetização na idade certa e da educação em tempo integral. Condição para que a nossa ênfase no ensino médio seja efetiva porque através dela buscaremos, em parceria com os estados, efetivar mudanças curriculares e aprimorar a formação dos professores. Sabemos que essa é uma área frágil no nosso sistema educacional.

O Pronatec oferecerá, até 2018, 12 milhões de vagas para que nossos jovens, trabalhadores e trabalhadoras tenham mais oportunidades de conquistar melhores empregos e possam contribuir ainda mais para o aumento da competitividade da economia brasileira. Darei especial atenção ao Pronatec Jovem Aprendiz, que permitirá às micro e pequenas empresas contratarem um jovem para atuar em seu estabelecimento.

Vamos continuar apoiando nossas universidades e estimulando sua aproximação com os setores mais dinâmicos da nossa economia e da nossa sociedade. O Ciência Sem Fronteiras vai continuar garantindo bolsas de estudo nas melhores universidades do mundo para 100 mil jovens brasileiros.

Queridas e queridos brasileiros e brasileiras,

O Brasil vai continuar como o país líder, no mundo, em políticas sociais transformadoras. Aos beneficiários do Bolsa Família continuaremos assegurando o acesso às políticas sociais e a novas oportunidades de renda. Destaque será dado à formação profissional dos beneficiários adultos e à educação das crianças e dos jovens. Com a terceira fase do Minha Casa, Minha Vida contrataremos mais 3 milhões de novas moradias, que se somam aos 2 milhões de moradias entregues até 2014 e às 1 milhão e 750 mil moradias que estão em construção e que serão entregues neste segundo mandato.

Na saúde, reafirmo nosso compromisso de fortalecer o SUS. Sem dúvida, a marca mais forte do meu governo, no primeiro mandato, foi a implantação do Mais Médicos, que levou o atendimento básico de saúde a mais de 50 milhões de brasileiros, nas áreas mais vulneráveis do nosso país. Persistiremos, ampliando as vagas em graduação e em residência médica, para que cada vez mais jovens brasileiros possam se tornar médicos e assegurar atendimento ao povo brasileiro. Neste segundo mandato, vou implantar o Mais Especialidades para garantir o acesso resolutivo e em tempo oportuno aos pacientes que necessitem de consulta com especialista, exames e os respectivos procedimentos.

Assumo, com todas as brasileiras e brasileiros, o compromisso de redobrar nossos esforços para mudar o quadro da segurança pública em nosso país. Instalaremos Centros de Comando e Controle em todas as capitais, ampliando a capacidade de ação de nossas polícias e a integração dos órgãos de inteligência e das forças de segurança pública. Reforçaremos as ações e a nossa presença nas fronteiras para o combate ao tráfico de drogas e de armas com o Programa Estratégico de Fronteiras, realizado em parceria entre as Forças Armadas e as polícias federais, entre o Ministério de Defesa e o Ministério da Justiça.

Vou, sobretudo, propor ao Congresso Nacional alterar a Constituição Federal, para tratar a segurança pública como atividade comum de todos os entes federados, permitindo à União estabelecer diretrizes e normas gerais válidas para todo o território nacional, para induzir políticas uniformes no país e disseminar a adoção de boas práticas na área policial.

Senhoras e senhores,

Investimos muito e em todo o país sem abdicar, um só momento, do nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade ambiental do nosso desenvolvimento. Um dado explicita este compromisso: alcançamos, nos quatro anos de meu primeiro mandato, as quatro menores taxas de desmatamento da Amazônia.

Nos últimos 4 anos, o Congresso Nacional aprovou um novo Código Florestal e implementamos o Cadastro Ambiental Rural, o CAR. Vamos aprofundar a modernização de nossa legislação ambiental e, já a partir deste ano, nos engajaremos fortemente nas negociações climáticas internacionais para que nossos interesses sejam contemplados no processo de estabelecimento dos parâmetros globais de redução de emissões.

Nossa inserção soberana na política internacional continuará sendo marcada pela defesa da democracia, pelo princípio de não intervenção e respeito à soberania das nações, pela solução negociada dos conflitos, pela defesa dos Direitos Humanos, e

pelo combate à pobreza e às desigualdades, pela preservação do meio ambiente e pelo multilateralismo. Insistiremos na luta pela reforma dos principais organismos multilaterais, cuja governança hoje não reflete a atual correlação de forças global.

Manteremos a prioridade à América do Sul, América Latina e Caribe, que se traduzirá no empenho em fortalecer o Mercosul, a Unasul e a Comunidade dos Países da América Latina e do Caribe (Celac), sem discriminação de ordem ideológica. Agradeço, inclusive, a presença de meus queridos colegas e governantes da América Latina aqui presentes. Da mesma forma será dada ênfase a nossas relações com a África, com os países asiáticos e com o mundo árabe.

Com os Brics, nossos parceiros estratégicos globais - China, Índia, Rússia e África do Sul -, avançaremos no comércio, na parceria científica e tecnológica, nas ações diplomáticas e na implementação do Banco de Desenvolvimento dos Brics e na implementação também do acordo contingente de reservas. É de grande relevância aprimorarmos nosso relacionamento com os Estados Unidos, por sua importância econômica, política, científica e tecnológica, sem falar no volume de nosso comércio bilateral. O mesmo é válido para nossas relações com a União Europeia e com o Japão, com os quais temos laços fecundos.

Em 2016, os olhos do mundo estarão mais uma vez voltados para o Brasil, com a realização das Olimpíadas. Temos certeza que mais uma vez, como aconteceu na Copa, vamos mostrar a capacidade de organização do Brasil e, agora, numa das mais belas cidades do mundo, o nosso Rio de Janeiro.

Amigos e amigas,

Tudo que estamos dizendo, tudo que estamos propondo converge para um grande objetivo: ampliar e fortalecer a democracia, democratizando verdadeiramente o poder. Democratizar o poder significa lutar pela reforma política, ouvir com atenção a sociedade e os movimentos sociais e buscar a opinião do povo para reforçar a legitimidade das ações do Executivo. Democratizar o poder significa combater energicamente a corrupção. A corrupção rouba o poder legítimo do povo. A corrupção ofende e humilha os trabalhadores, os empresários e os brasileiros honestos e de bem. A corrupção deve ser extirpada.

O Brasil sabe que jamais compactuei com qualquer ilícito ou malfeito. Meu governo foi o que mais apoiou o combate à corrupção, por meio da criação de leis mais severas, pela ação incisiva e livre de amarras dos órgãos de controle interno, pela absoluta autonomia da Polícia Federal como instituição de Estado, e pela independência sempre respeitada diante do Ministério Público. Os governos e a Justiça estarão cumprindo os papéis que se espera deles: se punirem exemplarmente os corruptos e os corruptores. A luta que vimos empreendendo contra a corrupção e, principalmente, contra a impunidade, ganhará ainda mais força com o pacote de medidas que me comprometi durante a campanha, e me comprometo a submeter à apreciação do Congresso Nacional ainda neste primeiro semestre.

São cinco medidas: transformar em crime e punir com rigor os agentes públicos que enriquecem sem justificativa ou não demonstrem a origem dos seus ganhos; modificar a legislação eleitoral para transformar em crime a prática de caixa 2; criar uma nova espécie de ação judicial que permita o confisco dos bens adquiridos de forma ilícita ou sem comprovação; alterar a legislação para agilizar o julgamento de processos envolvendo o desvio de recursos públicos; e criar uma nova estrutura, a partir de negociação com o Poder Judiciário que dê maior agilidade e eficiência às investigações e processos movidos contra aqueles que têm foro privilegiado.

Em sua essência, essas medidas têm o objetivo de garantir processos e julgamentos mais rápidos e punições mais duras, mas jamais poderão agredir o amplo direito de defesa e o contraditório; jamais poderão significar a condenação prévia sem defesa de inocentes.

Estou propondo um grande pacto nacional contra a corrupção, que envolve todas as esferas de governo e todos os núcleos de poder, tanto no ambiente público como no ambiente privado.

Senhoras e Senhores,

Como fiz na minha diplomação, quero agora me referir a nossa Petrobras, uma empresa com 86 mil empregados dedicados, honestos e sérios, que teve, lamentavelmente, alguns servidores que não souberam honrá-la, sendo atingidos pelo combate à corrupção. A Petrobras já vinha passando por um vigoroso processo de aprimoramento de gestão. A realidade atual só faz reforçar nossa determinação de implantar, na Petrobras, a mais eficiente e rigorosa estrutura de governança e controle que uma empresa já teve no Brasil.

A Petrobras é capaz disso e capaz de muito mais. Ela se tornou a maior empresa do mundo em capacitação técnica para a prospecção de petróleo em águas profundas. Daí resultou a maior descoberta de petróleo deste início de século – as jazidas do pré-sal -, cuja exploração, que já é realidade, vai tornar o Brasil um dos maiores produtores de petróleo do planeta. Temos muitos motivos para preservar e defender a Petrobras de predadores internos e de seus inimigos externos. Por isso, vamos apurar com rigor tudo de errado que foi feito e fortalecê-la cada vez mais. Vamos, principalmente, criar mecanismos que evitem que fatos como estes possam voltar a ocorrer. O saudável empenho da Justiça, de investigar e punir, deve também nos permitir reconhecer que a Petrobras é a empresa mais estratégica para o Brasil e a que mais contrata e investe no país.

Temos, assim, que saber apurar e saber punir, sem enfraquecer a Petrobras, nem diminuir a sua importância para o presente e para o futuro. Não podemos permitir que a Petrobras seja alvo de um cerco especulativo de interesses contrariados com a adoção do regime de partilha e da política de conteúdo nacional, partilha e política de conteúdo nacional que asseguraram ao nosso povo o controle sobre nossas riquezas petrolíferas. A Petrobras é maior do que quaisquer crises e, por isso, tem capacidade de superá-las e delas sair mais forte.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

O Brasil não será sempre um país em desenvolvimento. Seu destino é ser um país desenvolvido e justo, e é este destino que estamos construindo e buscando cada vez mais, com o esforço de todos, construir. Uma nação em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades: de estudar, trabalhar, viver em condições dignas na cidade ou no campo. Um país que respeita e preserva o meio ambiente e onde todas as pessoas podem ter os mesmos direitos: à liberdade de informação e de opinião, à cultura, ao consumo, à dignidade, à igualdade independentemente de raça, credo, gênero ou sexualidade.

Dedicarei obstinadamente todos os meus esforços para levar o Brasil a iniciar um novo ciclo histórico de mudanças, de oportunidades e de prosperidade, alicerçado no fortalecimento de uma política econômica estável, sólida, intolerante com a inação, e que nos leve a retomar uma fase de crescimento robusto e sustentável, com mais qualidade nos serviços públicos. Assumo aqui um compromisso com o Brasil que produz e com o Brasil que trabalha.

Reafirmo também o meu respeito e a minha confiança no Poder Judiciário, no Congresso Nacional, nos partidos e nos representantes do povo brasileiro. Reafirmo minha fé na política, na política que transforma para melhor a vida do povo. Peço aos senhores e às senhoras parlamentares que juntemos as mãos em favor do Brasil, porque a maioria das mudanças que o povo exige tem que nascer aqui, na grande casa do povo.

Meus amigos e minhas amigas,

Já estive algumas vezes um pouco perto da morte e destas situações saí uma pessoa melhor e mais forte. Sou ex-opositora de um regime de força que provocou em mim dor e me deixou cicatrizes, mas não tenho nenhum revanchismo. Mas este processo jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e de construir este país cada vez melhor. Por isso, sempre me emociono ao dizer que eu sou uma sobrevivente. Também enfrentei doenças mas, se me permitem, quero dizer

mais: pertenço a uma geração vencedora. Uma geração que viu a possibilidade da democracia no horizonte e viu ela se realizar.

Essas duas características, elas me aproximam do povo brasileiro - ele também, um sobrevivente e um vitorioso, que jamais abdica de seus sonhos. Luta para realizá-los.

Deus colocou em meu peito um coração cheio de amor pela minha pátria. Antes de tudo, o que a música cantava, um coração valente, não é que a gente não tem medo de nada, a gente controla o medo. Um coração que dispara no peito com a energia do amor, do sonho e, sobretudo, com a possibilidade de construir um Brasil desenvolvido. Eu não tenho medo de proclamar para vocês que nós vamos vencer todas as dificuldades, porque temos a chave para vencê-las, vencer todas as dificuldades.

Esta chave pode ser resumida num verso, e esse verso tem, de uma certa forma, sabor de oração, que diz o seguinte: "O impossível se faz já; só os milagres ficam para depois".

Muito Obrigada.

Viva o Brasil e viva o povo brasileiro!